

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL – MESTRADO PROFISSIONAL

Alice Moro Neocatto

**AVALIAÇÃO PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA MARIA**

Santa Maria, RS,
2023

Alice Moro Neocatto

**AVALIAÇÃO PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientador(a): Prof. Dr(a). Elisiane Machado Lunardi

Santa Maria, RS,
2023

Neocatto, Alice Moro
Avaliação para as ações de Extensão na Universidade
Federal de Santa Maria / Alice Moro Neocatto.- 2023.
205 p.; 30 cm

Orientador: Elisiane Machado Lunardi
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2023

1. Políticas Educacionais 2. Educação Superior 3.
Universidade 4. Avaliação na Extensão Universitária I.
Lunardi, Elisiane Machado II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ALICE MORO NEOCATTO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Alice Moro Neocatto

**AVALIAÇÃO PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovada em 13 de janeiro de 2023

Elisiane Machado Lunardi, Dra. (UFSM)
(Presidente, Orientadora)

Raquel Lunardi, Dra. (IFFAR)

Flavi Ferreira Lisboa Filho, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

“A integridade está presente quando há congruência ou concordância entre o que pensamos, dizemos e fazemos. O sentido da raiz da palavra tem a ver com inteireza.” (bell hooks)

AGRADECIMENTOS

Ao completar essa jornada formativa, é imprescindível reconhecer a importância de pessoas, lugares e contextos que fortaleceram minhas escolhas e me apoiaram nesta caminhada.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de formação gratuita, de qualidade e que faz a diferença na vida de milhares de pessoas. Agradeço também a essa instituição a oportunidade de ser servidora técnica-administrativa, papel ao qual tenho muito orgulho de exercer.

A minha família, suporte e acolhimento em todos os momentos, meu especial carinho. Em específico, a minha filha Violeta, meus pais, meu irmão, minhas tias, minhas primas e minhas amigas. Vocês foram e são fundamentais nesse período formativo e em toda minha vida.

A minha orientadora, Professora Elisiane, agradeço a confiança que depositou em mim, inicialmente, ao acolher meu projeto na seleção e seguir na construção desta dissertação. Obrigada pelos ensinamentos, pelas conversas, pelos encontros e por proporcionar minha aproximação e participação no Grupo de pesquisa Redes. Assim, trago também meu carinho às e aos colegas do grupo, que foram parceiros nas discussões e me mostraram novos horizontes e aprendizados.

Agradeço à banca avaliadora pelo aceite em contribuir com suas visões e experiências neste estudo.

À Pró-reitoria de Extensão, aos colegas que estiveram ao meu lado, dando todo apoio e incentivo necessário para a realização desta pesquisa. Registro minha gratidão às chefias que me motivaram a ser mais e a entender que eu poderia encarar esse desafio, e entenderam os momentos que precisei estar dedicada ao mestrado. Obrigada Flavi e Rudiney.

Uma lembrança e agradecimento aos extensionistas e participantes desta pesquisa. As contribuições de vocês foram essenciais para os resultados que esta dissertação apresenta.

RESUMO

AVALIAÇÃO PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

AUTORA: Alice Moro Neocatto
ORIENTADORA: Elisiane Machado Lunardi

Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), da Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior”, vinculada ao conjunto de produções do projeto de pesquisa guarda-chuva “Políticas Públicas e gestão educacional: a pesquisa acadêmica e profissional em educação implicada com a Educação Básica e/ou Superior”, desenvolvido pelo grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional REDES/UFSM. Aborda a temática da avaliação da extensão universitária a partir do seguinte problema: como avaliar as ações de extensão desenvolvidas na UFSM-RS? Definiu-se por objetivo geral compreender o processo de avaliação das ações de extensão universitária na UFSM e, em específico, priorizou-se: construir o estado do conhecimento a respeito da avaliação da extensão universitária, analisar os marcos teóricos legais da extensão universitária no contexto nacional e local, investigar como se constituem as ações de extensão desenvolvidas na UFSM e propor Diretrizes para avaliação da extensão universitária nessa instituição. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, pois busca encontrar complementaridade e enriquecimento no caminho metodológico e se constitui como uma pesquisa implicada no contexto da educação superior na UFSM. Além disso, caracteriza-se pela escolha metodológica do estudo de caso, englobando uma abrangente variedade de evidências (YIN, 2001). Para realização, utilizou-se como técnicas de pesquisa o estado do conhecimento, a pesquisa documental de legislações a respeito da extensão universitária no contexto nacional e local, além de questionário *on-line* com perguntas abertas e fechadas com os sujeitos da pesquisa, estudantes da UFSM e coordenadores de cursos de graduação da UFSM. Como método de análise, embasou-se na análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Evidenciou-se, na análise, a partir dos achados nos questionários entrecruzados com os referenciais teóricos e documentos legais, as seguintes categorias e subcategorias que se relacionam à temática da avaliação da extensão universitária: Política de Gestão (regulamentos institucionais, concepção e valorização da extensão universitária; Infraestrutura: estrutura física e operacional, sistemas informacionais e acessibilidade das informações); Relação Universidade-Sociedade (escuta da comunidade e impacto social); Plano Acadêmico (curricularização da extensão; articulação extensão, ensino e pesquisa, impacto na formação do estudante e participação nas ações de extensão); e Produção Acadêmica (formação em extensão, divulgação de resultado das ações e registro institucional das ações). De forma geral, constatou-se que a avaliação da extensão universitária é um desafio para a gestão das universidades. Percebeu-se que a temática da avaliação da extensão é reconhecida pelos grupos participantes, porém são necessários avanços no sentido de práticas consolidadas e regulamentos institucionais sobre o tema, o que corrobora com as constatações obtidas através da investigação de documentos institucionais e referenciais teóricos. O produto educacional resultante é uma Minuta de Resolução que estabelece as Diretrizes para a Avaliação da Extensão Universitária no âmbito da UFSM-RS, que tem por finalidade contribuir com o atendimento dos dispositivos legais e institucionais que trazem a avaliação da extensão como parte do fazer extensionista nas universidades. Por fim, afirma-se que o produto poderá contribuir para o estabelecimento de procedimentos de avaliação da extensão, no contexto da UFSM, assim como contribuir de forma global para a valorização da extensão universitária.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação Superior. Universidade. Avaliação na Extensão Universitária.

ABSTRACT

EVALUATION FOR EXTENSION ACTIONS AT UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

AUTHOR: Alice Moro Neocatto
ADVISOR: Elisiane Machado Lunardi

This research was developed with the Graduate Program in Public Policy and Educational Management, Federal University of Santa Maria (UFSM-RS), Research Line "Policies and Management of Basic and Higher Education" linked to the set of productions of the umbrella research project "Public Policies and educational management: academic and professional research in education involved with Basic and/or Higher Education" group of Studies and Research in Educational Policies and Management REDES/UFSM. It addresses the theme of the evaluation of university extension from the following problem: how to evaluate the extension actions developed in UFSM-RS? It was defined by general objective to understand the process of evaluation of university extension actions in UFSM and, specifically, it was prioritized: build the state of knowledge about the evaluation of university extension, analyze the theoretical legal frameworks of university extension in the national and local context, investigate how the extension actions developed at UFSM are constituted and propose guidelines for evaluation of university extension in this institution. The research presents a qualitative approach, as it seeks to find complementarity and enrichment in the methodological path and constitutes itself as a research implicated in the context of higher education in UFSM. In addition, it is characterized by the methodological choice of the case study, encompassing a comprehensive variety of evidence (YIN, 2001). For the accomplishment, it was used as research techniques the state of knowledge, the documentary research of legislations about the university extension in the national and local context, as well as an online questionnaire with open and closed questions with the research subjects, students and coordinators of undergraduate courses at UFSM. As a method of analysis, it was based on content analysis (BARDIN, 2011). It was evidenced, in the analysis, from the findings in the questionnaires intertwined with the theoretical references and legal documents, the following categories and subcategories that relate to the theme of the evaluation of the university extension (institutional regulations, conception and valuation of university extension; Infrastructure: physical and operational structure, information systems and accessibility of information); University-Society Relationship (community listening and social impact); Academic Plan (curricularization of extension; articulation extension, teaching and research, impact on student training and participation in extension actions); and Academic Production (extension training, dissemination of results of actions and institutional registration of actions). In general, it was found that the evaluation of university extension is a challenge for the management of universities. It was noticed that the theme of extension evaluation is recognized by the participating groups, but progress is needed towards consolidated practices and institutional regulations on the subject, corroborates with the findings obtained through the investigation of institutional documents and theoretical references. The resulting educational product is a Draft Resolution that establishes the Guidelines for the Evaluation of University Extension under the UFSM-RS, which aims to contribute to the fulfillment of legal and institutional provisions that bring the evaluation of extension as part of the extensionist work in universities. Finally, it is stated that the product may contribute to the establishment of extension evaluation procedures in the context of UFSM, as well as contribute globally to the appreciation of university extension.

Keywords: Educational Policies. College education. University. Evaluation in University Extension.

FIGURAS

| | | |
|-------------|--|-----|
| FIGURA 1 – | Esquema da proposta metodológica | 21 |
| FIGURA 2 – | Missão, visão e valores da UFSM | 28 |
| FIGURA 3 – | Organograma da Pró-reitoria de Extensão da UFSM | 31 |
| FIGURA 4 – | Fases do estudo de caso | 38 |
| FIGURA 5 – | Categorias de análise..... | 39 |
| FIGURA 6 – | Percentual de teses e dissertações – BDTD..... | 42 |
| FIGURA 7 – | Categorização das pesquisas – BDTD..... | 43 |
| FIGURA 8 – | Número de trabalhos por abordagem metodológica..... | 45 |
| FIGURA 9 – | Publicações por ano – BDTD..... | 46 |
| FIGURA 10 – | Instituições das publicações – BDTD | 48 |
| FIGURA 11 – | Publicações por países – <i>Web of Science</i> | 49 |
| FIGURA 12 – | Publicações por ano – <i>Web of Science</i> | 50 |
| FIGURA 13 – | Dimensões da avaliação da extensão | 84 |
| FIGURA 14 – | Etapas previstas para o registro das ações no portal de Projetos da UFSM..... | 97 |
| FIGURA 15 – | Fluxo das ações de extensão na UFSM..... | 98 |
| FIGURA 16 – | Atores e instâncias identificadas no contexto das atividades de extensão da UFSM..... | 103 |
| FIGURA 17 – | Categorias e Subcategorias de análise..... | 107 |
| FIGURA 18 – | Subcategorias da dimensão Política de Gestão | 108 |
| FIGURA 19 – | Conhecimento sobre a Política de Extensão da UFSM..... | 109 |
| FIGURA 20 – | Conhecimento sobre princípios de avaliação das ações de extensão | 110 |
| FIGURA 21 – | Regulamentação da avaliação de extensão e a participação dos envolvidos com as ações de extensão | 111 |
| FIGURA 22 – | Conhecimento sobre prática de avaliação da ação de extensão ... | 112 |
| FIGURA 23 – | Avaliação das atividades desenvolvidas no período da bolsa | 115 |
| FIGURA 24 – | Subcategorias da dimensão Infraestrutura | 116 |
| FIGURA 25 – | Estrutura física para ações de extensão na UFSM e apoio institucional para execução de ações em locais externos – Estudantes..... | 117 |
| FIGURA 26 – | Estrutura física para ações de extensão na UFSM e apoio institucional para execução de ações em locais externos – Coord. Curso | 118 |
| FIGURA 27 – | Portal de projetos e o registro de ações de extensão..... | 119 |
| FIGURA 28 – | Conhecimento sobre o Portal de Projetos..... | 120 |
| FIGURA 29 – | Periodicidade de realização de processos de avaliação | 121 |
| FIGURA 30 – | Percepção sobre Instrumentos de avaliação | 122 |
| FIGURA 31 – | Acessibilidade das informações sobre as ações de extensão | 123 |
| FIGURA 32 – | Publicidade de informações sobre as ações de extensão..... | 124 |
| FIGURA 33 – | Subcategorias da dimensão relação universidade-sociedade | 125 |
| FIGURA 34 – | Canais de escuta à comunidade | 126 |
| FIGURA 35 – | Percepção sobre avaliação das ações pelo público atendido | 127 |
| FIGURA 36 – | Subcategorias da dimensão plano acadêmico..... | 130 |
| FIGURA 37 – | Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação dos estudantes..... | 132 |
| FIGURA 38 – | Contribuição da avaliação para as atividades de ensino e pesquisa | 132 |

| | | |
|-------------|--|-----|
| FIGURA 39 – | Percepções sobre a implementação da inserção da extensão nos currículos..... | 134 |
| FIGURA 40 – | Participação em ações de extensão | 135 |
| FIGURA 41 – | Conhecimento sobre as ações de extensão | 135 |
| FIGURA 42 – | Participação de estudantes na avaliação das ações de extensão. | 136 |
| FIGURA 43 – | Subcategorias da dimensão produção acadêmica | 137 |
| FIGURA 44 – | Criação de cursos de formação sobre extensão universitária | 137 |
| FIGURA 45 – | Divulgação de resultados e produtos das ações de extensão | 139 |
| FIGURA 46 – | Orientação de registro e classificação das ações de extensão | 140 |
| FIGURA 47 – | Elementos que conduzem a construção da Minuta de Resolução | 144 |
| FIGURA 48 – | Elementos que conduzem a construção da minuta – Legislação .. | 145 |
| FIGURA 49 – | Elementos que conduzem a construção da minuta – Concepção. | 147 |
| FIGURA 50 – | Elementos que conduzem a construção da minuta – Sujeitos envolvidos | 148 |
| FIGURA 51 – | Elementos que conduzem a construção da minuta – Sistema | 149 |
| FIGURA 52 – | Elementos que conduzem a construção da minuta – Divulgação . | 150 |
| FIGURA 53 – | Elementos que conduzem a construção da minuta – Gestão..... | 151 |

TABELAS

| | | |
|------------|---|----|
| TABELA 1 – | Legislação nacional pertinente sobre extensão universitária | 24 |
| TABELA 2 – | Documentos institucionais da UFSM pertinentes sobre extensão universitária | 25 |
| TABELA 3 – | Relação dos cursos de graduação com PPC atualizados de acordo com a resolução 003/2019/UFSM | 34 |
| TABELA 4 – | Sujeitos da pesquisa | 35 |
| TABELA 5 – | Fases da análise de conteúdo | 38 |
| TABELA 6 – | Instrumento de avaliação externa <i>in loco</i> – Eixo 2..... | 87 |
| TABELA 7 – | Instrumento de avaliação externa <i>in loco</i> – Eixo 3..... | 88 |
| TABELA 8 – | Instrumento de avaliação externa <i>in loco</i> – Eixo 4..... | 88 |

QUADROS

| | |
|--|-----|
| QUADRO 1 – Descrição das modalidades das ações de extensão na UFSM - Resolução 006/2019/UFSM..... | 30 |
| QUADRO 2 – Publicações que compõem o corpus de análise..... | 51 |
| QUADRO 3 – Itens que devem compor o Relatório Final das ações de Extensão | 100 |
| QUADRO 4 – Dimensões e Indicadores para avaliação da Extensão na UFSM ... | 101 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AI | Avaliação Institucional |
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| ASSUFISM | Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEX | Câmara de Extensão |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CODAE | Coordenação de Atividades de Extensão |
| COEX | Colégio de Pró-Reitores de Extensão da ANDIFES |
| COMEX | Comissão de Extensão |
| CPC | Centro Popular de Cultura |
| CRUB | Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras |
| CRUTAC | Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária |
| DIEG | Divisão de Extensão e Graduação |
| FIEX | Fundo de Incentivo à Extensão |
| FORPROEX | Fórum de Pró-Reitores e Pró-Reitoras de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras |
| IBEU | Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IEE | Integração Ensino e Extensão |
| IES | Instituição de Educação Superior |
| INEP | Instituto Anísio Teixeira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MCP | Movimento Cultura Popular |
| MEC | Ministério da Educação |
| Minter | Ministério do Interior |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPC | Projetos Pedagógico de Curso |
| PPPG | Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional |
| PRE | Pró-Reitoria de Extensão |
| Proext | Programa Nacional de Apoio a Extensão Universitária |
| Proexte | Programa de Fomento à Extensão Universitária |
| PROGEP | Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas |
| PROGRAD | Pró-Reitoria de Graduação |
| PROPLAN | Pró-Reitoria de Planejamento |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SEC | Serviço de Extensão Cultural |
| SeNESu | Secretaria Nacional de Educação Superior |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| TAE | Técnico-Administrativo em Educação |
| UFISM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 | TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: COMO A PRÁTICA PROFISSIONAL FAZ O ELO COM A PESQUISA? | 15 |
| 2 | PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA | 21 |
| 2.1 | TIPO DE PESQUISA | 22 |
| 2.2 | CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA | 26 |
| 2.3 | SUJEITOS DA PESQUISA | 34 |
| 2.4 | APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS | 36 |
| 2.5 | MÉTODO DE ANÁLISE | 37 |
| 3 | A IMERSÃO INICIAL: O ESTADO DO CONHECIMENTO NA TEMÁTICA DA AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | 41 |
| 4 | EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PERCURSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM RESGATE NECESSÁRIO | 59 |
| 4.1 | EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: DOS PRIMEIROS REGISTROS ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO | 61 |
| 4.2 | DA REDEMOCRATIZAÇÃO ATÉ A ATUALIDADE: CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL | 69 |
| 5 | A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 76 |
| 5.1 | DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A ESPECIFICIDADE DA AVALIAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | 79 |
| 5.2 | A PANDEMIA DE COVID-19 E O OLHAR PARA O FUTURO: AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO | 90 |
| 6 | CONTEXTO ATUAL DA UFSM EM RELAÇÃO À REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO | 96 |
| 7 | A ANÁLISE DOS DADOS E O DIÁLOGO SOBRE A EXTENSÃO E AVALIAÇÃO NA UFSM | 106 |
| 7.2 | DIMENSÃO INFRAESTRUTURA | 116 |
| 7.3 | DIMENSÃO RELAÇÃO UNIVERSIDADE – SOCIEDADE | 124 |
| 7.4 | DIMENSÃO PLANO ACADÊMICO | 129 |
| 7.5 | DIMENSÃO PRODUÇÃO ACADÊMICA | 136 |
| 8 | DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: A MATERIALIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL | 142 |
| 8.1 | LEGISLAÇÃO | 144 |
| 8.2 | CONCEPÇÃO | 147 |
| 8.3 | SUJEITOS ENVOLVIDOS | 148 |
| 8.4 | SISTEMA | 149 |
| 8.5 | DIVULGAÇÃO | 150 |
| 8.6 | GESTÃO | 150 |
| 8.7 | PRODUTO EDUCACIONAL: PROPOSTA DE MINUTA DE RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DA UFSM | 152 |
| 9 | CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE PERCURSO FORMATIVO: O CAMINHAR QUE ESTABELECE BASES E PERSPECTIVAS FUTURAS | 160 |
| | REFERÊNCIAS | 164 |
| | APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE CURSO | 172 |
| | APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES – BOLSISTAS FIEX | 184 |

| | |
|--|-----|
| APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | |
| | 196 |
| APÊNDICE D – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE | 200 |
| APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA | |
| | 202 |

1 INTRODUÇÃO

Apresento, inicialmente, meu percurso profissional e as inquietações que justificam a escolha do tema e, após, descrevo a problemática da pesquisa e os capítulos que compõem esta dissertação.

1.1 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: COMO A PRÁTICA PROFISSIONAL FAZ O ELO COM A PESQUISA?

A decisão por este estudo e temática perpassa o contexto de minha atuação profissional. É uma tarefa que me coloca na posição de olhar para os caminhos que foram se delineando ao longo dos anos em que atuo como servidora técnico-administrativa em educação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e que se encontraram para construir meu objeto de pesquisa.

Importante destacar que, embora minha formação não seja na área da educação, a prática profissional que exerço há 12 anos como servidora pública constrói-se no contexto da gestão da educação superior. O cargo que ocupo é de assistente em administração, sendo que a descrição sumária do cargo, prevista no plano de carreira dos servidores técnico-administrativos¹, apresenta como uma das atividades: “Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Portanto, minha trajetória me construiu como trabalhadora em uma instituição de educação superior e me proporcionou inúmeros aprendizados que me fizeram chegar até aqui. Obviamente essa construção na área da educação não se dá de forma isolada, mas relacionada a vivências pessoais e às concepções de mundo e sociedade que carrego e que conduzem minhas práticas, minhas decisões sobre como viver, como defender minhas ideias e como exercer meu papel de cidadã.

No contexto pessoal familiar, minha trajetória de vida tem relação com a área da educação, principalmente por vivenciar a carreira profissional da minha mãe como professora da Educação Básica na rede municipal de Santa Maria – RS, assim como rememorar as lembranças da infância, das histórias contadas pela minha avó à época de sua atuação como professora da rede básica da zona rural dessa mesma cidade. As vivências familiares são parte do que sou e me constituíram como

¹Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

sujeito que respeita e valoriza a educação pública, os diversos saberes e as diferentes aprendizagens.

A respeito da trajetória profissional na UFSM, iniciada na Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), local onde exerci atividades por 10 anos, atuei na área de avaliação dos servidores para progressão na carreira. Essa experiência me colocou diversos desafios e diversas questões que me direcionaram a conhecer e aprender a partir das dificuldades e dos conflitos inerentes ao processo de avaliação. Meu trabalho na PROGEP permitiu a reflexão sobre inúmeras questões relacionadas à avaliação, como: as relações entre avaliadores e avaliados; a construção de instrumentos de avaliação efetivos e que considerem as particularidades dos processos, dos sujeitos envolvidos, da instituição e das exigências legais; a organização de sistemas e processos de avaliação horizontais e pedagógicos, de acompanhamento, de responsabilidades compartilhadas, isto é, que sejam realmente uma ferramenta de gestão e de transformação da universidade. Assim, minhas inquietações sobre a gestão da educação e dos processos avaliativos relacionados à educação superior estão presentes desde meu ingresso na instituição.

A seguir, entendo como necessário trazer um breve resgate das políticas educacionais e mudanças no contexto da UFSM do ano de 2008, ano que ingressei como servidora da instituição, que impactaram minha trajetória profissional.

O ano de 2008 foi marcado, na UFSM, pelo início da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Aceito pela instituição no ano de 2007, o Reuni foi tema de ampla discussão e de muitas críticas por parte do movimento estudantil e sindical da área da educação, principalmente pelas influências de organismos internacionais e pelas metas de implantação do programa que eram baseadas em experiências de modelos universitários europeus e norte-americanos. Como política pública, esse programa demarca uma grande mudança de cenário para as universidades federais e, enquanto servidora que ingressou nesse contexto, vivi no dia a dia as transformações que o programa permitiu, embora tenham apontamentos críticos sobre sua implantação, quanto à expansão, é inegável o impacto do programa para crescimento da UFSM e de ampliação de acesso ao ensino superior.

O ano de 2008 também é marcado pelo início da política institucional de Ações afirmativas. O Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Social e Racial, aprovado em 2007, na UFSM, atende as reivindicações do movimento negro,

indígena e de estudantes com deficiências. A política de ações afirmativas da UFSM tem destaque pela característica de ser uma resolução institucional precedente à legislação nacional, aprovada no ano de 2012.

Presenciar tais momentos foi fundamental para expandir meu olhar a respeito de políticas públicas para a educação e as diversas influências e disputas que circundam a questão. Saliento que a oportunidade de presenciar a implementação das políticas citadas me conduziram a vivenciar a experiência de participar ativamente do movimento sindical, atuando na coordenação da ASSUFISM, sindicato que representa a categoria dos técnico-administrativos em Educação da UFSM, no período de 2012 a 2014.

Além disso, tive a oportunidade de participar como membro do Conselho Universitário de 2017 a 2020 e de outras comissões institucionais, das quais ainda hoje sou membro. Essas atividades me proporcionaram o envolvimento com as discussões e decisões que englobam o contexto universitário como um todo, mostrando-se como um exemplo de participação coletiva e de debate democrático em busca de soluções para a instituição.

Desde 2018, trabalho na Pró-reitoria de Extensão (PRE) da UFSM, atuando na Coordenadoria de Articulação e Fomento à Extensão que tem como responsabilidades: acolher as demandas da sociedade e articular com as ações de extensão da UFSM; viabilizar o fomento às ações de extensão via editais (elaboração e acompanhamento); orientar e fornecer suporte ao registro das ações de extensão; acompanhar e orientar os cursos de graduação sobre a inserção da extensão nos currículos de graduação; organizar a participação da UFSM em eventos relacionados à Extensão e construir relatórios de dados sobre a extensão na UFSM.

No início do meu ingresso na PRE, vivenciei a organização final do texto da nova Política de Extensão da UFSM, publicada em abril de 2019, assim como a publicação da Resolução 003/2019/UFSM que orienta a inserção da extensão nos currículos de graduação da UFSM. Esses momentos são marcantes para meu exercício profissional na PRE, pois me proporcionaram uma aproximação com a extensão universitária e também com a gestão da extensão, fatos que me conduzem a reconhecer o trabalho do servidor técnico-administrativo na extensão universitária e sua contribuição na formação do estudante. Então, começo a perceber a importância do meu trabalho para o estudante da UFSM. Essa constatação inicia

uma autorreflexão sobre meu processo de formação acadêmica e a possibilidade de ampliar meus horizontes formativos.

Além disso, meu fazer profissional em 2019 foi, muito intensamente, influenciado pelas mudanças de legislação a respeito da extensão na UFSM. Com as mudanças, a PRE alcançou outro patamar em termos de gestão com uma nova estrutura organizacional dentro do regimento da UFSM. As regulamentações vigentes trazem alterações importantes na forma de organizar o trabalho extensionista na instituição.

Ainda em 2019, a pedido do Pró-reitor de Extensão, Prof. Flavi Ferreira Lisboa Filho, participei da organização de um levantamento de dados da UFSM a fim de responder um questionário referente a indicadores de extensão do Fórum de Pró-Reitores e Pró-Reitoras de Extensão Nacional (FORPROEX). A dificuldade em localizar informações em documentos e sistemas institucionais, muitas vezes inexistentes ou inconscientes, desperta a necessidade de um olhar crítico para a avaliação da extensão na UFSM. Assim, diante da circunstância em realizar esse levantamento, surgiu a oportunidade de iniciarmos essa discussão internamente na PRE e, a convite do Pró-Reitor, acompanhei, no ano de 2019 e 2020 as discussões sobre a avaliação nos encontros da Regional Sul do FORPROEX.

A partir das situações relatadas, encaro novamente o desafio de vivenciar as questões relacionadas à avaliação, agora no contexto da extensão universitária. Essa participação ativa é fundamental para adquirir novos conhecimentos e me motivar a ir além do trabalho na gestão universitária. A temática da avaliação passa a ser uma possibilidade que alinha minhas inquietações do fazer profissional e minhas aspirações de continuidade de formação acadêmica.

Atualmente, exerço um cargo de chefia na Subdivisão de Apoio a Projetos de Extensão, trabalhando diretamente com organização, acompanhamento e gestão de editais de fomento à extensão; orientações e acompanhamento do registro das ações de extensão na UFSM; organização de eventos de extensão universitária; elaboração de documentos institucionais relacionados à extensão (instruções normativas, orientações técnicas, etc.); e suporte e orientação aos cursos de graduação sobre a inserção da extensão nos currículos. Todas essas atividades têm relação direta com o ato de avaliar, porém a avaliação da extensão ainda é um desafio da PRE, que perpassa a definição de metodologias, de elaboração de instrumentos e reorganização do sistema de registro e regulamentação institucional.

Portanto, ao me deparar com tal situação, percebo a importância de pesquisar a temática da Avaliação da Extensão. A proposta apresentada aqui caminha num sentido de alinhar o meu dia a dia profissional com o desafio da instituição em cumprir sua tarefa perante a avaliação e o monitoramento das ações extensionistas. Ainda que tenhamos uma resolução aprovada que dispõe de um conjunto de dimensões com indicadores de avaliação para a Extensão, a implementação de instrumentos consolidados institucionalmente de avaliação da Extensão contribui para a análise e para a construção de uma base de indicadores de extensão que permita o acompanhamento e a divulgação de dados que ampliem a visibilidade do desenvolvimento da extensão na UFSM.

A partir de muitas dúvidas e poucas certezas, as questões levantadas através da reflexão do meu cotidiano profissional e das regulamentações institucionais dão vazão à necessidade de reunir as condições apresentadas em um problema de pesquisa, isto é, construir, a partir de um conhecimento cotidiano, um conhecimento científico.

Follari (2011) cita que os problemas assumidos pela ciência social são aqueles que se mostram pertinentes aos membros da sociedade. Trago esta afirmação com a consciência do desafio de construir um problema de pesquisa que emerge do meu cotidiano de trabalhadora, onde ora me construo com sujeito dentro da problemática, ora me desloco deste contexto e preciso me remeter com o olhar de pesquisadora para a questão. Além disso, o contexto de novas regulamentações e diretrizes para extensão, aliadas à obrigatoriedade da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, coloca-nos em um momento único para a reflexão sobre a avaliação da extensão na UFSM.

Não se pode deixar de pontuar que discorrer sobre gestão e avaliação não é uma tarefa fácil em face às mudanças e ao contexto social e legal. O assunto torna-se polêmico ao conflitar temas já enraizados no dia a dia das universidades como a livre produção de conhecimento e a autonomia universitária. Entendo que essa proposta contribui com a instituição, na perspectiva de olhar as particularidades do fazer extensionista na UFSM para propor estratégias relacionadas aos processos avaliativos, o que, de certa forma, oportuniza para a instituição outro patamar na gestão da extensão, evitando, assim, sistemáticas de avaliação impostas de fora para dentro.

A partir da exposição dos elementos citados acima, aponto para a seguinte questão que direciona meu percurso de pesquisa: como avaliar as ações de

extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria? Para responder essa questão, elegemos como objetivo geral compreender o processo de avaliação das ações de extensão universitária na UFSM-RS.

Na segmentação deste objetivo, pretendeu-se construir o estado do conhecimento a respeito da avaliação da extensão universitária; analisar os marcos teóricos legais da extensão universitária no contexto nacional e local; investigar como se constituem as ações de extensão desenvolvidas na UFSM; e propor Diretrizes para avaliação da extensão universitária na UFSM, a partir de uma Minuta de Resolução.

Em resumo, esta dissertação está estruturada em nove capítulos, incluindo estas considerações iniciais. No segundo, apresentamos o percurso metodológico desta pesquisa. Do terceiro até o sexto, fundamentamos o arcabouço teórico a respeito da temática, abordando os estudos atuais e os principais marcos teóricos e legais relacionados à extensão universitária. No sétimo, detalhamos a análise dos dados e as reflexões sobre os resultados encontrados. No oitavo, abordamos a caracterização do produto educacional construído a partir das percepções desta investigação. Por fim, no nono, sintetizamos as nossas considerações finais sobre o percurso formativo e os caminhos que se estabeleceram e que nos dão base para pensar o futuro.

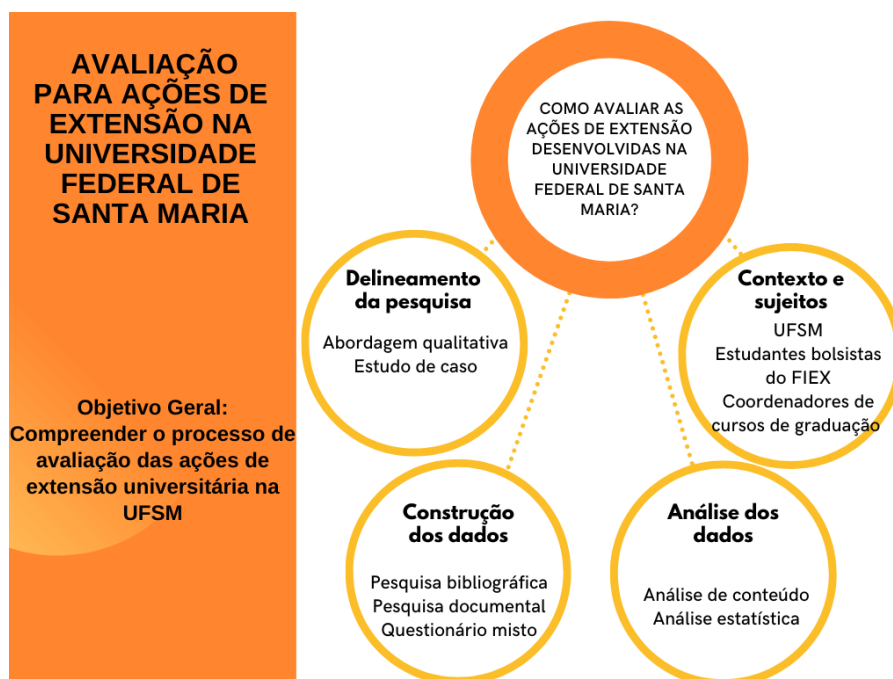
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O exercício de se dedicar ao estudo e pesquisa sobre a avaliação da extensão universitária é um desafio, que necessita considerar a complexidade dos processos de gestão, de ensino e aprendizagem. Por isso, Cunha (2014) cita que o olhar para avaliação deve ser centrado no fazer institucional e não algo universalizado, além de decorrer da compreensão multirreferenciada de qualidade. Essa condição proporciona a possibilidade de construir instrumentos que devem ser legitimados pelas condições culturais da organização e pelas políticas específicas já existentes.

Este capítulo é dedicado à descrição do percurso e das escolhas metodológicas que embasam a presente pesquisa. Trago de forma detalhada os instrumentos e as técnicas de coleta e análise de dados que foram utilizados para culminar no tão esperado resultado. Para isso, apresento também o contexto da pesquisa e os sujeitos envolvidos.

Para compreensão geral da proposta metodológica deste estudo foi elaborado um esquema a partir da matriz de amarração das fases da pesquisa, conforme figura 1:

Figura 1 – Esquema da proposta metodológica



Fonte: elaborado pela autora (2021).

2.1 TIPO DE PESQUISA

Desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG) da UFSM, da linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, esta pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, pois almeja encontrar complementaridade e enriquecimento no caminho metodológico. Buscamos sentidos, significados e intenções a partir de uma realidade empírica, com a compreensão de que a vida social não pode ser somente quantificada. Portanto, há uma preocupação com um espaço de concepções e práticas que é mais particular dos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2009). Ainda, segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares e traz um enfoque da realidade que não pode ser quantificado, por isso trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A pesquisa social no âmbito de programas de mestrado profissional abrange a questão dos problemas presentes na realidade de trabalho dos pesquisadores. Em vista disso, Gil (2008) nos remete à reflexão sobre a neutralidade da pesquisa social. Não podemos deixar de considerar que o pesquisador, nas circunstâncias apresentadas, é mais que um observador, é um ator envolvido no problema da pesquisa. Portanto, este estudo se constitui como uma pesquisa implicada no contexto da educação superior, na UFSM, tendo como sujeitos parte dos agentes envolvidos com a extensão universitária – estudantes da UFSM, bolsistas do Fundo de Investimento à Extensão (FLEX) e coordenadores de cursos de graduação da UFSM.

Nesse tipo de pesquisa, segundo Lourau (2004), o observador está implicado no campo de observação, consciente de que sua intervenção transforma o objeto de estudo. O autor destaca a importância das relações sociais e coletivas institucionais na percepção e intervenção no objeto de estudo e a aproximação do pesquisador com o campo, que inclui uma análise do impacto, onde as observações têm sobre a história do pesquisador. A implicação não diz respeito à noção de comprometimento ou relação pessoal com o campo, ao contrário, “[...] a análise de implicação fala do coletivo em nós, do impessoal se desgarrando do sujeito e sua história individual na relação com o campo de pesquisa” (PAULON; ROMAGNOLI, 2010. p. 93).

Ademais, a presente investigação se caracteriza pela escolha metodológica do estudo de caso, no qual se examinam acontecimentos contemporâneos no contexto educacional, quando os limites entre fenômeno e contextos não estão explícitos. O estudo de caso conta com o desenvolvimento de proposições teóricas através da exploração de documentos e pesquisas primárias, secundárias e artefatos físicos e culturais que conduzem a coleta de dados através de múltiplas fontes de dados, englobando, assim, uma abrangente variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações (YIN, 2001). Segundo Goldenberg (2004), o estudo de caso consiste em estudar o todo, seja esse todo “[...] um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade”. Portanto, cabe uma análise holística que considera a unidade social estudada.

Para realização deste estudo, usamos como ferramentas de pesquisa, para aprofundamento sobre o tema, o estado do conhecimento e pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental de documentos e legislações a respeito da extensão universitária no contexto nacional e local, além de questionário *on-line* com perguntas abertas e fechadas com os sujeitos da pesquisa.

O estado do conhecimento proporciona a construção de uma visão geral dos estudos realizados sobre a temática abordada nesta investigação, a avaliação da extensão universitária, e constitui-se como a fase exploratória da pesquisa. Além disso, compreende o levantamento de caráter inventariante e de sistematização das produções científicas nesse contexto, que, como cita Morosini e Fernandes (2014), visa contribuir com a leitura da historicidade e da realidade nas discussões e produções da comunidade acadêmica. Para Romaniwski e Ens (2006), a construção do estado do conhecimento não só identifica a produção, como alcança a análise, a categorização e a demonstração dos múltiplos enfoques e as perspectivas das pesquisas.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), permite ao investigador uma cobertura sobre o fenômeno estudado a partir de estudos e pesquisas já realizadas. O estudo exploratório a partir do estado do conhecimento fundamentou o aporte teórico desta pesquisa, que apresenta as seguintes bases para construção do referencial teórico e legal: história, concepções e políticas públicas da extensão universitária; gestão da extensão universitária; e avaliação das ações de extensão.

Em relação à abordagem qualitativa, a pesquisa documental está presente na construção dos dados como parte essencial no desvelamento das questões que interessam a este estudo. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental pode

ser compreendida como um conjunto de operações, que visa analisar documentos, na busca por identificar informações sobre circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados.

Realizamos a pesquisa documental a partir da seleção dos principais documentos analisados relativos à extensão universitária que estão organizados em duas tabelas descritivas com a legislação nacional e documentos institucionais da UFSM (Tabela 1 e 2).

Tabela 1 – Legislação nacional pertinente sobre extensão universitária

| Documentos Nacionais | Breve identificação |
|--|--|
| Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 | A Constituição prevê o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. |
| Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 | Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. |
| Lei n.º 010172, de 9 de janeiro de 2001 | Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2001-2010. |
| Projeto de lei nº 8.035 de 2010 | Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020. |
| Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 | Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2014-2024. |
| Plano Nacional Extensão Universitária | Publicação do ano de 2001 do FORPROEX e da Secretaria de Educação Superior do MEC. |
| Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 | Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. |
| Política Nacional Extensão Universitária | Publicação do ano de 2012 do FORPROEX Nacional. |
| Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018 | Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. |

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Tabela 2 – Documentos institucionais da UFSM pertinentes sobre extensão universitária

| Documentos institucionais - UFSM | Breve caracterização |
|--|--|
| Anexo da Res. n.º 006/2019, de 29/04/2019 | Política de Extensão da UFSM. |
| Resolução n.º 003/2019 | Regula a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFSM. |
| Instrução normativa n.º 001/2019/PRE, de 12 de julho de 2019 | Estabelece orientações técnicas para a regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da UFSM. |
| Resolução n.º 016/2020 | Estabelece a nova estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), suas competências e atribuições e altera o Regimento Geral da UFSM. |
| Edital 003/2020/PRE | Edital de abertura de inscrições de propostas para concessão de recursos de custeio do Fundo de Incentivo à Extensão (FLEX) para realização de ações de extensão coordenadas por servidores da UFSM. |
| Plano de Desenvolvimento Institucional | PDI para o decênio 2016-2026. |
| Resolução n.º 16/2010 | Implementa, no âmbito da UFSM, o novo Sistema de Registro da Produção Institucional – módulo Registro, Acompanhamento e Avaliação de Projetos. |

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Outro instrumento utilizado na pesquisa foi o questionário que, segundo Gil (2008), como técnica de investigação, reúne um conjunto de questões no intuito de obter dados sobre determinados assuntos, interesses, expectativas e comportamentos. Gil (2008) ressalta que a construção do questionário deve traduzir os objetivos do estudo e cita vantagens como a possibilidade de atingir um grande número de pessoas, de garantir anonimato, de permitir que os respondentes definam o melhor momento para respondê-lo. Porém, sua elaboração requer cuidados, como constatar sua eficácia, com a construção e formato do conteúdo, a forma de apresentação do questionário. Apesar de Gil (2008) citar que a ferramenta do questionário não expõe os pesquisados às influências externas, é importante observar que ele “não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolva-o devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra” (GIL, 2008, p. 122).

A escolha pela instituição se justifica pelo contexto de minha atuação profissional. A partir da familiaridade e proximidade com a gestão da extensão universitária, percebi a necessidade de aprofundar, por meio de um estudo, as inquietações que me cercam no dia a dia. Como servidora TAE, considero relevante a oportunidade de propor reflexões teóricas sobre as situações vivenciadas na

prática de uma instituição de educação superior, com a perspectiva de escuta aos sujeitos envolvidos com as práticas extensionistas.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), autarquia educacional especial vinculada ao Ministério da Educação. Tem sua sede localizada no município de Santa Maria – RS. Sua fundação data de 14 de dezembro de 1960 com a denominação de Universidade de Santa Maria (USM) e possui como particularidade ser a primeira universidade federal criada no interior, fato que colocou o Rio Grande do Sul, à época, como primeiro Estado da Federação a possuir duas universidades federais.

Em seu primeiro estatuto, no ano de 1962, contava com os seguintes órgãos: Administração Universitária, composta de Assembleia Universitária, Conselho Universitário e Reitoria; oito Faculdades Federais (Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Agronomia, de Veterinária, Belas Artes e Filosofia, Ciências e Letras); e vinte Institutos (Física, de Matemática, Química, Anatomia, Fisiologia, Patologia, Farmacologia, Ciências Naturais, Pesquisas Bioquímicas, Parasitologia e Micologia, de Microbiologia e Imunologia, Medicina Preventiva, Histologia, Embriologia e Genética, Zootecnia, de Mecânica, Tecnologia, Solos e Cultura, Fala e Nutrologia e Bromatologia).

No ano de 1965, com sua federalização, passou a denominar-se Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A instituição passou por diversas reestruturações através de regimentos e estatutos, chegando ao regimento atual, aprovado no ano de 2011, que conta, na sua estrutura organizacional, com uma administração superior, onze unidades de educação superior, três *campi* fora de sede e três unidades de educação básica, técnica e tecnológica, a citar: Reitoria, Centro de Artes e Letras (CAL), Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE), Centro de Ciências Rurais (CCR), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), Centro de Educação (CE), Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), Centro de Tecnologia (CT), Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Cachoeira do Sul, Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Palmeira das Missões, Campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Colégio

Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria e Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSM para o decênio 2016-2026 destaca o papel da instituição no desenvolvimento regional, citando o cenário da interiorização da educação superior e o impacto transformador da realidade local onde a instituição está inserida. A UFSM possui expressividade no ensino, na pesquisa, na extensão e na cultura que é determinante no desenvolvimento econômico local e regional. Ademais, a Universidade também contribui na formação profissional, no desenvolvimento científico, no fomento ao desenvolvimento regional e no enfrentamento de problemas da sociedade.

Conta atualmente com 129 cursos de graduação, 112 de pós-graduação, cinco cursos de ensino médio e 24 pós-médio, com um número total de 27.687 estudantes regularmente matriculados². O número total de servidores da instituição é de 4.646, sendo 2.026 docentes e 2.620 técnico-administrativos em educação, que trabalham em diversos campos de atuação.

Através do seu PDI para o decênio de 2016-2026, a UFSM busca orientar o caminho para o cumprimento de sua missão através de sete desafios institucionais, que são: internacionalização; educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica; inclusão social; inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia; modernização e desenvolvimento organizacional; desenvolvimento local, regional e nacional; e gestão ambiental.

A figura 2 demonstra a missão, a visão e os valores da UFSM:

² Dados do portal UFSM em números. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

Figura 2 – Missão, visão e valores da UFSM



Fonte: Elaborado pela autora (2021), adaptado do PDI UFSM 2016-2026.

A organização administrativa da UFSM é exercida através de níveis hierárquicos divididos em superior, intermediário e inferior, para administração e coordenação das atividades. O nível superior é constituído pelos Conselhos Superiores e Reitoria; o intermediário, pelas Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares; e o inferior, pelos Departamentos.

Para a administração superior, o PDI traz órgãos com funções de deliberação coletiva e de execução, sendo os Conselhos Universitários, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Curadores os órgãos de deliberação coletiva. Os órgãos de execução são constituídos pelas Pró-reitorias, Órgãos Executivos, Órgãos Suplementares Centrais, Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e Órgãos de Apoio.

No que envolve as Pró-reitorias, o PDI apresenta que são os órgãos que executam as políticas definidas pelos conselhos superiores. O regimento interno da UFSM estabelece as atividades exercidas pelas Pró-reitorias. Por sua vez, o órgão que coordena, orienta, supervisiona, promove e divulga as ações de extensão na UFSM é a Pró-reitoria de Extensão, vinculada à Reitoria. Na UFSM, a primeira

Política de Extensão foi aprovada no ano de 1998, regulada pela Resolução n.º 006/2001/UFSM. Em 2008, a política foi reestruturada e aprovada pelo Conselho Universitário através da Resolução n.º 025/2008/UFSM. Atualmente, a extensão universitária da UFSM é regulamentada pela Resolução n.º 006/2019/UFSM que aprova a Política de Extensão em vigor.

A atual política de Extensão da UFSM discorre sobre as diretrizes e os objetivos da extensão na UFSM e da PRE; os eixos e as linhas da extensão; a caracterização, a classificação, o registro e o financiamento das ações de extensão; a composição e a finalidade da Câmara de Extensão, das Comissões de Extensão e do Fórum Regional Permanente de Extensão; a avaliação e a valorização da extensão; e a inserção das ações de extensão no ensino.

A extensão na UFSM, em consonância com a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), no Artigo 8.º da Resolução 006/2019 da UFSM, é definida como:

[...] um processo interdisciplinar educativo, cultural, artístico, social, científico, tecnológico e político comprometido com as demandas da sociedade, que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, gerando impacto na formação do estudante. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b).

Em se tratando das diretrizes que devem ancorar o fazer extensionista na UFSM, a Política de Extensão prevê seis itens fundamentais que devem ser observados e atendidos pela Extensão na UFSM: 1) interação dialógica entre universidade e sociedade; 2) interdisciplinaridade e interprofissionalidade; 3) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 4) impacto na formação do estudante; 5) impacto e transformação social; e 6) comprometimento contextualizado priorizando as demandas da sociedade.

Percorrendo o fazer extensionista da UFSM, têm-se, de acordo com a Política, as ações de extensão que devem ser desenvolvidas por servidores da instituição (docentes e técnico-administrativos) nas suas áreas de atuação, com a participação de estudantes, dos diferentes níveis de ensino, como protagonistas. As ações, que devem responder a necessidades da comunidade externa e suas demandas, são classificadas em: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços (Quadro 1).

Quadro 1 – Descrição das modalidades das ações de extensão na UFSM - Resolução 006/2019/UFSM

| Modalidade | Conceito |
|------------------------------|--|
| Programa | Conjunto articulado de duas ou mais ações de extensão (projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços), integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter multidisciplinar e orgânico-institucional, com integração no território e/ou grupos populacionais e com clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, preferencialmente pelo prazo de até 10 anos. |
| Projetos | Conjunto de ações processuais, de caráter educativo, artístico, social, cultural, assistencial, tecnológico, político ou de suporte institucional externo, com objetivo específico e prazo determinado de até cinco anos, renovável. |
| Cursos de extensão | Ação de caráter pedagógico teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e critérios de avaliação e certificação cujo público seja a comunidade externa à UFSM. |
| Eventos de extensão | Ação que contempla a apresentação e/ou exibição pública do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico/acadêmico ou tecnológico desenvolvido ou reconhecido pela Comissão de Extensão ou equivalente, cujo público seja a comunidade externa à UFSM. |
| Prestação de Serviços | Corresponde ao serviço técnico especializado, oferecido pela universidade à comunidade externa, caracterizado por sua finalidade pública e social, observada no perfil da demandante e na finalidade dos serviços, em conformidade com a função social da universidade pública, com a missão da UFSM, em atendimento à lei e devidamente registrada como ação de extensão. |

Fonte: Política de Extensão da UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b)

Ainda, de acordo com a Política de Extensão, as ações também estão sistematizadas por oito áreas que correspondem a grandes focos de política social e de desenvolvimento e capacitação tecnológica, são elas: Comunicação; Cultura e Arte; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho.

Quantitativamente há 1.109 ações de extensão em andamento na instituição³, distribuídas entre as unidades universitárias. De acordo com as informações disponíveis no Mapa da Extensão 2021, as ações de extensão da UFSM estão presentes em, aproximadamente, 150 cidades brasileiras, totalizando um público de mais de cinco milhões de pessoas – entre extensionistas e comunidade externa – amparadas diretamente pelas ações.

³ Dados do Mapa de Extensão 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/mapa/>. Acesso em: 12 set. 2021.

A Política prevê como forma de financiamento da extensão o Fundo de Incentivo à Extensão (FIEEX), que objetiva fomentar as ações extensionistas da UFSM com edital de periodicidade anual, abrangendo todos os *campi* da UFSM. O Edital FIEEX é aprovado pela Câmara de Extensão e publicado pela PRE, com execução descentralizada nas unidades da UFSM. O Edital FIEEX indica que ações classificadas como projetos e programas que concorrem ao edital devem, obrigatoriamente, prever a oferta de bolsas a estudantes da UFSM. As bolsas concedidas pelo Edital são as denominadas pela Política de Extensão, como bolsas de iniciação à extensão, as quais “[...] destinam-se a estudantes do ensino básico, técnico, tecnológico e superior (exclusivamente graduação) e têm o propósito de potencializar a formação cultural, artística, técnico-científica, pessoal, social e política do estudante”, conforme Artigo 21 da Política de Extensão da UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b).

No que envolve a gestão da extensão na UFSM, a estrutura da PRE está regulamentada pela Resolução n.º 016/2020/UFSM, conforme figura 3.

Figura 3 – Organograma da Pró-reitoria de Extensão da UFSM



Fonte: Anexo à resolução n.º 016/2020/UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2020).

A PRE conta com uma equipe de 31 servidores⁴, distribuídos nos diferentes setores da estrutura organizacional. No geral, como competências da PRE, o artigo 28 da resolução prevê:

- I - coordenar, supervisionar, dirigir, promover e divulgar ações de extensão da UFSM;
- II - dar conhecimento no âmbito acadêmico sobre conceitos, características e campo de atuação da extensão universitária;
- III - articular e participar da construção da política de extensão da Universidade, em conjunto com a Câmara de Extensão, constituída pelos representantes das Unidades de Ensino;
- IV - supervisionar a política de extensão da Universidade, previamente aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V - apoiar as ações extensionistas de intercâmbio científico e cultural com instituições congêneres, nacionais e internacionais;
- VI - propor a regulamentação institucional das ações de extensão;
- VIII - elaborar seu plano anual de atividades e a parte que lhe competir no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade;
- IX - articular a execução de projetos concebidos a partir de demandas locais/regionais;
- X - desenvolver projetos estruturados de forma a proporcionar o desenvolvimento econômico, tecnológico, social, artístico, cultural, linguístico e turístico da região da quarta colônia; e
- XI - promover a realização de eventos que difundam os conhecimentos e as tecnologias geradas nas áreas institucional, educacional, tecnológica, artística, cultural, social, industrial e comercial (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2020).

O órgão colegiado que se apresenta como instância política máxima de deliberação da Extensão na UFSM, de acordo com a Resolução n.º 016/2020/UFSM, é a Câmara de Extensão (CEX-PRE). Segundo a Política de Extensão da UFSM, a câmara tem a “finalidade de elaborar, sugerir, aprovar e consolidar instrumentos legais que orientem a aplicação da Política de Extensão, a sua qualificação e a contínua avaliação”. De maneira geral, é composta por representantes de todas as unidades da UFSM, além de representação estudantil e membros da comunidade externa. Além disso, cada unidade de ensino da UFSM, bem como a Reitoria deve possuir uma Comissão de Extensão (COMEX) ou equivalente, que tem como responsabilidade a competência deliberativa sobre o registro de ações de extensão e consultiva em relação à concessão de recursos, mediante processo de avaliação.

Como instância de escuta à comunidade externa, a política cita o Fórum Regional Permanente de Extensão, que objetiva identificar as demandas da sociedade através de diálogo e troca de experiências em um processo de

⁴ Conforme dados disponibilizados no site da PRE. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/equipe/>. Acesso em: 20 set. 2021

comunicação qualificada. O sítio institucional da PRE⁵ traz que o Fórum “[...] constitui-se de dois instrumentos: a Plataforma de Coleta de Dados e as reuniões semestrais realizadas nos quatro *campi* da instituição”. Os resultados dos instrumentos de escuta da comunidade são utilizados para a elaboração de critérios de seleção das propostas que concorrem no Edital FIEEX.

Para fins específicos de compreender a atuação da PRE nas demandas de avaliação da extensão, o artigo 25 da Política de Extensão elenca os órgãos que devem “elaborar instrumentos de avaliação da extensão, de um modo geral, e das ações de extensão”, a citar: Pró-Reitoria de Extensão, em colaboração com a Câmara de Extensão e as Comissões de Extensão das unidades ou equivalentes.

A Resolução n.º 016/2020/UFSM cita que, na estrutura da PRE, o setor a qual cabe a competência de “[...] instruir e oferecer suporte ao registro, acompanhamento e avaliação das ações de extensão” é a Subdivisão de Apoio a Projetos de Extensão, vinculada a Coordenadoria de Articulação e Fomento à Extensão.

Em relação à implementação da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, a PRE, de acordo com a Política de Extensão, tem responsabilidade compartilhada com a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFSM para as atividades relacionadas à efetiva implantação desta política institucional. O artigo 29 cita os seguintes fatores para isso:

- I – criar os mecanismos necessários para facilitar a identificação das ações de extensão;
- II – disponibilizar informações das ações extensionistas às diferentes instâncias da estrutura administrativa da Universidade para facilitar o processo de flexibilização curricular;
- III – elaborar instrumentos de avaliação das ações de extensão a partir de indicadores de desempenho e de frequência, quando for o caso, para que possam ser computadas e incluídas no histórico acadêmico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b).

Internamente, na PRE, a coordenadoria responsável pelo subsídio à inserção da extensão nos currículos é a Coordenadoria de Articulação e Fomento à Extensão, de acordo com a Resolução n.º 016/2020/UFSM.

Além da Política de Extensão, a UFSM aprovou a Resolução n.º 003/2019/UFSM, a qual regula a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação. A resolução previa um prazo de implementação para o mês de agosto de 2021, porém devido ao contexto de atividades não presenciais provocado

⁵ As informações podem ser acessadas em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/forum-de-extensao-2/>. Acesso em: 12 set. 2021.

pela pandemia de Covid-19, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) emitiu um memorando circular prorrogando o prazo para 19 de dezembro de 2022⁶.

Em consulta⁷ à Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino (PROGAD), setor responsável pelas informações referentes ao processo de criação, reforma e ajuste de projetos pedagógicos de curso (PPC) no âmbito do ensino de graduação da UFSM, obteve-se o retorno que doze cursos de graduação da UFSM apresentam os PPC atualizados com a inserção das ações de extensão (Tabela 3):

Tabela 3 – Relação dos cursos de graduação com PPC atualizados de acordo com a resolução 003/2019/UFSM

| Curso | Unidade | Habilitação |
|----------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| Música | CAL | Bacharelado |
| Ciências Econômicas - Diurno | CCSH | Bacharelado |
| Ciências Econômicas - Noturno | CCSH | Bacharelado |
| Engenharia Sanitária e Ambiental | Campus Frederico Westphalen | Bacharelado |
| Sistemas de Informação | Campus Frederico Westphalen | Bacharelado |
| Física | CCNE | Bacharelado |
| Fonoaudiologia | CCS | Bacharelado |
| Arquivologia | CCSH | Bacharelado |
| Ciências Sociais | CCSH | Licenciatura |
| Letras Espanhol e Literaturas | CAL | Licenciatura |
| Física | EAD | Licenciatura |
| Dança | CAL | Licenciatura |
| Letras Inglês e Literaturas | CAL | Licenciatura |
| Letras Português e Literaturas | CAL | Licenciatura |
| Educação Especial - Diurno | CE | Licenciatura |
| Música | CAL | Licenciatura |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

2.3 SUJEITOS DA PESQUISA

⁶ Memorando Circular n.º 05/2021 - CODE/PROGRAD, que altera prazo de inserção das ações de extensão e de encaminhamento de propostas de reformas de projetos pedagógicos de curso à CODE/PROGRAD. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2021/07/memorando-circular-05-2021_insercao-da-extensao-e-prazo-de-reforma-dos-PPCs.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

⁷ Consulta realizada por correio eletrônico na data de 21 de julho de 2022 à Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino – PROGRAD/UFSM.

Para realização desta investigação, elegeu-se como sujeitos da pesquisa os estudantes da UFSM que foram bolsistas do Edital FIEX nos últimos dois anos⁸ (2020 e 2021) e coordenadores dos cursos de graduação com os PPC já atualizados⁹, conforme a Resolução n.º 003/2019/UFSM. A justificativa do primeiro público se embasa na relação desse estudante com as atividades da bolsa de extensão, que permite atividades planejadas ao longo da execução da ação, inserindo-o no contexto de atuação da extensão universitária. A escolha dos coordenadores de cursos de graduação que já atualizaram os PPC para inclusão das ações de extensão, por sua vez, tem como razão a atualidade desse contexto de mudanças para a UFSM, e o envolvimento desses sujeitos nas discussões sobre a implementação da inserção das ações de extensão nos currículos e sobre os desafios da extensão universitária para articular a função social da instituição com a formação do estudante.

O número de coordenadores de curso difere do número total de cursos de graduação constantes na consulta, pois os cursos de Ciências Econômicas Diurno e Noturno, Música Bacharelado e Licenciatura e Letras (habilitações) possuem o mesmo coordenador(a) de curso para as diferentes modalidades.

Tabela 4 – Sujeitos da pesquisa

| Participantes | Técnica de pesquisa | Número de envolvidos (amostra) |
|---|-----------------------------|---------------------------------------|
| Estudantes - bolsistas FIEX (2020 e 2021) | Questionário <i>on-line</i> | 556 |
| Coordenadores de curso | Questionário <i>on-line</i> | 12 |

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

⁸ De acordo com a Revista Universidade e Sociedade: protagonismo da Extensão UFSM, publicada em 2019, o número de bolsistas FIEX, por ano, é em torno de 253 estudantes. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/revista-extensao/>. Acesso em: 21 out. 2021.

⁹ Utilizamos como parâmetro a consulta realizada via correio eletrônico realizada no dia 21 de julho de 2022.

2.4 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Para a construção dos modelos de questionários (apêndices A e B) que foram aplicados, priorizamos questões relacionadas ao contexto do fazer extensionista da UFSM, delineadas a partir da temática da pesquisa, que é a avaliação da extensão universitária.

Os modelos de questionários se constituem como uma seção inicial de perguntas mais abrangentes, seguindo para questões que foram categorizadas de acordo com as cinco dimensões de avaliação da extensão universitária preconizados pelo FORPROEX e presentes na Política de Extensão da UFSM, a citar: 1) Dimensão Política de Gestão; 2) Dimensão Infraestrutura; 3) Dimensão Relação Universidade – Sociedade; 4) Dimensão Plano Acadêmico; e 5) Dimensão Produção Acadêmica.

Esta pesquisa, antes de se iniciar a coleta de dados, foi aprovada pelo Comitê de Ética Institucional da UFSM¹⁰. A partir da aprovação, demos início à fase de organização junto ao Centro de Processamento de Dados da UFSM do envio dos questionários aos participantes da pesquisa. O envio de notificação de *e-mail* por via institucional começou em 22 de julho de 2022, encerrando a coleta de dados no dia 9 de setembro de 2022.

Para o grupo de coordenadores de cursos de graduação foram enviadas notificações para os 12 participantes. Obtivemos retorno de 11 respostas, sendo que um respondente, no termo de consentimento livre e esclarecido, optou por não participar da pesquisa, restando, para fins de análise, 10 respostas do grupo de coordenadores de curso.

No que se refere ao envio de notificações para os estudantes bolsistas do FLEX, houve uma maior dificuldade com o retorno dos questionários. Foram 556 estudantes notificados via CPD, porém tivemos retorno de 30 respondentes, sendo que um optou por não participar da pesquisa no preenchimento do termo de livre consentimento. Portanto, chegamos ao número de 29 respostas no grupo de participantes dos estudantes bolsistas FLEX que foram analisadas.

Os questionários foram enviados semanalmente, com o primeiro envio no dia 22 de julho de 2022, e o último envio no dia 02 de setembro de 2022. O critério para encerramento do envio das notificações foi a estabilização do número de respostas

¹⁰ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, com o número de registro CAEE 60377322.6.0000.5346.

após o último envio, ou seja, o questionário foi enviado sem que retornasse nenhuma resposta nova durante 5 dias consecutivos. Compreendemos, durante esse período de coleta de dados, que todos os participantes interessados em contribuir com a pesquisa haviam respondido o questionário, e os demais não iriam responder independentemente de quantos novos envios fossem realizados.

Nossa perspectiva não era atingir a maioria ou um percentual elevado de respondentes, mas sim buscar a resposta dos participantes dispostos a realmente contribuir e refletir sobre a temática da avaliação da extensão universitária.

2.5 MÉTODO DE ANÁLISE

Como método de análise, tanto para os dos documentos legais quanto para os dados gerados nos questionários (Apêndices A e B), optamos pela análise de conteúdo. Os dados dos questionários foram organizados através de planilha eletrônica, gerada a partir da ferramenta *on-line Google Forms*, a qual foi utilizada para a aplicação dos questionários.

Conforme Bardin (2011), a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico, através de um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Segundo a autora, na análise de conteúdo não existe algo pronto, há somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis.

Portanto, utilizamos o conjunto de técnicas de análise através de procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens. Como fases da análise de conteúdo, temos: 1) Pré-Análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados (Tabela 5).

Tabela 5 – Fases da análise de conteúdo

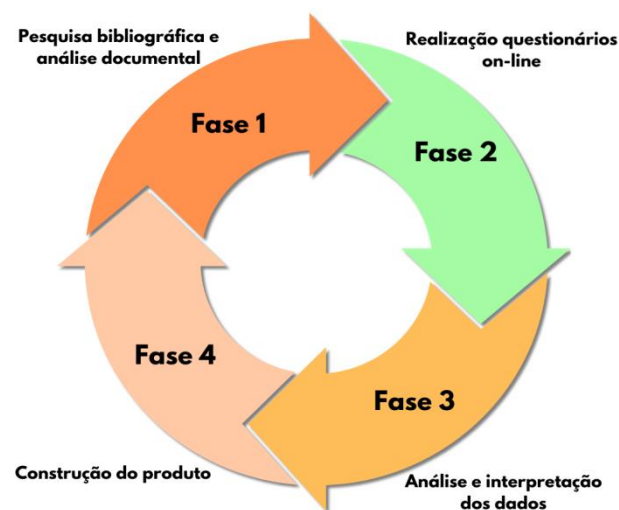
| Pré-análise | Exploração do material | Tratamento dos resultados |
|--|---|--|
| 1. Leitura flutuante | 1. Codificação do material | 1. Condensação e destaque das informações para análise |
| 2. Escolha dos documentos | 2. Definição de categorias de análise | 2. Interpretações inferenciais |
| 3. Formulação de hipóteses e objetivos | 3. Identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos | |
| 4. Elaboração de indicadores | | |

Fonte: Bardin (2011).

Sendo assim, a partir de uma leitura criteriosa, foram explorados os conteúdos das respostas dos questionários, selecionando trechos, respostas e termos mais promissores para o tema desta pesquisa. Assim, os resultados que apresentamos a partir das respostas dos questionários se sustentam de forma fiel à realidade do contexto deste estudo.

Com a finalidade de ilustrar como se conduziu o processo de construção desta pesquisa a partir do estudo de caso, elaboramos uma figura representativa das fases da pesquisa para melhor compreensão (Figura 4).

Figura 4 – Fases do estudo de caso



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Para a análise, utilizamos a triangulação dos dados encontrados na pesquisa bibliográfica e a análise de documentos legais somados às respostas dos questionários, conforme disposto nas fases 1 e 2 da figura 4. A partir da triangulação, emergiram cinco grandes categorias (Figura 5) que fundamentaram a construção dos questionários e embasaram a análise dos dados, são elas: 1) Dimensão Política de Gestão; 2) Dimensão Infraestrutura; 3) Dimensão Relação Universidade – Sociedade; 4) Dimensão Plano Acadêmico; e 5) Dimensão Produção Acadêmica.

Figura 5 – Categorias de análise



Fonte: elaborado pela autora (2021).

No decorrer da análise dos dados, para o questionário encaminhado aos coordenadores de curso, usamos a sigla “Q – Coord. Curso” e, para o questionário dos estudantes bolsistas FLEX, a sigla “Q - Estudantes”. Nas citações a respeito das perguntas abertas dos questionários, sinalizamos os participantes coordenadores de curso como “coordenador de curso” com número identificador para cada um dos participantes. Os estudantes bolsistas FLEX foram identificados como “estudante” com um respectivo número identificador. O conteúdo das respostas está descrito no formato de uma citação direta, com termos e trechos em negrito destacados pela autora, com o intuito de evidenciar para o leitor a compreensão do conteúdo e a análise realizada. A partir dos resultados encontrados, apresentamos uma proposta de Minuta de Resolução que estabelece diretrizes para a avaliação da extensão universitária no âmbito da UFSM.

A metodologia apresentada se justifica a partir de Minayo (2009), que ressalta a importância de se trabalhar a pesquisa social em sua complexidade, tratando o

objeto de pesquisa dentro de sua realidade, no seu contexto, respeitando as especificidades e singularidades. Por isso, a pesquisa qualitativa envolve processos particulares de trabalho, que percorrem três etapas: a fase exploratória, o trabalho de campo e a análise e o tratamento do material empírico e documental.

Abrangendo todas as etapas citadas, não podemos deixar de discorrer sobre os aspectos éticos que envolvem a condução da pesquisa social, como cita Flick (2009):

As questões éticas serão enfrentadas em cada uma das etapas da pesquisa. A maneira como o pesquisador entra no campo, o modo como lida com ele e como seleciona os participantes de sua pesquisa, levantam a questão sobre a forma como este pesquisador informa a respeito da pesquisa e seus propósitos, assim como sobre suas próprias expectativas (FLICK, 2009, p. 56).

Sendo assim, os sujeitos participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, sobre os procedimentos do questionário e somente com o consentimento destes, através de termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice C), é que ocorreu o preenchimento do questionário.

Por fim, a partir das reflexões de Demo (2008), percebemos que na pesquisa social há que se averiguar em cada situação, conscientemente, quais métodos e ferramentas se enquadram nas diferentes situações sociais pesquisadas, através de uma visão holística do processo de pesquisa. O melhor resultado da pesquisa é impulsionar novas indagações, novas discussões e não findar a problemática pesquisada com a imposição de uma verdade única.

3 A IMERSÃO INICIAL: O ESTADO DO CONHECIMENTO NA TEMÁTICA DA AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O estado do conhecimento compreende o levantamento de caráter inventariante e de sistematização das produções científicas no contexto da temática pesquisada. Morosini e Fernandes (2014) afirmam que o levantamento visa contribuir com a leitura da historicidade e da realidade nas discussões e produções da comunidade acadêmica. Ao encontro disso, para Romaniwski e Ens (2006), a construção do estado do conhecimento não só identifica a produção, como alcança a análise, a categorização e a demonstração dos múltiplos enfoques e perspectivas das pesquisas. Para isso, embasamo-nos na análise de conteúdo que se caracteriza como:

[u]m conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Para construção do estado do conhecimento, as buscas foram realizadas, no mês de março de 2021, nas seguintes bases de dados digitais: *Web of science* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD, desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), permite a visibilidade e acesso, no país e no exterior, à produção científica de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

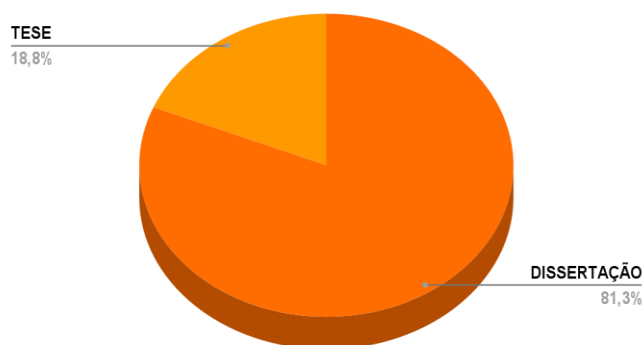
A base de dados bibliográfica *Web of Science* permite a pesquisa de publicações multidisciplinares nas principais revistas especializadas nas temáticas relacionadas às ciências, ciências sociais, artes e humanística. É possível localizar registros de referências através de pesquisa em: títulos, autores, palavras-chave, sumários e outros detalhes do documento.

Optamos por uma busca de cunho mais abrangente nas bases de dados, com o intuito de situar a temática da avaliação da extensão universitária na produção científica nos últimos cinco anos. Inicialmente, partimos para uma análise quantitativa, segmentada em cada uma das bases. Os dados encontrados permitem revelar um panorama mais amplo relacionado à pesquisa em extensão universitária. Após as análises quantitativas, a leitura flutuante oportuniza a definição do corpus

de análise qualitativa das produções que mais se enquadram na temática desta pesquisa.

No portal da BDTD, utilizamos os descritores “extensão universitária”, “indicadores” e “avaliação” para a pesquisa. A busca inicial foi em “todos os campos”, a partir da delimitação de período de 2016 a 2021, resultando num total de 69 dissertações e teses encontradas. Os dados foram organizados utilizando a ferramenta Planilhas *Google*, através das seguintes categorias: título, autor, tipo, ano, instituição e palavras-chave. Após refinamentos, foram selecionados os trabalhos que constavam o termo “extensão universitária” ou “extensão” no título e/ou nas palavras-chave, chegando ao número total de 33 teses e dissertações na pesquisa realizada (Figura 6). Realizamos, em seguida, a leitura dos resumos para compor o corpus de análise. Assim, a planilha ganha novas categorias: objetivos, categorias de estudo, metodologia, instrumentos de pesquisa e resultados.

Figura 6 – Percentual de teses e dissertações – BDTD



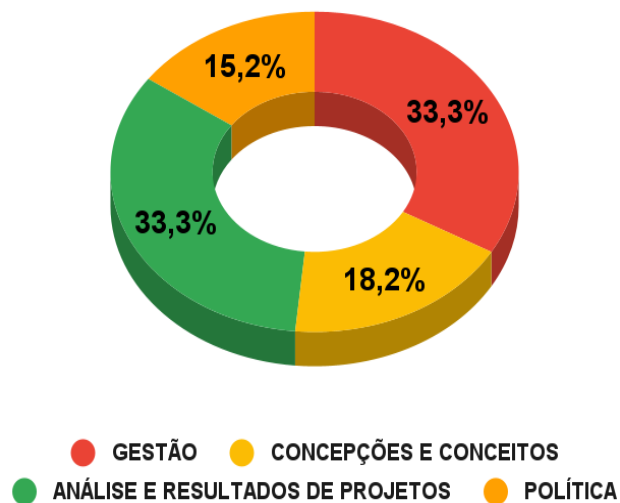
Fonte: Dados organizados pela autora (2021).

Observamos, na figura 6, destaque para as publicações de dissertações em maior número que as publicações de teses, característica que corrobora com o alcance de programas de mestrado e doutorado no Brasil. O Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹¹ revela que o número de discentes é maior em programas de mestrado acadêmico e mestrado profissional, quando comparado a programas de doutoramento.

¹¹ Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Cabe uma reflexão sobre os aspectos relacionados à concretização dos programas profissionais de mestrado que vêm desde a década de 1990, período de publicação da regulamentação pela CAPES, em ascensão no número de discentes matriculados e titulados, tendo em vista os processos de autorização de programas de mestrado profissional. Não se pode deixar de enfatizar a amplitude de debates em torno da produção acadêmica nesses programas, que oportunizam estudos no âmbito de espaços de desenvolvimento profissional dos pesquisadores e contribuem para qualificar o impacto social das universidades em diferentes espaços sociais.

Figura 7 – Categorização das pesquisas – BDTD



Fonte: Dados organizados pela autora (2021).

A partir da observação das palavras-chave e objetivos dos trabalhos selecionados na amostra, categorizamos as produções nos seguintes descritores: gestão da extensão universitária, concepções e conceitos relacionados à extensão, análise e resultados de projetos de extensão e política. Ao analisar a figura 7, aferimos como se distribui, na amostra selecionada, a produção acadêmica na temática da extensão universitária.

Apresentam destaque nas pesquisas selecionadas os descritores relacionados à análise e a resultados de projetos de extensão em igual proporção aos trabalhos que se debruçam em estudar a gestão universitária vinculada à extensão. Abreu (2020) destaca que a reflexão das universidades sobre suas ações pode gerar processos de mudanças que impactam de fato a transformação social.

Esses processos estão diretamente relacionados à análise sobre o fazer extensionista. A contribuição da pesquisa na área da extensão é parte fundamental para processos de mudanças institucionais e de trocas de saberes com a comunidade.

Dos descritores categorizados, o que teve menos frequência foi “política”. Neste quesito, podemos discorrer que, embora a extensão universitária tenha presença no decorrer da trajetória histórica de documentos legais que tratam a respeito da educação superior no Brasil, apenas na década de 1990, inicia-se uma discussão concisa sobre uma política nacional de extensão pelo FORPROEX, Fórum que tem papel importante na organização e proposição de políticas da extensão universitária do Brasil. Há um caminho de discussões. O ano de 2012 é marcado pela publicação da Política Nacional de Extensão Universitária, e o ano de 2018 é demarcado como ano de publicação do primeiro marco regulatório federal da extensão universitária.

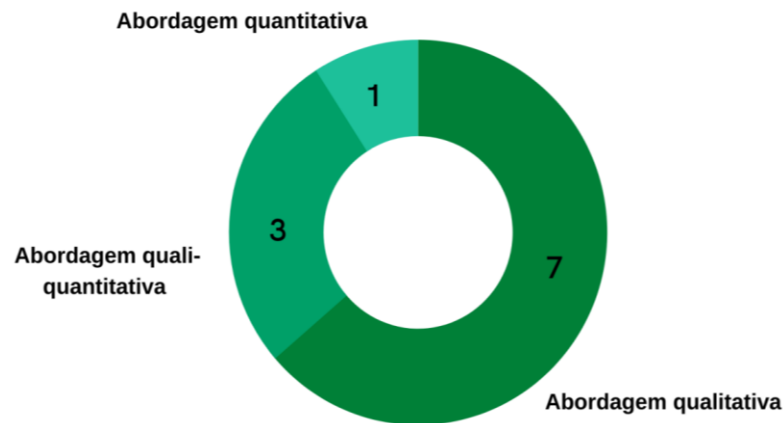
Quanto às características da abordagem metodológica, dos 33 estudos selecionados no portal da BDTD, 21 dos resumos não especificaram o tipo de abordagem, dentre os que citaram encontramos sete estudos de abordagem qualitativa, três qualiquantitativa e apenas um estudo de abordagem quantitativa (Figura 8). Para Minayo (2009), a abordagem qualitativa tem características de buscar sentidos, significados e intenções a partir de uma realidade empírica. O pesquisador adota uma postura de compreensão de que a vida social não pode ser somente quantificada. Preocupa-se com um espaço de concepções e práticas que é mais particular dos sujeitos envolvidos.

Dos 33 estudos selecionados, 15 utilizam mais de uma técnica metodológica para obtenção de dados. Dentre as técnicas aplicadas a que mais aparece é a entrevista, citada em 15 resumos, seguida de análise documental que aparece em 13 resumos. Os questionários foram utilizados em 10 pesquisas analisadas.

Em relação aos participantes, 25 trabalhos apresentam em seu resumo a especificidade dos sujeitos pesquisados. Destes, apenas oito estudos incluíram, como sujeitos da pesquisa, o público atendido pelas ações de extensão. Ao ponderar sobre os números apresentados, retoma-se a Política Nacional de Extensão Universitária, FORPROEX (2012), que traz dentre suas diretrizes para as ações de extensão a interação dialógica e o impacto e transformação social, as quais vão balizar as dimensões propostas para a avaliação da extensão universitária. Com isso, salientamos a necessidade de estudos futuros que possam

abranger como sujeitos a comunidade externa que compõe o público atendido pelas ações.

Figura 8 – Número de trabalhos por abordagem metodológica



Fonte: dados organizados pela autora (2021).

Cristofolletti e Serafim (2020) alertam que as pesquisas relacionadas à extensão universitária devem atentar para leis e políticas públicas que podem influenciar a prática extensionista. Além disso, o olhar para o contexto histórico, social e econômico é fundamental, pois as análises não podem ficar no âmbito interno das instituições, é preciso observar os contextos nas pesquisas relacionadas à extensão universitária.

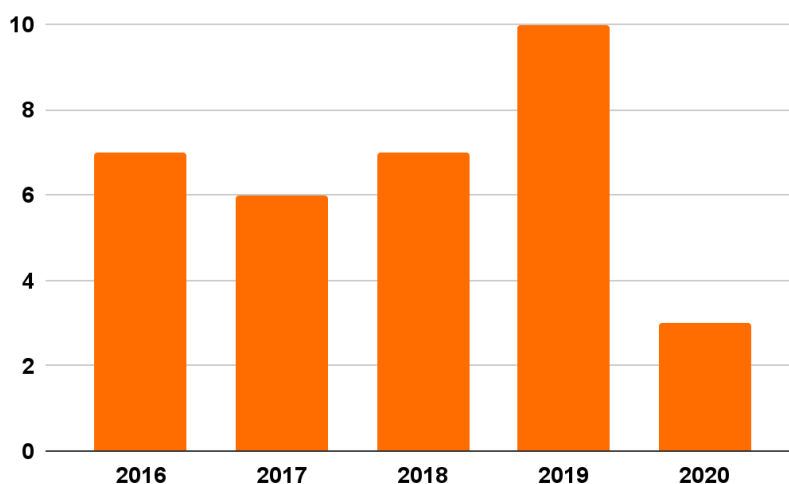
Em seu estudo, Cristofolletti e Serafim (2020) reconhecem que a atuação tanto na pesquisa como na prática extensionista carece de compreensão de conceitos ou concepções da extensão, por isso a importância de organização da extensão nas universidades sem desvincular da compreensão das tensões internas que permeiam as políticas institucionais, assim como das questões referentes à valorização da extensão universitária para além de um papel assistencialista.

Diante disso, é relevante pontuar que, para termos uma extensão universitária valorizada, de impacto social, interdisciplinar e com impacto na formação dos estudantes, esta deve compor em equilíbrio o princípio constitucional de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Essa construção se consolida em políticas universitárias que articulem ações a fim de contemplar esse princípio. Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) citam que é preciso superar dificuldades, elucidar e ampliar a compreensão da extensão universitária, ainda que as

universidades enfrentem desafios. A cultura de partilha de saberes e parcerias com a sociedade são oportunidades que a extensão concede à valorização da produção acadêmica pela sociedade.

Abreu (2020) destaca que cabe às universidades a reflexão sobre suas ações e seu fazer extensionista. O processo participativo e amplo, envolvendo todos os atores extensionistas, é imprescindível para a valorização da extensão nas instituições e para contribuir na elaboração de políticas públicas de transformação social, a partir dos resultados e impactos da extensão que se faz nas universidades.

Figura 9 – Publicações por ano – BDTD



Fonte: dados organizados pela autora (2021).

Ao observar a figura 9, referente aos anos de publicação, cabe destaque ao número de trabalhos publicados no ano de 2019, é possível relacionar à publicação, no ano de 2018, das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução CNE n.º 7, de 18 de dezembro de 2018). A resolução é um marco legal que impacta pontos considerados fundamentais para a valorização da extensão universitária no Brasil, como a regulação da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, que consta na meta 12.7 do PNE 2014-2024. Além disso, a resolução dispõe sobre as concepções e os princípios do fazer extensionista, sendo a primeira regulação em caráter legal e governamental que apresenta esses parâmetros em seu texto e que devem ser base legal de políticas extensionistas de todas as instituições de educação superior, públicas ou privadas.

A publicação da Resolução CNE n.º 7 definiu um prazo para a concretização de tais medidas que inicialmente era o mês de dezembro de 2021, porém devido ao contexto de pandemia, que impactou em mudanças de calendários acadêmicos das

instituições. Foi publicada uma alteração para o mês de dezembro de 2022 como novo prazo para a efetivação das mudanças.

Morales Mello (2019) apresenta que a inserção da extensão nos currículos e a construção de uma extensão dialógica com as comunidades são partes centrais das discussões relacionadas à extensão nas universidades. O autor coloca que a curricularização é elemento básico para o avanço e a amplitude do fazer extensionista e na concretização do princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa e que as instituições estão em processo para o alcance de tal patamar de consolidação da extensão nos currículos. Importante refletir sobre o papel concedido pelo autor, para a inserção da extensão nos currículos, como fator chave para valorização e consolidação da extensão universitária. O fazer extensionista é entrecruzado por diferentes contextos na universidade e atribuir a uma das diretrizes esse papel pode comprometer a concepção polissêmica e dialógica da extensão universitária.

Percebemos, ao mirar a figura 9, um leve decréscimo de publicações nos anos de 2017 e 2018, período que coincide com um momento de instabilidade política no Brasil, além de, para a extensão universitária, ser recheado de incertezas, pois o maior programa de fomento à extensão universitária de abrangência nacional e de gestão federal, o Programa Proext, teve seu último edital publicado no ano de 2016.

A extensão universitária e as instituições públicas de educação superior como um todo vêm ano a ano enfrentando situações que compõem um quadro de inconstâncias, tanto pelo discurso associado à descrença no que tange ao conhecimento produzido na pesquisa acadêmica como em relação às restrições no financiamento público da educação superior no Brasil.

Ponto a destacar no estabelecimento deste cenário de instabilidade foram as constantes trocas de ministros da Educação que ocorreram desde o início do governo Bolsonaro em 2019, além da proposta de projeto de lei que pretende instituir o Programa Future-se¹², programa lançado em junho de 2019 em meio a notícias de contingenciamento de recursos para as universidades federais. Tal projeto de lei propõe alterar a forma de financiamento das universidades federais, diminuindo os investimentos estatais.

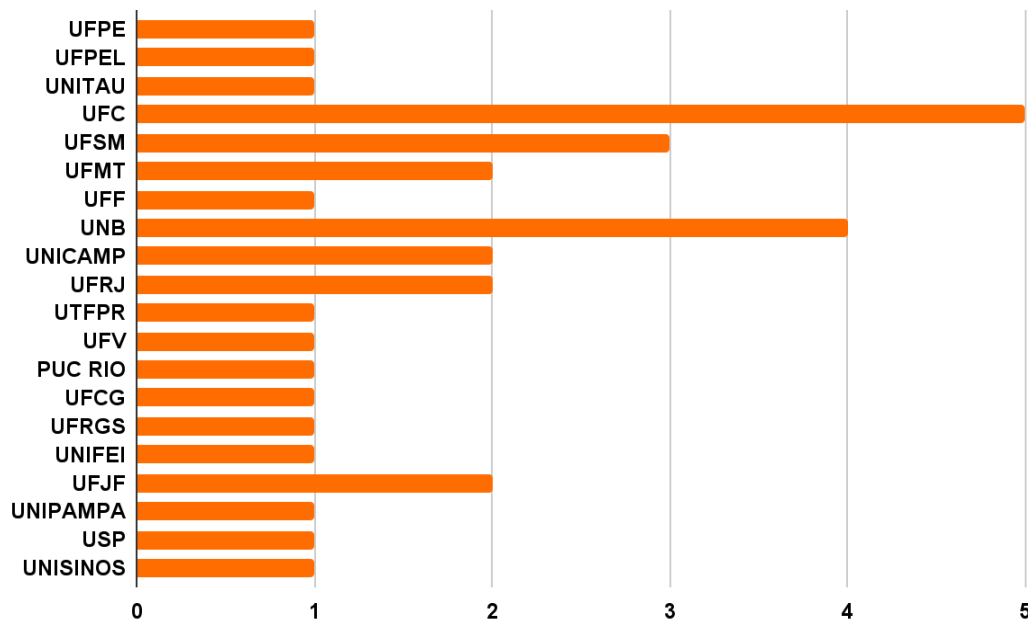
¹² Projeto de Lei n. 3076/2020 – Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se.

Os fatos apresentados impactam as instituições de educação superior como um todo, constatado pelo decréscimo acentuado das publicações no ano de 2020. As universidades, principais instituições relacionadas à produção de pesquisas no Brasil, vêm constantemente enfrentando uma queda nos investimentos (MUGNATTO, 2021) e na concessão de bolsas de agências de fomento. Tal situação compromete a produção na pós-graduação e, aliada a essa situação, enfrenta-se, desde março de 2020, a pandemia de Covid-19 que alterou os calendários acadêmicos, inclusive com suspensão de atividades.

Através dos estudos analisados nesta pesquisa, vislumbramos a importância de as instituições consolidarem processos de comunicação com a comunidade externa, no sentido de ouvi-la e de incluí-la como sujeitos na construção do saber, papel que cabe à extensão universitária, definido em suas diretrizes que constam nos principais documentos nacionais, a citar o artigo 5 da resolução CNE n.º 7 e a política nacional de extensão de 2012.

Morales Mello (2019) pontua que a visibilidade das instituições está vinculada à relação da universidade com a comunidade e esse diálogo é construído pela extensão universitária. Para avançarmos nessa direção, há algumas medidas que o autor aponta, como a inclusão dos estudantes efetivamente no fazer extensionista e a mudança do papel assumido pelos participantes como sujeitos da ação e não mais público-alvo. A universidade deve gerar políticas de extensão inclusivas, dialógicas e flexíveis para acompanhar as diversas mudanças de cenários vividas pela sociedade.

Na figura 10, encontram-se em destaque no número de publicações duas instituições que são a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade de Brasília (UNB), instituições de características diferenciadas, tendo em vista a localização geográfica e o momento histórico da fundação. A UFC nasce a partir de demandas regionais por formação superior e tem em seu lema o desenvolvimento regional e o compromisso com os problemas sociais da região, o que apresenta forte aspecto com a concepção de extensão, na interação dialógica com a sociedade em seu fazer.



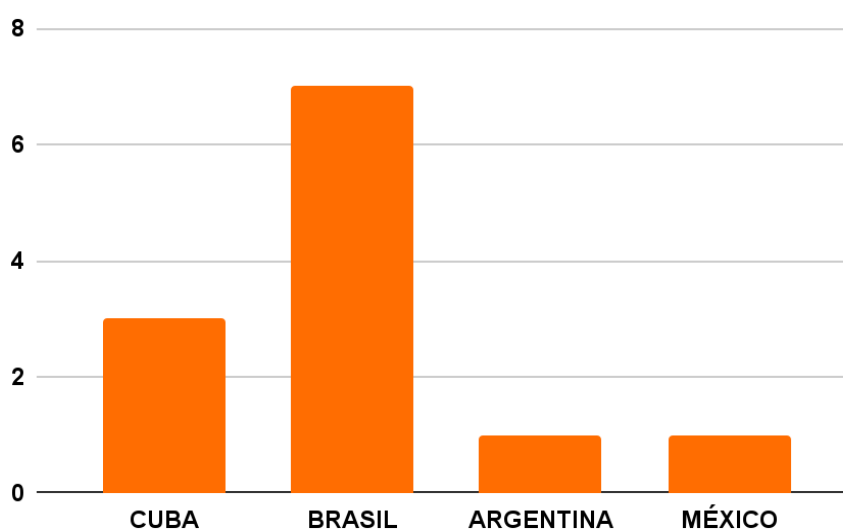
Fonte: dados organizados pela autora (2021).

Já a UNB nasce como uma instituição que visa à inovação e ao compromisso com o desenvolvimento da educação superior brasileira, com uma concepção que orienta as instituições de ensino superior até os dias atuais, a autonomia universitária. Dois fatos importantes a destacar na UNB são: primeira universidade a incluir a extensão como função da universidade em seus documentos oficiais e a realização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, que marca a criação do FORPROEX em 1987.

Na base de dados do site *Web of Science*, foram localizadas 12 publicações, com base nos seguintes parâmetros: i) pesquisa do termo “extensão universitária” no título e/ou palavras-chave; ii) período de 2016-2021; iii) países da América Latina; iv) educação e administração pública como áreas de pesquisa.

Cabe destacar a escolha de países da América Latina, na perspectiva de olhar para as similaridades das universidades no que diz respeito às relações com a sociedade e a extensão universitária, que na América Latina adquire delineamentos comuns, conferidos pelo Movimento Reformista de Córdoba, em 1918. As universidades latino-americanas se reúnem em diversas frentes através de redes, associações, fóruns, com produções específicas de extensão universitária.

Figura 11 – Publicações por países – *Web of Science*

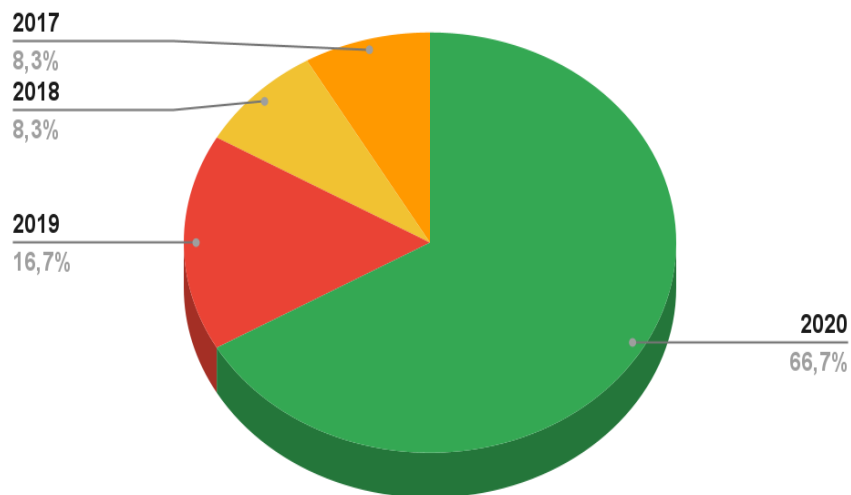


Fonte: dados organizados pela autora.

A figura 11, que apresenta o número de publicações categorizadas por países, destaca o desempenho expressivo do Brasil. Como já citado, a extensão universitária tem forte impacto com a publicação de Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Com a implementação da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, vive-se um período profícuo para as instituições ampliarem as discussões sobre o fazer extensionista e, com isso, expressa-se a necessidade de reafirmar as concepções extensionistas defendidas pelo FORPROEX e a construção de novos processos de formação para os estudantes, onde a extensão seja parte da aprendizagem e não apenas um apêndice opcional na sua formação acadêmica.

Na reflexão sobre a figura 12, sobre o número de publicações por ano, destaca-se o ano de 2020 com relevante aumento de publicações. Podemos caracterizá-lo como marco histórico para as instituições de educação superior no que se refere à relação universidade-sociedade, tendo em vista a pandemia do covid-19. A situação emerge nas universidades, no sentido de encontrar caminhos que visam amenizar a crise instaurada, revelando o compromisso das instituições no importante papel de diálogo com as demandas sociais.

Figura 12 – Publicações por ano – *Web of Science*



Fonte: dados organizados pela autora (2021).

A extensão universitária é basilar nesse contexto de enfrentamento à pandemia, tanto na aproximação, integração e parceria na organização de serviços e atendimento de necessidades da população, quanto na disseminação de informações baseadas no fazer científico produzido nas universidades.

Após a realização de uma leitura flutuante dos resumos das publicações, seguimos para a sistematização de seleção das produções para compor o corpus de análise, considerando as que mais se aproximavam do tema da pesquisa. Foram selecionadas seis publicações para compor o corpus de análise (Quadro 2).

Quadro 2 – Publicações que compõem o corpus de análise

(continua)

| Título | Autor(a)/Ano | Instituição/Periódico | Tipo |
|---|---------------------|------------------------------|-------------|
| Avaliação da extensão universitária: reflexões sobre o fazer extensionista na Universidade de Brasília | Abreu, 2020 | UNB | Dissertação |
| EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: concepção de indicadores na Universidade Federal de Santa Maria (1960-2013) | Morales Mello, 2019 | UFRGS | Tese |
| Gestão universitária e qualidade na extensão: institucionalização de cursos de línguas estrangeiras na UFSM | Gomez, 2018 | UFSM | Dissertação |

Quadro 2 – Publicações que compõem o corpus de análise

(conclusão)

| Título | Autor(a)/Ano | Instituição/Periódico | Tipo |
|--|-----------------------------------|---|--------|
| Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária | Cristofolletti, e Serafim, 2020 | Revista Educação & Realidade | Artigo |
| Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira | Fraga, 2017 | Revista Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) | Artigo |
| Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras | Gavira, Gimenez e Bonacelli, 2020 | Revista Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) | Artigo |

Fonte: dados organizados pela autora (2021).

Inicialmente, cabe pontuar que durante a leitura dos trabalhos selecionados fica explícito que as pesquisas relacionadas à extensão universitária devem ter atenção especial às concepções da extensão que se constroem nas instituições.

Para Morales Mello (2019), a abordagem das questões “como fazer”, “o que fazer” e “porque fazer” deve ser considerada pelas gestões universitárias no âmbito da extensão, pois a dinâmica dos processos históricos, políticos e sociais determina mudanças no percurso da extensão universitária e refletem no resultado do trabalho extensionista. Isso está diretamente relacionado às disputas de diferentes concepções que foram moldando a extensão universitária no Brasil.

Cristofolletti e Serafim (2020), através de revisão de literatura, ressaltam que as práticas de extensão são realizadas sem uma base consolidada institucionalmente, isto é, sem conceitos estáveis, o que resulta na diversidade de concepções e práticas que permeiam a extensão universitária no Brasil, a citar, concepção assistencialista, a prestação de serviços, a extensão comunitária, a concepção de divulgação científica e formação técnica e a extensão tecnológica.

Não se pode deixar de apontar que, entre as diversas práticas, não se constituem tensionamentos. Segundo Fraga (2017), isso ocorre em razão da construção histórica da extensão no Brasil que recebe influências internacionais de duas principais vertentes: as universidades populares europeias e o modelo extensionista dos EUA de prestação de serviço. Porém, as práticas se transformam a partir das experiências do movimento reformista de Córdoba, com maior

aproximação das lutas operárias, partindo da ideia das classes populares como sujeitos ativos, e não passivos, na relação entre universidade e sociedade.

Abreu (2020) aponta que a Política Nacional de Extensão, FORPROEX (2012) traz objetivos que demonstram a essencialidade de buscar o diálogo entre universidade e sociedade, visando à construção de políticas públicas voltadas para a transformação social. A população deixa de ser um objeto de estudo, uma vez que a universidade deve dialogar e permitir à sociedade a transformação de sua realidade.

Todavia, Abreu (2020) reflete sobre a não consolidação dos marcos regulatórios relacionados aos processos de institucionalização e de avaliação da extensão. Embora presentes, não há a cultura institucional de avaliar e monitorar as ações.

Morales Mello (2019) ressalta que na trajetória de mudanças de concepção da extensão, principalmente dentro dos documentos do FORPROEX, tem-se como papel transformador:

[o] reconhecimento do saber do outro, o que conduz ao pluralismo na educação; a interiorização e regionalização das ações, para o reconhecimento do contexto onde se trabalha, o que não pode significar isolamento cultural; e, ainda, construir o diálogo, tendo em conta a flexibilidade das fronteiras culturais, que geralmente não coincidem com as fronteiras políticas (MORALES MELLO, 2019, p. 190).

Em sua pesquisa, Morales Mello (2019) analisa os processos históricos, políticos e sociais que influenciaram a existência e concepção de indicadores de produção em extensão na UFSM. O autor relata que a instituição assume concepções de extensão diferentes durante seu percurso histórico, relacionadas ao contexto político e social de cada período estudado.

Ao encontro disso, Fraga (2017) afirma que a ciência se constitui como uma construção social, portanto, seu caminho não é linear e nem de todas as formas positivo. É nesse ponto que a extensão deve ser entendida: como um elemento que é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia as contradições sociais através de sua inserção na sociedade e, por isso, está permeada pelos processos de resistência e de disputa do fazer extensionista.

Segundo Morales Mello (2019), a década de 1960 é marcada pelo caráter assistencialista na extensão, onde as instituições se veem desobrigadas de prestar contas à sociedade, pois não há diálogo com a comunidade. A universidade passa a cumprir o papel de apresentar soluções para os problemas que o Estado não

consegue suprir. Por conta disso, o autor afirma que a preocupação com o resultado das ações extensionistas era na esfera de prestar contas aos órgãos financiadores, com dados apenas quantitativos das ações.

Nesse sentido, Abreu (2020) reforça que as instituições devem superar a prática de registros isolados dos dados relacionados à extensão. Portanto, a sistematização de métodos avaliativos e de acompanhamento devem contemplar a escuta da comunidade interna e externa na integração e retroalimentação das ações, avançando na perspectiva de interação acadêmica voltada à transformação social.

Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) demonstram que é preciso superar dificuldades na compreensão da extensão enquanto missão tão relevante quanto à pesquisa e ao ensino nas universidades. Assim, apontam para a avaliação da extensão como imprescindível para acompanhamento, valorização e melhoria da interação ensino, pesquisa e extensão, além de intensificar uma cultura de parceria com membros da sociedade. A avaliação da extensão permite o monitoramento das experiências positivas e negativas que auxiliam, inclusive, na elaboração de quadros regulatórios e na gestão institucional.

Gomez (2018) relaciona a qualidade de uma instituição à qualidade de sua gestão, destacando a responsabilidade da gestão na congregação do ensino, pesquisa e extensão. Porém, em se tratando da extensão universitária, as políticas são recentes e necessitam de concretude na sua implementação no campo da gestão universitária.

A partir desse panorama, Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) citam a relevância do trabalho do FORPROEX na produção de conhecimento, na conceituação e na elaboração de documentos orientadores na extensão universitária brasileira. Os debates do FORPROEX reforçam a importância da comunicação e integração dos diferentes atores que compõem o fazer extensionista, a destacar o papel da gestão, para a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Destaca-se nos trabalhos de Morales Mello (2019) e Gomez (2018), dois pontos importantes sobre a extensão universitária na UFSM, a citar, a constatação de a instituição apresentar indicadores apenas quantitativos em relatórios de gestão nos dados relacionados à extensão e a dificuldade de localização de relatórios publicizados para acompanhamento das ações de extensão. Abreu (2020), nesse sentido, alega que a normatização das ações de extensão nas universidades tem de

se concretizar somada ao aprimoramento dos mecanismos de avaliação do impacto educacional e social das ações.

Nas publicações analisadas, as pesquisas de Abreu (2020) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) contribuem com propostas de sistematização da avaliação da extensão. Esses estudos revelam a necessidade de as instituições refletirem com seus atores internos e externos sobre os processos e as metodologias de avaliação da extensão universitária.

Abreu (2020) propõe um método avaliativo nos pressupostos de uma avaliação participativa, considerando a perspectiva dos diferentes atores envolvidos nas ações de extensão. Em sua pesquisa, a autora relata que há uma centralidade na figura do coordenador das ações na avaliação das ações, que na maioria das vezes é um docente. Assim, destaca a importância de ampliar a participação dos diversos atores nos processos avaliativos das ações de extensão, a citar docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa.

Ressalta-se, em Abreu (2020), a importância da gestão universitária criar canais de comunicação entre a universidade e a sociedade para a avaliação das ações de extensão. Nessa perspectiva, podemos citar as inquietações de Gomez (2018) que cita, como indicador de qualidade, a efetiva participação de cada pessoa envolvida, desde o planejamento até a difusão de resultados, nas ações de extensão. Desse modo, a participação de toda comunidade nesses processos é um dos preceitos da gestão democrática.

Na continuidade das análises, Abreu (2020) indica que a complexidade do fazer extensionista deve ser considerada nos procedimentos formais de avaliação da extensão e sugere, ainda, a consolidação de uma política de avaliação da extensão universitária no âmbito interno das universidades.

Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) trazem a questão da inserção das ações de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, denominando-as de ações de integração entre o ensino e a extensão (IEE) e colocam que o papel da educação superior na sociedade contemporânea compreende, entre outros fatores, a interação com a sociedade, numa resposta às necessidades, aos problemas e às demandas apresentadas.

A IEE constitui ainda um tema pouco desenvolvido nas universidades. No intuito de contribuir no desafio de operacionalizar a curricularização da extensão no horizonte da IEE, Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) propõem um sistema de avaliação da curricularização da extensão para as universidades públicas brasileiras.

Os autores estabelecem uma metodologia em sete passos para um sistema de avaliação da integração ensino-extensão, tendo como embasamento as diretrizes da extensão estabelecidas pelo FORPROEX no ano de 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária e a Resolução CNE/CES n.º 7/2018. A metodologia compreende desde o planejamento até a comunicação, envolvendo as seguintes dimensões: situação da integração ensino-extensão, contribuição para a universidade, contribuição para a sociedade, contribuição para o aluno participante e apoio e valorização.

Em síntese, na pesquisa de Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) e na de Abreu (2020), encontramos a demarcação da importância do envolvimento dos atores na extensão em todo o processo de comunicação e integração da extensão e ensino.

Por sua vez, Cristofolletti e Serafim (2020) apresentam uma proposta de metodologia para pesquisar a extensão universitária, no intuito de estruturar caminhos de pesquisa em dimensões metodológicas e analíticas, levando em conta as diferentes práticas e concepções extensionistas existentes. Além disso, destacam que identificar os atores envolvidos (internos e externos à instituição) é fundamental para a efetivação de indicadores em processos de avaliação e planejamento das atividades de extensão universitária. Seria esse um primeiro passo à sequência de definição de outras dimensões, pois condicionam toda prática extensionista. Além dos atores, a pesquisa cita alguns aspectos nas dimensões de relações da extensão com o ensino e a pesquisa, dos objetivos, motivações e impactos da extensão universitária e do compromisso social da universidade.

A partir dos elementos apresentados nas pesquisas, torna-se relevante para as instituições refletir sobre a implementação da inserção da extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, meta 12.7 do PNE, como oportunidade para avançar nas discussões relacionadas à avaliação da extensão universitária e refletir sobre as diferentes concepções de extensão que permeiam a trajetória da educação superior. Esses dois elementos, como apontam Morales Mello (2019) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020), não podem ser separados nas análises sobre a extensão universitária.

Constatamos na leitura das pesquisas selecionadas para o corpus de análise que a extensão universitária, por se tratar de uma temática dentro das teorias sociais, está em constante transformação, isso é observado na trajetória histórica das diferentes concepções e influências que perpassam a temática.

Consequentemente, os desdobramentos da avaliação da extensão também são impactados por essas influências e transformações. A partir disso, emerge a importância de estudos constantes sobre a temática da avaliação no campo da extensão universitária.

4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PERCURSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM RESGATE NECESSÁRIO

Para recuperar o percurso da extensão universitária na educação superior brasileira, compreendemos que a extensão universitária no Brasil se constitui, inicialmente, em formato de reprodução de modelos estrangeiros. Vale lembrar que a constituição da instituição “universidade”, no Brasil, sofre influência no modelo europeu. Discorrer sobre a extensão universitária é olhar para a história do país, pois não podemos separá-la do contexto social, econômico e político em que se dá sua trajetória. Compreende-se, assim, as influências, as construções e se torna peça fundamental para entender como chegamos ao fazer extensionista da atualidade.

Este capítulo foi delineado a partir de elementos que se apresentam na história com recorte a partir dos primeiros estabelecimentos de educação superior no Brasil, denominados “universidade”, onde se constituem os primeiros registros oficiais de atividades de extensão no Brasil.

A partir desses elementos, é fundamental trazer que a história nos apresenta a caracterização das atividades de extensão, assim como o entendimento sobre a construção de um conceito, uma concepção que possa definir essa atividade universitária. Para isso, os autores apresentados ao longo deste texto nos trazem peças que constituem a engrenagem do que foi construído. Essas peças são os interlocutores que são parte do que se faz em extensão universitária brasileira, a saber: os estudantes, as instituições de educação superior e o Estado.

Esses interlocutores, como cita Sousa (2010), estão presentes na história da extensão, em momentos onde temos destaque ora de um, ora de outros, ou em momentos de integração, onde aparecem em diálogo conjunto na formulação e execução de políticas universitárias voltadas à extensão. A respeito da concepção de extensão universitária, há variação de seu entendimento, a partir das proposições dos interlocutores e do contexto social e político, muitas vezes sem maiores cuidados com uma reflexão crítica e identitária com as necessidades dos sujeitos envolvidos.

Portanto, discutir a extensão universitária, sua história e concepções, coloca-nos em uma posição de olhar para a própria universidade como instituição construída e que se redefine de acordo com uma realidade concreta, historicamente condicionada. Nogueira (2013) cita que as práticas institucionais refletem conflitos e contradições, e a extensão é influenciada por diversas vias, como políticas

institucionais ou do governo e por circunstâncias históricas que interferem nas relações acadêmicas e com a sociedade. Nessas relações, os conflitos surgem determinados pelos interesses de cada ator envolvido e impactam o fazer institucional, em ciclos de crises e superações contínuas.

Assim, ao situar a universidade como instituição social, entendemos que essa incorpora ao longo do tempo funções diversas, tendo o ensino como função mais tradicional, incorporando, então, as funções de transmissão, de produção e de extensão do saber, e ainda, a função de socializar o saber que produz. Desse modo, surgem os sinais da existência da extensão universitária, porém refletida como uma forma de prestação de serviço a alguém (SOUSA, 2010).

Contextualizando as origens da extensão universitária no mundo, citamos Mirra (2009), que traz como as primeiras experiências extensionistas as ocorridas na Inglaterra e depois em outros países europeus, baseadas na ideia de a universidade ir até os que não podiam ir até ela. De acordo com o autor, a universidade de Cambridge foi, possivelmente, a primeira a estabelecer um programa formal de cursos de extensão, em 1871, ao mesmo tempo em que na Universidade de Oxford surgem atividades universitárias voltadas para os bolsões de pobreza. A partir disso, a prática da extensão se espalhou por outras universidades europeias. Nos Estados Unidos, há experiências de grande impacto nacional, realizadas pelos *Land Grant Colleges* que, em 1862, em parceria com órgãos do Governo Federal, levavam assistência a agricultores.

As universidades latino-americanas surgem a partir da tradição de modelos europeus, principalmente o francês, com esvaziado conteúdo político, “[...] servindo como instrumento de solidificação da ordem vigente e não como agente de transformação [...]”, segundo Sousa (2010, p. 24). Portanto, ratificamos a afirmação de que as universidades surgem para responder a interesses específicos de determinados grupos sociais e não com o objetivo de transformação do tecido social a qual está inserida, pois a instituição não se constitui isolada na sociedade, embora atenda a uma parcela privilegiada.

Para situar o contexto latino-americano, Santos e Deus (2014) pontuam que o movimento ocorrido em Córdoba, na Argentina, no mês de junho de 1918, aponta mudanças no percurso da extensão universitária na América Latina, delineando características específicas. Esse movimento, liderado pelos estudantes da Universidade de Córdoba, resultou no manifesto que reivindicava a abertura e a atenção da academia para as questões sociais.

O manifesto de Córdoba discute que a universidade deveria aprimorar seu cunho extensionista e se voltar para fora dos muros; incluir a gratuidade da educação superior; criar mecanismos que assegurassem a autonomia universitária; garantir o ingresso público para a carreira docente e para as eleições diretas das reitorias. Santos e Deus (2014) argumentam que essas reivindicações repercutem para o sentido de universidade que temos hoje e balizaram alguns dos quesitos fundamentais para o ensino universitário democrático e comprometido socialmente.

4.1 EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: DOS PRIMEIROS REGISTROS ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO

As práticas extensionistas brasileiras em seu princípio são influenciadas pelo modelo inglês e, na experiência norte-americana, esses dois modelos aparecem nas primeiras legislações ao longo do percurso histórico. Segundo Nogueira (2013), as primeiras experiências de extensão nas universidades brasileiras datam do início do século XX, restringindo-se à realização de cursos e conferências e à prestação de serviços. Discorre Sousa (2010) que as preocupações com a extensão nas universidades brasileiras foram esporádicas, pois não havia forças emergentes para reconhecimento, muito menos para institucionalização. As primeiras experiências foram fruto de interesses e atos de vontade individuais de segmentos da comunidade acadêmica e não representavam respostas às demandas sociais.

Gurgel (1993) cita como representação da primeira experiência extensionista surgida por meio de uma instituição de educação superior, com influência do modelo europeu-inglês, o desenvolvimento, entre os anos de 1914 e 1917, de cursos de pequena duração, direcionados especialmente às camadas populares pela Universidade Popular da Universidade de São Paulo. Lembrando que, anteriormente, no Brasil, existiram outras universidades populares, instaladas por iniciativa de grupos de intelectuais, sem vínculo institucional com organismos universitários. Esse modelo de universidade popular se torna bandeira de luta do movimento estudantil na década de 1960.

Avançando para o ano de 1921, reportamo-nos à realização, pelas Escolas de Agronomia de Lavras e Viçosa, de seminários, cursos, semanas de estudo e difusão de resultados de estudos e pesquisas direcionados para os produtores rurais, que seguiam o modelo de extensão norte-americana. Registramos que foi a primeira experiência extensionista organizada de forma sistematizada a ocorrer no Brasil.

Dessas experiências, surgem os *campi* fora de sede das universidades, como cenário para a regionalização da educação superior, sendo essa uma das concepções adotadas de extensão no Brasil (GURGEL, 1993; SOUSA, 2010).

Ao final da década de 1920, iniciam-se as discussões sobre um possível desenho de concepção de extensão, com fortes influências estrangeiras. A extensão começa a compor os discursos de intelectuais que tratavam sobre a educação superior através dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação”. E, em 1931, como primeira referência legal da extensão universitária, é aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931. Os artigos que compõem o decreto e discorrem sobre a extensão são:

Art. 42. A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de character educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou colectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico.

Art. 99. A vida social universitaria terá como organizações fundamentaes:

[...]

c) extensão universitária; [...] (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

Para Nogueira (2013, p. 33), a extensão, no Estatuto das Universidades Brasileiras, é “[...] entendida como instrumento de transmissão do conhecimento da universidade para a sociedade”. Cabe destaque à questão da institucionalização, intenção projetada no documento pela referência ao controle do Conselho Universitário sobre as práticas universitárias de extensão, efetivando-as em acordo com as unidades acadêmicas.

Sousa (2010) retoma Gurgel (1993), quando coloca que o Estatuto recebe forte influência do grupo ligado ao Manifesto dos Pioneiros da Educação, na defesa à modernização da educação no Brasil. O grupo defendia que “[...] as instituições de ensino deveriam ser agentes de desenvolvimento, levando ao povo a cultura e os resultados das investigações científicas, com caráter de prestação de serviços à sociedade” (SOUSA, 2010, p. 58).

Os estudos de Morales Mello (2019) citam que o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 traz, como natural do viés assistencialista, a não atenção à

avaliação das ações extensionistas e a ausência de indicadores. Quando esta acontece, discorre o autor, os indicadores evidenciam a verificação quantitativa.

A década de 1930 é marcada pela ascensão do movimento estudantil organizado com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938. A contar desse momento, com fortes influências no Manifesto de Córdoba, os estudantes universitários brasileiros formulam bases de um projeto de reforma universitária, contextualizado com a realidade social da época e priorizando a extensão na educação superior como mecanismo de integração da universidade com a sociedade, através do modelo de universidades populares, envolvida com os problemas nacionais, assumindo compromisso com desenvolvimento e a transformação social. No primeiro congresso da UNE, é apresentado o plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira, com as seguintes propostas: desenvolvimento do saber e dos métodos de estudo e pesquisa, difusão cultural e assistência integral aos estudantes. Em resumo, esse plano apresenta a extensão como uma função acadêmica (GURGEL, 1993; SOUSA, 2010).

O movimento estudantil marca as discussões sobre a reforma universitária na época, e três grandes eventos são destaques: o I, II e III Seminário Nacional da reforma universitária, ocorridos respectivamente nos anos de 1961, 1962 e 1963. Segundo Sousa (2010), os documentos originados nos eventos expõem a necessidade de as universidades terem maior compromisso social, inseridas nas reformas de base da sociedade. As proposições dos seminários aparecerão posteriormente na Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968.

Em se tratando do fazer extensionista, o grande momento de ênfase via movimento estudantil se dá a partir dos anos de 1961, na criação, pela UNE, do Serviço de Extensão Cultural (SEC), do Movimento Cultura Popular (MCP), do Centro Popular de Cultura (CPC) e da Universidade Volante (UNE-Volante). Nesse contexto, acontece uma aliança entre universitários e diversos intelectuais progressistas. Na construção de todas as ações, busca-se uma maior aproximação com as classes populares rurais e dos centros urbanos, através do cinema, da música e do teatro (GURGEL, 1993).

Os movimentos iniciados na década de 1960, de extensão que considera os diversos saberes e agrega o compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos, caracterizam o conceito de extensão. Mais tarde, isso embasa as discussões para a superação da função meramente assistencialista que caracteriza a extensão no campo universitário.

Esse fato nos remete a Freire (2010), especialmente o livro *Extensão ou Comunicação*, em que a substituição do conceito de extensão pelo de comunicação se fundamenta numa teoria que responde às perguntas: “como se aprende?”, “como se produz conhecimento?”. Freire (2010) considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo. As ideias desse pesquisador são constantemente revisitadas pelas vertentes que consideram a extensão universitária uma via de mão dupla, com troca de saberes acadêmico e popular, da extensão indissociável do ensino e da pesquisa e que transforma tanto o meio social quanto a universidade.

O ano de 1961 traz, ainda, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 4.024. Em seu artigo 69, cita vagamente a questão da extensão universitária, numa continuidade do entendimento anteriormente publicado no Decreto n.º 19.851 de 1931. Dessa forma, a concepção de extensão segue como uma função da universidade relacionada à prestação de serviços à comunidade e na oferta de cursos e seminários.

Sousa (2010) lembra que o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 1962, que regula a aplicação dos fundos nacionais aos vários níveis de ensino, não vai contemplar em nenhuma parte a extensão universitária. A educação superior é citada neste documento apenas a respeito da produtividade, vinculada ao aumento do número de matrículas.

Após o período de ascensão do movimento estudantil com propostas inovadoras e de caráter dialógico com as comunidades, o país mergulha num período de ditadura, no qual um governo militar assume o poder, em 1964. Há uma série de acontecimentos que desarticulam o movimento estudantil, como a cassação da UNE, a qual segue em atividades de forma clandestina. Gurgel (1993) cita que, ao mesmo tempo em que o governo militar desarticula o movimento estudantil, ele procura estabelecer mecanismos para integrar os universitários em programas governamentais. O objetivo era retirar os jovens dos movimentos de rua, levando-os para zona rural, distantes dos grandes centros urbanos. Assim, o trabalho extensionista vinculado ao movimento estudantil foi direcionado pelo Estado para atuação na prestação de serviços. Para isso, surge a iniciativa do Projeto Rondon, baseado no modelo da Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná, criada em 1960, tendo sua primeira operação realizada em 1967.

Nas palavras de Sousa (2010), a extensão universitária,

[a]ntes uma bandeira de luta do movimento estudantil, foi tomada pelo Estado, institucionalizada por força de lei e então devolvida aos estudantes [...] no entanto, não lhes foi dada condição estrutural para organização e participação nas questões da universidade, apenas no fazer extensionista (SOUSA, 2010, p. 49).

A promulgação oficial do Projeto Rondon foi através do Decreto n.º 62.927, de 23 de junho de 1968, do Ministério do Interior. O fundamento do Rondon é baseado em princípios marcados pelas ideias de desenvolvimento e segurança nacional. Salientamos que o projeto Rondon nasceu fora da universidade, porém, como tensiona Sousa (2010, p. 67), “[...] propõe-se a influenciá-la diretamente com suas ideias desenvolvimentistas e de integração do território nacional”. Nogueira (2013) ressalta que, na execução das ações, os estudantes são recrutados para as operações nacionais, com fundamentos assistencialistas, e não há participação das universidades no planejamento e execução. Portanto, as ações de extensão ficam totalmente desvinculadas das demais atividades acadêmicas – o ensino e a pesquisa.

O caráter esporádico e de descontinuidade das ações começa a ser apontado através de críticas dos estudantes que participavam das operações. Em função disso, o governo militar cria o programa dos *Campi Avançados*, que se constituíam em unidades de universidades de outras regiões do país instaladas, em sua maioria, na Amazônia. Nogueira (2013) discorre que a constituição dos *Campi* foi duramente criticada pela comunidade universitária da região Norte, por não contemplar as universidades da região nas parcerias, ignorando os saberes locais e as reflexões sobre as questões regionais. Em contrapartida, Sousa (2010) aponta que, para as universidades que instalaram seus *campi*, havia a compreensão de uma forma estratégica de interiorização, papel que tem servido como sinônimo de extensão universitária em muitos momentos. Ressaltamos que a UFSM foi uma das primeiras instituições a ter *Campi Avançados* no ano de 1969.

Sousa (2010) nos traz uma interessante reflexão sobre o Projeto Rondon, que em seu contexto não poderia ser caracterizado como extensão universitária, já que não era uma atividade diretamente relacionada ao contexto universitário, nem é resultado de uma iniciativa da universidade, pois foi criado fora dela. A execução do Projeto Rondon vai impactar a concepção de extensão, como prestação de serviço, dentro das instituições de educação superior e ser embrião do processo de institucionalização das atividades de extensão universitária pela integração *Campi Avançados* e Projeto Rondon.

Na mesma década de início do Projeto Rondon e dos *Campi Avançados*, surge, no ano de 1965, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O programa foi ampliado para dimensão nacional por via do MEC, através da Comissão Incentivadora dos CRUTAC (CINCRUTAC), em 1969, chegando a existir 22 CRUTAC em todo o país (GURGEL, 1993).

As atividades de extensão datadas na época – CRUTAC, Projeto Rondon e *Campi Avançados* – têm particularidades e diferenças. Sousa (2010) destaca que Rondon e *Campi Avançados* propiciavam uma experiência de atuação universitária fora do seu estado, em regiões escolhidas pelo governo federal, recebendo dele todo apoio logístico. Já os CRUTAC eram executados na área de origem das instituições, contavam com recursos próprios e convênios com as prefeituras das áreas abrangidas, ambos tinham influência na extensão rural das universidades norte-americanas.

A principal característica relacionada à prática extensionista da época era que as universidades buscavam cumprir seu papel social através desses programas, no atendimento às comunidades e cumprindo os propósitos governamentais de integração e desenvolvimento nacional. No entanto, não havia uma relação estabelecida com o ensino, o que tenta ser suprido através da transformação do caráter esporádico das ações para se tornarem atividades sistemáticas de presença das universidades e do Estado nas comunidades.

O momento histórico, na época, era de grande efervescência em se tratando de reivindicações de reformas de base. Então, o governo assumiu a execução das reformas para conduzi-las de acordo com seus interesses. No mês de junho de 1968, foi instituído o Grupo de Trabalho que estudaria a reforma universitária na direção de reforma sob o domínio do Estado. Em novembro do mesmo ano, é sancionada a Lei n.º 5.540 que trata da reforma universitária (SOUSA, 2010).

No escopo dos documentos legais, Nogueira (2013) discute que tanto a Lei n.º 4.024/1961 quanto a Lei n.º 5.540/1968 apresentam uma visão reducionista da extensão universitária, pois não é considerada a dimensão acadêmica da atividade. A autora destaca que a legislação de 1968 coloca a atividade extensionista como prática que a instituição deve assegurar aos estudantes, sem considerar o planejamento e engajamento docente no fazer e no pensar extensionista. Importante apontar que a lei torna a extensão obrigatória nas instituições de educação superior, conforme segue:

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

[...]

d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos [...].

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes [...]

Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;

b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;[...] (Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968).

Gurgel (1993) registra que, no ano de 1968, por iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), é realizado o primeiro diagnóstico da extensão universitária no país, através da elaboração de um relatório sobre as atividades extensionistas. Apesar das leis anteriores, somente no fim da década de 1960 e início da década de 1970, é sinalizado o início da institucionalização da extensão pelo MEC, através dos planos setoriais que surgiram.

Ainda nesse escopo, Gurgel (1993) menciona a constituição, em 1974, da 1.^a Comissão Mista, entre o Ministério da Educação e o Ministério do Interior (Minter), que visava um inter-relacionamento dos Programas CRUTAC-MEC e *Campi Avançados – Minter* –. Uma das proposições dessa Comissão foi a criação de uma articulação das atividades de extensão, a qual, posteriormente, consolidou-se em 1975 com a constituição no MEC de uma Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), assumindo o lugar da Comissão Incentivadora dos CRUTAC (CINCRUTAC).

A implantação da CODAE faz do MEC articulador geral das experiências desenvolvidas no campo da extensão universitária, definindo políticas através do Plano de Trabalho da Extensão Universitária, que ampliou os espaços criados pela Lei da Reforma Universitária de 1968. De acordo com o Plano, a extensão é:

a forma através da qual a instituição de ensino estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (Plano de Trabalho de Extensão Universitária, MEC/DAU, 1975)¹³.

¹³ O Plano de Trabalho de Extensão Universitária encontra-se disponível na dissertação de Maria das Dores Pimentel Nogueira, intitulada: Políticas de extensão universitária brasileira: 1975-1999. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37970>.

O plano traz especificamente a operacionalização das ações extensionistas, reforçando a necessidade da institucionalização da extensão. As atividades em execução na época eram: Projeto Rondon, *Campi Avançados*, CRUTAC, projetos de integração da universidade nas comunidades e de integração Escola-Empresa-Governo (GURGEL, 1993; SOUSA, 2010).

Para Nogueira (2013, p. 37), o plano consagra uma visão de extensão que vai além da realização de cursos e prestação de serviços, porque define outras formas de extensão “como projetos de ação comunitária, difusão de resultados de pesquisas, difusão cultural ou outras formas de atuação exigidas pela realidade regional onde a universidade esteja inserida”. A autora destaca que foram realizadas ações de valorização da extensão através do financiamento de projetos de extensão, bolsas para discentes, além de atividades de capacitação de pessoal com treinamentos e seminários. No entanto, Nogueira (2013) e Sousa (2010) pontuam que, embora se tenha avanços na concepção e organização da extensão universitária no país, a responsabilidade de programação, supervisão e avaliação das experiências extensionistas permanece no MEC. Portanto, às universidades cabe, somente, o papel de execução.

A CODAE foi extinta em 1979, formando, assim, um hiato em termos de articulação do MEC com a extensão universitária; sua quebra se deu somente com a criação em 1993 do Programa de Fomento à Extensão. Sousa (2010) e Gurgel (1993) salientam que nesse período muitas instituições assumiram a prática da extensão, sem o apoio do MEC, e ainda assim consolidaram importantes experiências. Porém, a ausência do discurso do Estado quanto às questões da extensão universitária propiciou a ocorrência de projetos desvinculados de processos acadêmicos, retomando apenas a perspectiva assistencialista.

Ao observar a trajetória da extensão até o período de redemocratização, percebemos as diferentes influências que têm os interlocutores envolvidos, a citar o Estado, o movimento estudantil e as instituições de educação superior. Sousa (2010) discorre que o envolvimento das universidades na extensão se desenvolve atrelado aos modelos ditados pelo governo e que não se observa registro oficial de práticas institucionais inovadoras ou identificadas com as experiências, por exemplo, do movimento estudantil. Em síntese, os modelos de extensão que predominavam eram importados e de acordo com as diretrizes do Estado, correspondendo à prestação de serviços assistencialistas.

4.2 DA REDEMOCRATIZAÇÃO ATÉ A ATUALIDADE: CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

O período de redemocratização é marcado por uma nova fase nas universidades: emerge a discussão do papel social e da autonomia da universidade. Assim, ocorrem as primeiras eleições de dirigentes pelo voto direto, e o movimento coloca no poder dirigentes comprometidos com a universidade situada com os anseios da população. A extensão, por conseguinte, passa a ser planejada para além do fazer tradicional de prestação de serviços assistencialistas ou difusão cultural; adquire compromisso com as demandas sociais e as atividades passam pela compreensão de articular o ensino e a pesquisa, com o horizonte de transformação social (SOUSA, 2010; NOGUEIRA, 2013).

Nesse período, iniciam reuniões que dão origem aos fóruns de pró-reitores, entre eles de extensão. O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras ocorre no ano de 1987. Como resultado é publicado um documento com as conclusões aprovadas no Encontro, onde se define o conceito de extensão como:

[o] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 1987, p. 11).

O documento também discorre sobre a participação da comunidade envolvida com as ações de extensão: “[...] será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades” (FORPROEX, 1987, p. 12). Chama a atenção a avaliação aparecer como um dos momentos do fazer extensionista, todavia o documento não apresenta métodos para realização de avaliação e monitoramento das ações.

A consolidação do FORPROEX como entidade que discute e orienta as atividades extensionistas no país fortalece sua relação com o MEC. A partir dos anos de 1990, a extensão retoma como parte da estrutura organizacional do MEC, através da Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), dentro da Secretaria Nacional

de Educação Superior (SeNESu). Através do DIEG, são criadas a Comissão de Extensão Universitária e o Comitê Assessor, que trabalham na coordenação das atividades de extensão em conjunto com o FORPROEX e juntos elaboram uma proposta de trabalho para a extensão nos anos de 1993 e 1994.

Retomando o histórico de documentos legais, na Constituição Federal de 1988 e na LBD (1996), há a orientação de que a extensão deve ser indissociável das atividades de ensino e pesquisa nas instituições de educação superior. Registramos que, inicialmente, essa integração não é totalmente consolidada, visto que a extensão tinha um papel secundário no quadro institucional e de conflito conceitual em relação ao seu fazer, por vezes compreendido como papel assistencial, sem reflexão e contribuição à formação acadêmica. Esse fato nos remete às reflexões de Santos (2010) que, ao examinar a passagem do período de ditadura para a redemocratização no Brasil, cita que, embora tenhamos manifestas rupturas, mantêm-se processos de continuidades.

Ainda sobre a Constituição Federal de 1988, reportamo-nos ao artigo 213 que normatiza que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público. Mais tarde, em 2010, há uma sinalização de avanço no sentido de garantias de financiamento da extensão universitária, a qual foi inserida no Decreto n.º 7.233, de julho de 2010, que regulamenta a matriz para alocação de recursos orçamentários para as universidades federais. O financiamento da extensão é pauta de discussão do FORPROEX desde seu primeiro encontro.

Nas construções conjuntas MEC e FORPROEX, temos a citar as articulações que culminaram na publicação de três políticas de extensão universitária: o Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proexte), de 1993, o Plano Nacional de Extensão, de 1999 e a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012. Nogueira (2013) destaca que o Proexte e o Plano Nacional de Extensão apresentam diretrizes conceituais, políticas e operacionais semelhantes. Somado a isso, comenta que, em 2003, o FORPROEX elege cinco das diretrizes como orientadoras para reflexão e práticas extensionistas, são elas: a indissociabilidade entre o ensino, a extensão e a pesquisa, a interdisciplinaridade, a interação dialógica, o impacto na formação do estudante e o impacto social.

O Proexte tem impacto nas instituições, principalmente no financiamento da Extensão. O programa define critérios de avaliação necessários para se obter recursos, assim como o modo de organização e caracterização de cada ação de

extensão, sob a forma de programas, projetos e atividades. Sousa (2010) aponta o Programa como um momento de percepção de novos interesses sobre as práticas extensionistas e sobre processos de institucionalização nas universidades. O Proexte teve ao longo do tempo papel fundamental no financiamento federal para a extensão e influencia a constituição Programa Nacional de Apoio à Extensão Universitária (Proext), criado pelo MEC, em 2003.

O Proext foi um programa estratégico para o aporte público de recursos orçamentários para a extensão universitária. De acordo com Santos e Deus (2014), no ano de 2004, foram disponibilizados R\$ 6 milhões de reais para o Proext, e 52 instituições de educação superior apresentaram 182 propostas de extensão para serem implementadas. Já no ano de 2012, os valores alcançaram cerca de 82 milhões de reais. Junto ao programa, muitas instituições criaram programas de fomento e editais internos com o objetivo de atender ações extensionistas específicas. Fato a destacar é que o último edital de seleção do Proext foi publicado em 2016. Ao refletirmos sobre os motivos de descontinuidade do programa, constatamos que, apesar de ser considerado uma política histórica, como política de governo – publicado através de decreto – não se constituiu enquanto dispositivo legal de aspecto permanente para financiamento público federal da extensão universitária.

Em relação ao PNE, o plano publicado em 1999 busca, além de desenvolver as atividades acadêmicas de extensão, consolidar medidas que fortaleçam a institucionalização da extensão e uniformizar os procedimentos, colocando a extensão como parte essencial do fazer universitário. Desse modo, objetiva alcançar o “[...] equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos” (FORPROEX, 1999). Na mesma direção, o PNE para o decênio 2001-2010¹⁴, na meta 23 para a educação superior, estabelece a implantação de um Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária além de trazer para o Plano algo que já constava em debates no FORPROEX, que é a creditação da extensão nos currículos. Conforme a meta 23, “[...] no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (BRASIL, 2001, Meta 23 – Educação Superior).

¹⁴ Aprovado pela Lei n.º 010172, de 9 de Janeiro de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>.

Ainda sobre a creditação da extensão nos currículos, o tema segue apresentado no PNE para o decênio 2011-2020, proposto no Projeto de Lei n.º 8.035, através da Meta 12.7: “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”. Podemos observar a mudança de redação quando se altera de “[...] ações extensionistas” para “[...] programas e projetos de extensão universitária”. Essa mudança pode caracterizar uma percepção acerca da complexidade das ações extensionistas, considerando para a creditação apenas projetos e programas.

Outro marco político para a extensão universitária foi, em 2012, a publicação da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), que teve como documento orientador o Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999. A Política Nacional de Extensão, após ser discutida no âmbito de reuniões do FORPROEX e das próprias universidades signatárias, é publicada, com a intenção de dar sustentação ao compromisso das universidades com a transformação da universidade pública, como instrumento de mudança social. A política reafirma e atualiza o conceito de extensão apresentado na criação do FORPROEX:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 42).

Na publicação da Política, são definidas cinco diretrizes que devem orientar a formulação e a implementação das ações de extensão universitária, a saber: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social. As diretrizes visam, segundo a Política, contribuir para a superação das três crises da universidade pública, apontadas por Santos (1995), em seu livro *Pelas mãos de Alice*.

Na descrição das crises da universidade, Santos (1995) cita a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional. A crise da hegemonia se caracteriza como a contradição entre as funções tradicionais da universidade que vão se modificando ao longo do tempo: de um lado a produção de alta cultura para as elites e de outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento

capitalista. A crise da legitimidade se constrói no fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual na construção de saberes especializados hierarquizados pela restrição do acesso à educação superior e a pressão popular para a democratização de acesso à universidade. Já a crise institucional é definida pela contradição entre a construção da autonomia no estabelecimento dos valores e objetivos da universidade e a constante pressão para atender critérios de eficácia e produtividade, naturais do sistema empresarial.

A extensão ocupa outro patamar nas discussões do contexto universitário. O ano de 2012 também marca a criação do Colégio de Pró-Reitores de Extensão das IFES (COEX) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). O COEX-Andifes articula e discute políticas acadêmicas de extensão, tendo o compromisso com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Um dos objetivos do COEX é o incentivo à avaliação das ações de extensão realizadas pelas instituições de educação superior.

Na perspectiva de consolidação da extensão como dimensão acadêmica e de formação de estudantes, o PNE 2014-2024¹⁵ segue reafirmando em sua estratégia 12.7 o mínimo de

[...] 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

A estratégia 12.7 segue como um grande desafio às instituições de ensino, pois, além de repensar os currículos dos cursos de graduação para compor a exigência, traz a consideração de que as ações sejam orientadas na perspectiva de adequação às demandas sociais, o que corrobora com a concepção de extensão definida na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012).

Em 2018, temos a publicação da Resolução CNE/CES n.º 07/2018, um novo marco legal para extensão universitária, que reafirma as construções conjuntas do FORPROEX com o MEC e do PNE 2014-2014. A relevância dessa legislação é trazer tais elementos para todas as instituições de educação superior brasileiras. Dias da Mota *et al.* (2019) citam que, a partir da resolução, pode-se guiar o fazer extensionista através de um padrão de conduta para as instituições, pois coloca as

¹⁵ Aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de Junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

experiências aprendidas no mundo acadêmico compartilhadas com a sociedade e vice-versa. Com isso, todas as IES devem repensar o trabalho relacionado à extensão em seus planos institucionais e como articulam o princípio da indissociabilidade.

Em seu artigo 1.º, a Resolução CNE/CES n.º 07/2018 enuncia o que será tratado a seguir:

Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país (BRASIL, 2018).

Após o período de redemocratização e na virada do século, a extensão universitária se constrói num processo de profundo amadurecimento, na afirmação de seu conceito, na definição de suas diretrizes e dos elementos apontados como fundamentais para sua valorização. A consolidação desses aspectos está presente na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) e na publicação da Resolução CNE/CES n.º 07/2018.

Não podemos nos furtar de contextualizar que as construções apresentadas foram fruto de muitas discussões, lutas e superações de conflitos e crises, as quais estão presentes desde a origem da educação superior no Brasil. Nesse intento, Deus (2020) tenciona a questão que os conflitos internos e as incompreensões externas sobre atividades de extensão estabelecem uma barreira para o reconhecimento da extensão como parte da retomada de um pensamento latino-americano de universidade capaz de se apresentar como proposta de um projeto de sociedade. Quando se trata da extensão, há mais dúvidas que respostas nesse caminho. A autora aponta que as dúvidas refletem a complexidade que envolve o fazer extensionista e o espaço que a extensão ganha nas instituições universitárias, para além da extensão, quem está em constante questionamento é a própria universidade.

Indispensável trazer as proposições de Santos (2010) na caracterização do enfrentamento do complexo quadro de crise da universidade. O autor nos revela que no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, ensino, pesquisa e extensão. Sem quaisquer desses, há educação superior, mas não há universidade. Futuras reformas da universidade devem trazer no seu horizonte a distinção entre o que é universidade e o que é educação superior. Para a

extensão, o autor propõe uma nova centralidade às atividades de extensão como modo alternativo ao capitalismo global. A extensão universitária deve cumprir a função da universidade na participação da coesão social, na luta pela democracia, contra a exclusão social e na defesa da diversidade cultural. Além disso, a extensão deve tomar certa distância de orientação para atender objetivos de arrecadação de recursos extraorçamentários, correndo o risco de ser parte do processo “discreto” de privatização da universidade pública. A extensão deve, ao contrário, ser apoio solidário na resolução de problemas sociais.

Para isso, Deus (2020) cita que há um acúmulo histórico de produções sobre a extensão universitária, porém é imprescindível a disseminação desses debates, das definições e das contextualizações na efetivação da extensão como política para a educação. Isso envolve incentivo institucional e investimentos para seu alcance. É necessária a definição de novas metodologias para a extensão, visando à interação entre o que se produz na universidade e as necessidades dos diversos setores sociais. A autora apresenta, então, três elementos de contradição interna da universidade: “i) os currículos engessados; ii) o acomodamento/desencanto docente e discente; e iii) a estrutura universitária distante e com poucas condições de atender as demandas da sociedade” (DEUS, 2020, p. 80). A partir disso, algumas ferramentas podem ser convenientes num processo de transformação, como a definição de instrumentos de aferição das ações realizadas e a criação de instrumentos para a implantação de sistemas de informação e gestão que garantam condições de perenidade das iniciativas.

5 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo, dedicado a contextualizar a avaliação na extensão universitária, inicialmente apresenta uma breve discussão sobre o que é avaliar, sua complexidade e suas particularidades, para tecermos reflexões sobre a avaliação inserida no campo da extensão universitária.

A avaliação ganha outro patamar quando está voltada a assuntos de interesse social, que envolve, por exemplo, recursos orçamentários públicos, pessoas e instituições educacionais. Há um esforço governamental para apresentá-la como processo meramente técnico e neutro, mas, ao buscar autores e estudos sobre a temática, percebemos que a avaliação é um fenômeno político, que vai ter influências de diferentes vertentes e concepções de gestão educacional.

O ato de avaliar é intrínseco ao ser humano, ou seja, é uma prática que dá sentido à realidade sob a ótica da qualidade de tudo que existe. Assim, todo ato humano é precedido de um ato avaliativo, seja por meio do senso comum e habitual ou por recursos metodológicos de investigação de modo intencional. Portanto, o ato de avaliar nos revela algo a respeito da realidade, atribuindo-lhe uma qualidade, positiva ou negativa. A partir desse resultado, ocorre a tomada de decisão (LUCKESI, 2018).

Luckesi (2018) cita que o ato de avaliar é uma investigação da qualidade da realidade como desvelamento cognitivo e se encerra aí. Porém, a tomada de decisão está para além da investigação, afinal pertence ao âmbito da gestão da ação, que decide sobre como utilizar ou se utilizará de fato os conhecimentos obtidos sobre a realidade investigada.

As autoras Dalben e Vianna (2008) colocam que avaliar é um processo de autoconhecimento, no qual se pode verificar valores e princípios de um campo através do processo avaliativo. Diante disso, a avaliação como um processo se efetiva por meio das escolhas, da observação, do julgamento, da organização do conhecimento sobre o objeto e decisões envolvidas, abarcando toda complexidade de um ato humano. Como citam as autoras, “[...] os sujeitos avaliadores interpretam e dotam de sentidos e significados a realidade na qual estão inseridos” (DALBEN; VIANNA, 2008, p. 31). Portanto, todo produto ou resultado de um processo de avaliação é a representação do juízo sobre alguma coisa ou alguém, consolidando um conhecimento sobre o contexto e objeto avaliado.

Um processo de avaliação se constitui a partir de ações que são objetivadas através de metas, propostas, condutas, atitudes e habilidades, em que se confrontam referenciais mediados pelas normas ou o ideal a ser considerado e os que serão comparados pelo avaliador. Nesse processo, há uma análise de comparação entre o ideal e o real para produção de decisões. Os sujeitos que avaliam atribuem significados ao objeto, produzindo conhecimento sobre ele. Por isso, avaliação significa “aval para uma ação”, pois a análise que se faz é ancorada em critérios éticos, políticos e técnicos de quem avalia, com base nas relações sociais e nos parâmetros de excelência atribuídos ao objeto (DALBEN; VIANNA, 2008).

A avaliação é um ato político, pois se dá noção de valor, de importância à ação ou objeto avaliado. Diante disso, a construção de processos de avaliação deve ser adequada e criteriosa de acordo com o contexto em que está inserida. Ainda mais, não avaliar nos coloca em situação de olhar situações pelo viés do momento, sem critério e reflexão.

Sabendo que avaliar é um ato intrínseco do ser humano e faz parte do complexo fenômeno de tomada de uma decisão, Dias Sobrinho (2003) cita que a avaliação é uma ação que não permite neutralidade, porque se atribui significados e se coloca juízo de valor no ato avaliativo, constituindo-se de uma prática social. No que envolve a avaliação institucional das Universidades, o autor também afirma que cabe à avaliação um dos papéis centrais na formulação de novas políticas e/ou reformas educacionais.

Catani, Oliveira e Dourado (2001) explanam que a avaliação, em sua essência, apresenta caráter polissêmico e abrangente; isso quer dizer que há diferentes sentidos que podem ser atribuídos aos processos de avaliação nas instituições de educação superior. A avaliação nas universidades adquire grande centralidade nos processos decisórios, no atendimento a órgãos de controle e nas formulações de reformas educacionais, todavia, não podemos nos furtar de compreender o vasto campo de disputa que se constrói em torno da avaliação.

No contexto das instituições de educação superior, a avaliação é uma prática recorrente, professores avaliam alunos, alunos avaliam os professores, as bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses são situações que constituem um campo de práticas avaliativas. Além disso, os cursos são avaliados, e a instituição em si também (SANTOS; MEIRELLES; SERRANO, 2013).

Santos, Meirelles e Serrano (2013) afirmam que toda ação pode ser avaliada, desde que se estabeleçam os elementos para obter resultados em quantidade e qualidade necessários, além da escolha do momento avaliativo. Os autores citam que as definições sobre quais ações serão avaliadas recaem em olhar o esforço e o custo necessário à realização da avaliação, além da influência das políticas e necessidades institucionais e obrigações legais.

Ainda que falemos em avaliação no âmbito das instituições, Dias Sobrinho (2004) nos lembra de que a avaliação na educação superior tem impactos em toda sociedade. A avaliação fornece subsídios para reformas educacionais, mudanças nos currículos, na gestão, nas estruturas de poder, nas concepções de ensino, na pesquisa e na extensão. Enfim, há toda uma cadeia em transformação que implica nos impactos da educação na sociedade.

Em se tratando de concepções e disputas, o autor traz que há duas concepções para a educação superior que vão influenciar nas práticas de avaliação, justamente pelo seu papel de transformação já citado. As disputas se dão de um lado na concepção de uma educação superior que “produz conhecimentos e forma cidadãos para as práticas da vida social e econômica, em benefício da construção de nações livres e desenvolvidas” (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 704) e de outro no argumento da educação superior “como função da economia e dos interesses individuais e privados” (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 704).

Dias Sobrinho (2004) afirma que educação superior e avaliação são fenômenos sociais que cumprem papéis dinâmicos, respondendo às demandas que lhes são feitas nas mais diversas circunstâncias históricas. Além disso, são fenômenos políticos, embora para processos de avaliação há um esforço em lhes conceder um caráter estritamente técnico. Os estudos de Dias Sobrinho (2004) apontam que as mudanças de cenário social e crise econômica desde a década de 1970, desencadeiam ao Estado o aumento do controle e fiscalização, fenômeno chamado de Estado Avaliador. Na educação superior, o Estado Avaliador atua no sentido de controlar a eficiência de acordo com a fórmula: produzir mais, com menos gastos.

Catani, Oliveira e Dourado (2001) apresentam duas tendências que compõem as práticas e as disputas em torno da avaliação da educação superior: uma de regulação e controle, com instrumentos standardizados e outra de caráter formativo, emancipador. A expressão do complexo tecido da sociedade, na universidade, é traduzida através do exercício de sua função social e nas relações

capitalistas. Desse modo, a avaliação é ferramenta de controle e de valores mercadológicos, que são aplicados no contexto da gestão da educação superior.

Os ideais de individualismo e competitividade acabam por imperar nos processos avaliativos de características mercadológicas. Devido às restrições orçamentárias e as exigências de tornar a educação superior útil ao mercado e à sobrevivência das empresas, os processos de avaliação se transformam em mero *accountability* (prestação de contas, responsabilização e responsividade), situação comumente utilizada pelos governos e agências multilaterais.

Catani, Oliveira e Dourado (2001) e Dias Sobrinho (2004) expõem o contexto de crise de concepção da educação superior brasileira, que se reflete também no exercício de implementação de processos avaliativos para a educação superior. Os autores são categóricos ao afirmar que são duas tendências de avaliação em disputa. Porém, parâmetros, normas e critérios, supostamente objetivos, ideais e abstratos, baseados em procedimentos de quantificação de produtos podem caminhar junto de procedimentos que considerem contextos e fatores humanos que os envolvem e engendram, na perspectiva de uma avaliação participativa e democrática.

5.1 DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A ESPECIFICIDADE DA AVALIAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária como atividade das instituições de educação superior, conforme o princípio constitucional, é indissociável do ensino e da pesquisa. Entretanto, quando se trata da temática da avaliação nas instituições, percebemos as distâncias que se constroem na gestão universitária e na promulgação de leis e regulamentos a respeito da temática da avaliação e o espaço da extensão universitária.

Ao olhar para o contexto nacional e governamental, não há uma avaliação sistematizada e focada na extensão universitária, como existe nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela CAPES ou como nos cursos de graduação pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP). Tal situação nos incita a refletir sobre quais as razões que levam a extensão universitária não ter a mesma pertinência nos processos avaliativos institucionais, quando comparada ao ensino e à pesquisa, apesar de ser fundamental no fazer institucional.

Para isso, é importante olhar o contexto histórico das concepções de extensão universitária que foram se delineando, os papéis dos atores envolvidos com a extensão, além da questão da institucionalização da extensão nas instituições de educação superior, pois, sendo a avaliação um fenômeno político, situado historicamente, não podemos desvinculá-la desse conjunto de reflexões.

Na história da educação superior brasileira, a extensão universitária tem sua regulamentação tardia, com seu primeiro registro legal em 1931, além de ser construída a partir de diferentes concepções e influências. Portanto, fica evidente que, para termos um processo de avaliação consolidado, é necessário, inicialmente, dois elementos. Moralles Melo (2019), Santos Meirelles e Serrano (2013) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) elencam como fundamentais para pensarmos a avaliação da extensão universitária: i) clareza na concepção de extensão universitária para a instituição e para os atores envolvidos e ii) institucionalização da extensão nas universidades.

O fato de, em nível nacional, não termos um sistema de avaliação da extensão universitária pode ser um elemento impeditivo para ampliar a valorização do fazer extensionista. Para Dalben e Vianna (2008), o impacto das ações de extensão não é expressamente destacado pela ausência de estatísticas e verificação dos resultados e metas atingidas. Somado a isso, a não quantificação do público efetivamente atendido pelas ações extensionistas é um outro problema. Portanto, como cenário, fica acortinada a dimensão da atuação da extensão no fazer acadêmico institucional nas universidades.

Tendo isso em vista, Santos Meirelles e Serrano (2013) sugerem que a construção dessa avaliação deve ser inserida na cultura da instituição, o que vai além da discussão na perspectiva da institucionalização governamental. Os autores defendem que o processo de avaliação da extensão deve ser integrado ao processo de avaliação institucional e deve estar alinhado aos fundamentos, à missão e ao perfil da instituição. Além disso, é fundamental refletir sobre um processo de fato institucional, democrático e gerador de mudanças, o que nos remete às constatações de Catani, Oliveira e Dourado (2001) e Dias Sobrinho (2004) a respeito das disputas e tendências na avaliação da educação superior.

Nessa direção, Pontes e Rios (2021) afirmam que a avaliação das diversas ações da extensão de uma instituição pode aperfeiçoá-las a fim de legitimá-las como processo educativo, cultural e científico, e demonstrar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Há aspectos quantitativos e qualitativos que

podem ser elencados no processo de avaliação da extensão, a saber: número de indivíduos que foram atingidos por ação extensionista, direta e indiretamente, quantos alunos e docentes foram envolvidos, entre outros indicadores. No aspecto qualitativo, é possível revelar as mudanças produzidas pela ação junto a todas as pessoas envolvidas, na universidade e na sociedade.

O *Manual Iberoamericano de Indicadores de Vinculación de la Universidad con el Entorno Socioeconómico* cita que extensão universitária promove atividades institucionais de vinculação com a sociedade, e a principal questão que impera à problemática da avaliação da extensão é a ausência de uma definição operativa e normatizada de sua concepção, pois sua prática é muito diversa. Antes de consolidar processos de avaliação, é necessário um trabalho de definição e precisão das atividades. Os sistemas devem prever diferentes estratégias para resultados pertinentes e produtivos, que aliam dados com facilidade de acesso e medição com outros mais complexos (OCTS-OEI; RICYT, 2017, p. 30).

Ainda, o Manual revela as contradições internas que podem vir a ocorrer nos processos avaliativos, como, por exemplo, uma administração central que busca controle sobre as atividades de extensão e que imobiliza os atores envolvidos diretamente nas ações de extensão através de situações puramente burocráticas de gestão centralizada. A adoção de sistemas flexíveis de gestão e avaliação das atividades de extensão pode atenuar a carga burocrática que recai sobre as equipes das ações de extensão e agilizar a obtenção de informações e dados por parte da gestão universitária.

Para a sistematização da avaliação da extensão, Santos, Meirelles e Serrano (2013) destacam três níveis de execução que se inter-relacionam e que são fundamentais para a extensão universitária:

- o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão;
- o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades;
- os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão (SANTOS; MEIRELLES; SERRANO, 2013, p. 78).

Os autores ainda trazem três dificuldades, sem considerar a suficiência de recursos humanos, financeiros e de tempo e a vontade política de realizar a avaliação, que circundam a construção de sistemas avaliativos da extensão universitária:

- precariedade das formas de registro completo ou adequado da ação [...];
- explicitação pouco clara ou ausência de identificação do beneficiado pela ação de extensão [...];
- inadequada ou ausente capacitação técnica para realizar a avaliação – embora uma avaliação complexa seja possível, contando com ferramentas técnicas já discutidas, é necessário capacitar a equipe da Pró-Reitoria ou equivalente para realizar essa avaliação ou para entender e aplicar corretamente os seus resultados (SANTOS; MEIRELLES; SERRANO, 2013, p. 85).

Morales Mello (2019) reflete sobre a necessidade de investigar como se dão os processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, tendo em vista a concepção de extensão delineada pelo FORPROEX, a construção conjunta de ações com o MEC e o princípio constitucional da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Nas palavras do autor:

[é] imperativo que se estabeleça se os objetivos das propostas acadêmicas são adequados às demandas apresentadas pela sociedade. [...] Estabelecesse, então, a discussão de quais índices e indicadores seriam adotados nas ações de extensão. Esses indicadores podem demonstrar as verdadeiras potencialidades das ações? Essa discussão é constante e perpassa todas as questões extensionistas a partir da concepção de extensão assumida. (MORALES MELLO, 2019, p. 35).

Os desafios apresentados para a avaliação da extensão universitária estão na pauta das discussões do FORPROEX desde seu primeiro encontro, no ano de 1987. O documento publicado do I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras já cita a avaliação como parte da metodologia das ações de extensão realizadas nas instituições. No ano de 1991, o V Encontro Nacional do FORPROEX registrava a necessidade de se trabalhar sistema de avaliação para a extensão. A temática está presente na maioria dos registros¹⁶ dos encontros realizados pelo Fórum, onde a preocupação central recai na implantação de um sistema de avaliação da extensão que tenha construção análoga aos sistemas das outras atividades da instituição, e que considerem a comunidade externa no processo avaliativo.

No que tange às publicações nacionais vinculadas ao FORPROEX, que orientam a extensão universitária nas universidades públicas, o Plano Nacional de Extensão de 1999 afirma a avaliação da extensão como parte da avaliação

¹⁶ As cartas dos Encontros Nacionais do FORPROEX estão disponíveis em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>.

institucional, propondo um Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras em articulação com o MEC.

Ao observar o arcabouço que vai se construindo em relação às legislações que trazem a extensão em seus dispositivos, o FORPROEX cria, em maio de 1999, o Grupo de Trabalho de Avaliação. Esse grupo apresenta documentos que tratam da institucionalização da avaliação da extensão, consolidados, em 2001, na publicação *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*. Neste documento, a avaliação da extensão é constituída como um desafio emergente na integração com a avaliação institucional. Além disso, a publicação traz o acúmulo histórico de discussões a respeito da construção de indicadores para a avaliação das ações extensionistas e propõe, através de princípios e diretrizes definidos pelo FORPROEX, um projeto de avaliação da extensão para as universidades.

Para isso, o documento propõe um conjunto de métodos, planejamento e ações que congregam num modelo de avaliação institucional da extensão universitária, definindo dimensões que delimitam temáticas para abrangência e amplitude do que deve ser avaliado.

As dimensões propostas pelo FORPROEX (2001) são: política de gestão, infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica. Através dessas dimensões, conforme o documento, torna-se possível avaliar, dentro das particularidades institucionais, a percepção da comunidade interna e externa e as práticas extensionistas aliadas à missão, valor e visão estabelecidos nos documentos institucionais.

Figura 13 – Dimensões da avaliação da extensão



Fonte: elaborado pela autora (2021), adaptado da publicação do FORPROEX (2001).

No escopo da avaliação da extensão, o PNE para o decênio 2001/2010 traz metas que direcionam a avaliação institucional nas universidades para qualificar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão:

[...] 6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa (BRASIL, 2001).

O PNE nos aponta para a reflexão sobre o planejamento das instituições quanto à avaliação e ao monitoramento da extensão universitária, que deve se tornar um procedimento estrutural nas instituições, tendo em vista que a extensão ao compor o princípio da indissociabilidade com o ensino e pesquisa, necessita de procedimentos institucionais de avaliação para junto a outras medidas, obter o reconhecimento quanto a sua presença no contexto acadêmico legal e institucional.

Já na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) consta como desafio a atualização de sistemas de avaliação para superar dados isolados. Além disso, a avaliação da extensão é situada como fundamental na mensuração da contribuição das ações extensionistas para a produção de conhecimento e formação de estudantes, professores e técnicos administrativos. A avaliação, de acordo com o documento, deve ser centrada no processo em razão da própria natureza da extensão.

Morales Mello (2019) destaca que a continuidade das discussões sobre avaliação leva à criação, em 2015, do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão, que publica, em 2017, o Relatório de Pesquisa, Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU). Como resultado, esse documento apresenta um conjunto de indicadores que são propostos para ser referência para a gestão da extensão universitária nas universidades públicas e se apresentam como instrumentos que devem permitir aferir a produção de ações de extensão.

As contribuições do FORPROEX, como interlocutor mais próximo e mais ativo junto às instâncias públicas, para as discussões acerca da avaliação da extensão universitária, revelam ambiente propício para o desenvolvimento e avanço de definições, parâmetros e políticas direcionados ao tema. Pontes e Rios (2021) constata que as proposições para a avaliação da extensão carecem de clareza conceitual quanto à necessidade de serem responsivas aos participantes e à comunidade externa. Há a necessidade “de descrição e organização dos procedimentos avaliativos para que atendam às finalidades da avaliação, em cada um dos contextos em que acontece” (PONTES; RIOS, 2021, p. 268).

A presença da extensão, como parte da avaliação institucional também se encontra na publicação da lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como preocupação central os impactos acadêmicos e sociais da educação superior. O artigo 3.º cita que a avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, considerando as diferentes dimensões institucionais. Ademais, torna obrigatória a consideração da política de extensão e suas formas de operacionalização, destacando a relevância da extensão no contexto acadêmico.

De acordo com Pontes e Rios (2021), a publicação da lei do SINAES trazia fundamentos emancipatórios e formativos, na valorização da Avaliação Institucional

(AI). Porém, as medidas de implantação do Estado Avaliador colocam a centralidade do processo nas expectativas e necessidades do mercado. Assim, ocorrem alterações regulamentares que ressignificam o SINAES, e a avaliação passou a ter caráter fortemente regulador, tendo o seu potencial transformador enfraquecido. As autoras relatam que, nos primeiros anos de realização do SINAES, os indicadores relacionados à extensão universitária não foram efetivamente postos em prática, visto que não havia espaço para eles nos instrumentos da avaliação institucional, muito focados no ensino e na pesquisa.

Pontes e Rios (2021) citam que, somente no ano de 2017, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do MEC constituiu um comitê gestor para análise, revisão e adequação dos instrumentos de avaliação externa, tanto para credenciamento, quanto credenciamento ou transformação da organização acadêmica, que deu origem à publicação do *Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a distância, Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica* (BRASIL, 2017). Os novos instrumentos contemplam cinco eixos que contém as dez dimensões avaliativas do SINAES, definindo indicadores e critérios de análise para cada um deles. A extensão é apontada em três eixos diferentes, totalizando quatro indicadores que citam informações sobre a extensão universitária.

No eixo 2, Desenvolvimento Institucional, a extensão consta no Indicador 2.1 – Missão, objetivos, metas e valores institucionais. Esse indicador avalia critérios relacionados às políticas de ensino, pesquisa e extensão e seu alinhamento com o PDI da instituição.

No Eixo 3, Políticas Acadêmicas, apresentam-se dois indicadores que se relacionam à extensão. No indicador 3.5, Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão, verifica-se como se dão as ações de extensão e como elas estão alinhadas às políticas estabelecidas, analisando seu impacto social na melhoria das condições da comunidade e o fomento institucional de bolsas para os estudantes universitários. Por sua vez, no indicador 3.9, Comunicação da IES com a comunidade externa, são analisados critérios relacionados à divulgação de informações institucionais, incluindo as atividades de extensão.

No Eixo 4, Políticas de Gestão, o indicador 4.7, Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional, relaciona o orçamento com as políticas institucionais, incluindo a da extensão.

Embora os elementos apresentados não se constituam em si como um instrumento de avaliação da extensão universitária, o *Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a distância, Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica* apresenta aos avaliadores questões sobre a extensão, que até 2017 não eram consideradas no processo de AI, o que constitui avanço para a área, ainda que tímido.

Para relacionar os eixos e indicadores da AI com as dimensões da avaliação da extensão universitária propostas pelo FORPROEX (2001), elaboramos uma tabela para cada um dos eixos que apresentam relações estabelecidas. Esse esquema nos permite refletir sobre a integração da extensão dentro da AI e os limites que esses indicadores ainda possuem a respeito da extensão universitária.

A tabela 6 esquematiza o instrumento de avaliação externa *in loco* em relação ao eixo 2, enquanto a tabela 7 focaliza o eixo 3 e a tabela 8 o eixo 4:

Tabela 6 – Instrumento de avaliação externa *in loco* – Eixo 2

| | Indicadores | Dimensões Avaliação Extensão - FORPROEX (2001) |
|--|--|--|
| Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional | Indicador 2.1 Missão, objetivos, metas e valores institucionais: A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI; comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica); traduzem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social. | Dimensão Política de Gestão |

Fonte: elaborado pela autora com base em (BRASIL, 2017; FORPROEX, 2001).

Tabela 7 – Instrumento de avaliação externa *in loco* – Eixo 3

| | Indicadores | Dimensões Avaliação Extensão - FORPROEX (2001) |
|-------------------------------|---|---|
| | <p>Indicador 3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão: As ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico; são estimuladas com programas de bolsas, mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.</p> | <p>Dimensão Política de Gestão Dimensão Infraestrutura Dimensão Plano Acadêmico</p> |
| Eixo 3 – Políticas Acadêmicas | <p>Indicador 3.9 Comunicação da IES com a comunidade externa: Os canais de comunicação externa previstos possibilitam a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, apresentam instância específica que atua transversalmente às áreas e promovem outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.</p> | <p>Dimensão Relação Universidade-Sociedade Dimensão Infraestrutura</p> |

Fonte: elaborado pela autora com base em (BRASIL, 2017; FORPROEX, 2001).

Tabela 8 – Instrumento de avaliação externa *in loco* – Eixo 4

| | Indicadores | Dimensões Avaliação Extensão - FORPROEX (2001) |
|------------------------------|---|--|
| Eixo 4 – Políticas de Gestão | <p>Indicador 4.7 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional: O orçamento é formulado a partir do PDI, de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa; (quando for o caso) prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.</p> | <p>Dimensão Política de Gestão</p> |

Fonte: elaborado pela autora com base em (BRASIL, 2017; FORPROEX, 2001).

Cabe destaque ao argumento de Arroyo (2010) que aponta para a necessidade das instituições observarem o fazer extensionista em suas

particularidades. Sendo assim, a extensão não deve ser avaliada, utilizando os mesmos instrumentos que são empregados para a avaliação do ensino ou da pesquisa. A autora indica alguns pontos que devem ser considerados nos instrumentos de avaliação da extensão: identificar fragilidades, fortalecer os vínculos com o ensino e a pesquisa, direcionar a elaboração das políticas institucionais, projetar as ações da universidade dentro e fora dela, segundo o contexto social no qual ela se encontra.

No contexto atual, temos a publicação das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, Resolução CNE n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. A publicação altera a dinâmica das universidades ao regulamentar a inserção curricular da extensão universitária. Pontes e Rios (2021) destacam que emerge o debate da extensão como parte fundamental da formação dos estudantes. Desse modo, a premissa da indissociabilidade parece ganhar outra proporção nas discussões da educação superior. Para isso, a resolução prevê registro e organização das atividades de extensão, o que nos direciona a refletir sobre o papel da avaliação nesse contexto de implementação de uma nova política que impacta diretamente a atividade-fim da universidade, que é a formação do estudante.

Na previsão das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a extensão deve estar sujeita à contínua autoavaliação crítica, considerando o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade e a participação dos parceiros e outras dimensões acadêmicas institucionais.

Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) ressaltam que sistemas de avaliação da extensão universitária são indispensáveis para não só cumprirem as determinações legais, mas também para o acompanhamento e a melhoria da própria instituição, principalmente no contexto de novas políticas para a extensão universitária. As autoras apontam que nenhuma legislação terá o poder de convencimento e adesão imediatas, por isso a constituição de sistemas de avaliação participativos, emancipatórios e condizentes com a realidade, são essenciais para o êxito da implementação de novas políticas e também para que as experiências extensionistas possam ser mapeadas, discutidas e divulgadas, como ferramenta para a atualização do próprio quadro regulatório, da gestão institucional e da cultura das instituições envolvidas.

5.2 A PANDEMIA DE COVID-19 E O OLHAR PARA O FUTURO: AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

Em 31 de dezembro de 2019, na China, as autoridades sanitárias anunciaram o registro de casos de uma nova síndrome viral respiratória aguda, que logo chamou a atenção internacional por ser de rápida disseminação. O surto epidêmico se espalhou, o vírus foi detectado e identificado como Sars-CoV-2 (novo coronavírus), e a nova doença recebeu o nome de COVID-19. Com o rápido alastramento de contaminação, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), oficialmente, reconheceu a situação de contágio por COVID-19 como pandemia.

A OMS alertou sobre a necessidade de uma mobilização científica e dos gestores públicos em escala mundial para o enfrentamento à pandemia, a fim de conter o avanço da contaminação e garantir a vida das pessoas. Para isso, o distanciamento social foi a principal orientação para evitar o alastramento da contaminação e, conseqüentemente, o número de mortes. Em seguida, a maior parte dos países regulamenta as medidas sanitárias e de isolamento social para evitar novas contaminações. O impacto da COVID-19 para saúde, educação, economia e nas relações humanas se torna objeto de estudo e pesquisas, pois a pandemia provoca uma alteração no modo de vida da população mundial e, infelizmente, a parcela da sociedade mundial mais vulnerável é que sofre, ainda hoje, mais com seus efeitos, inclusive a letalidade causada pela doença. Desde dezembro de 2019, a COVID-19 contaminou centenas de milhões de pessoas e levou a morte mais de cinco milhões¹⁷ de pessoas no mundo.

A COVID-19, como cita Santos (2021), confere à realidade mundial uma liberdade caótica, uma mudança na vida humana provocada por uma partícula minúscula, que torna o mundo muito mais global do que as tentativas exercidas pela dinâmica do capitalismo ou do colonialismo. Os problemas e as soluções para frear o novo vírus são desafios planetários. Todavia, é reconhecida a diferença de caminhos que cada nação tomou para a proteção de sua população. No caso do Brasil, apesar das recomendações da OMS, houve, por parte do governo federal,

¹⁷ Os números de casos e mortes relacionados à Pandemia de Covid-19 são monitorados em escala mundial e divulgados pelo *Our World in Data* que é um projeto do *Global Change Data Lab*, uma organização sem fins lucrativos com sede no Reino Unido: <https://ourworldindata.org/coronavirus>.

uma minimização do efeito da pandemia que, por conseguinte, alcançou níveis altíssimos de infecção, chegando a patamares elevados de contaminação e de mortes, ocupando o *ranking* mundial dentre os países com maior número de contaminação e mortes.

Para compreensão dos impactos da pandemia, é imprescindível fazer o recorte de comportamento do vírus na população. Santos (2021) afirma que o coronavírus é insidioso e imprevisível, porque não depende de fronteiras e limites éticos. Porém, não “ataca indiscriminadamente”, afinal prefere as populações mais empobrecidas, aquelas vítimas da fome, da falta de acesso à saúde, da falta de saneamento básico, da falta de segurança e direitos trabalhistas, de modo geral, da população que não teve condições de manter o isolamento social.

Em face da grandeza das transformações que a pandemia de COVID-19 desencadeou, as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras também passaram a enfrentar desafios. O isolamento social impacta significativamente os modos de desenvolvimento das atividades institucionais relacionadas à gestão, ao ensino, à pesquisa e à extensão. As IES, após o reconhecimento da pandemia e a implantação de medidas de distanciamento social, tiveram que suspender as atividades presenciais, o que transcorreu para a construção de estratégias para atividades remotas, na perspectiva de continuidade do que estava em curso e também com o olhar para a organização e a participação em ações para fazer o necessário em combate à pandemia.

Assim, as IES são desafiadas na ressignificação de seu fazer extensionista, na realização de suas atividades junto à comunidade, sendo necessários novos planejamentos e readequações para formatos que usam as tecnologias para mediação entre extensionistas e comunidade externa. No entanto, as desigualdades de acesso à *Internet* e uso de tecnologias são apontadas pela Andifes, por meio do Relatório de Atividades das Instituições Federais de Ensino Superior (2020), como um dos desafios à realização das atividades de extensão com mediação tecnológica, sobretudo, quando da necessidade de uso dessa mediação com a população mais vulnerável.

Mélo *et al.* (2021), em estudo sobre os desafios das atividades de extensão durante a pandemia, constataram que o percentual das IES públicas que continuaram exercendo suas ações durante a pandemia da COVID-19 foi de 78,6%. Os autores apontam que as ações passaram a ser realizadas de forma virtual/remota ou adotaram protocolos rígidos de biossegurança. Além disso, a

gestão universitária adotou normas mais flexíveis, como mudanças no plano de trabalho ou suspensão temporária de cronogramas, o que facilitou a continuidade das ações.

O estudo revela que a maioria das IES, que deram seguimento às ações de extensão, incluiu atividades de trabalho voltadas para o enfrentamento da COVID-19. Mélo *et al.* (2021) categorizam as atividades desenvolvidas em: disponibilização de informações em páginas virtuais para prevenção e combate à COVID-19; realização de atendimentos aos casos de suspeita do novo coronavírus, através da telemedicina ou por meio da disponibilização dos testes de COVID-19; produção/entrega de materiais, como álcool em gel 70% ou máscaras.

Ainda que a Andifes traga elementos críticos à reflexão sobre o fazer extensionista durante o isolamento social, houve a necessidade de lançar mão de ações que têm interfaces e naturezas assistencialistas, que nem sempre conservaram todos os princípios da extensão. É importante compreender o momento vivenciado, onde essas ações, dentro do possível a se fazer em condições tão adversas permeadas pelo distanciamento entre as pessoas, tentaram garantir a interação dialógica ocorrida direta ou indiretamente.

Desse modo, são evidenciados o compromisso social e o valor à vida que as IES, através da extensão universitária, empenham-se em construir, com apoio e atendimento às comunidades vulneráveis. Com isso, as instituições reafirmam “a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade” como traz a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012, p. 9).

As tendências futuras para o cenário da extensão universitária, conforme Mélo *et al.* (2021) apontam para formatos híbridos como forma de organização e execução das ações de extensão. Não obstante, a Andifes cita que há um novo desafio para as instituições que é assegurar a plena participação tanto de estudantes como da comunidade externa nesses novos formatos que se desenham para a extensão.

O relatório da Andifes expressa que a avaliação da extensão deve considerar o contexto vivido e toda transformação gerada, principalmente na compreensão das dificuldades que foram levantadas de realização das ações na não-presencialidade, na busca da manutenção das diretrizes previstas para a extensão e no modo como isso se articula ao processo formativo dos estudantes, na implementação da

inserção da extensão nos currículos, com vistas à transformação social e à superação da pandemia.

Ao que indica Ristoff (2021, p. 3), os caminhos apontam para uma “nova universidade, muito mais conectada e familiarizada com as novas tecnologias digitais”. Em suma, essas mudanças impactam os processos de avaliação, já que os objetos da avaliação mudaram. É preciso, portanto, refletir acerca de uma avaliação para extensão universitária inserida em um mundo novo, sob pena de termos um processo avaliativo que seja obsoleto e, de certa forma, superado pelo contexto atual.

O FORPROEX, durante o 47.º Encontro Nacional, demonstra sua preocupação com a avaliação no contexto vivido, ao incluir nos desafios futuros para as instituições o acompanhamento e a avaliação da “qualidade das atividades de extensão desenvolvidas remotamente, buscando identificar os limites e possibilidades dessa estratégia diante das diretrizes da extensão universitária que tem na convivialidade um pressuposto fundamental”¹⁸.

Ristoff (2021) reafirma que a renovação de processos de avaliação deve incorporar o impacto das ações institucionais sobre as demandas sociais e estar a serviço de uma qualidade socialmente referenciada, que busca inclusão, justiça, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade. O que congrega com o apresentado¹⁹ por Leite (2021), quando cita que as avaliações no campo da educação superior precisam ser pensadas nas seguintes perspectivas: ser sistêmica; envolver redes de colaboração e de participação; estar contextualizada dentro das novas tecnologias; abranger a criação de novos valores e a produção de resultados e efeitos; se dirigir a uma sociedade mais sustentável; abranger locais para fora dos limites e fronteiras das instituições; e estar conectada às necessidades sociais globais para fins de resultados e efeitos para a sociedade.

Portanto, a avaliação da extensão universitária, ainda que em construção, deve acompanhar as mudanças e as transformações que ocorrem na sociedade e, conseqüentemente, nas instituições de ensino, a fim de permitir uma abordagem

¹⁸ Desafio apresentado na Carta do 47.º Encontro Nacional do Fórum de Pró-reitoras e Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, realizado no mês de março de 2021. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_Alfenas.pdf.

¹⁹ Palestra realizada no Painel *Perspectivas educacionais pós-Covid: currículo, avaliação e gestão*, como parte da programação do VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR – VIII SIPPEBS e o XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR- XIII SIES, que ocorreu na UFSM nos dias 10 e 11 de novembro de 2021.

ampla, situando o objeto avaliado em uma perspectiva de sistema e contexto, com uma visão mais profunda sobre a complexidade do fazer extensionista.

6 CONTEXTO ATUAL DA UFSM EM RELAÇÃO À REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

Na UFSM, a Política de Extensão, publicada através da Resolução n.º 006/2019/UFSM, dispõe sobre as diretrizes e os objetivos da extensão na instituição. A Política tem como instâncias responsáveis pelo efetivo encaminhamento e aplicação, a PRE, junto à Câmara de Extensão.

A Política de Extensão da UFSM está ancorada em legislações superiores, com destaque para as seguintes: a Constituição Federal, a Política Nacional de Extensão, o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira em nível nacional e, em nível institucional, o Estatuto da UFSM.

O artigo 10 da Política de Extensão da UFSM classifica as ações de extensão em cinco modalidades: Programas, Projetos, Cursos de Extensão, Eventos de Extensão e Prestação de serviços. As orientações técnicas para a regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão na UFSM estão estabelecidas na Instrução Normativa n.º 001/2019/PRE, publicada no mês de julho de 2019. A referida instrução está amparada nos dispositivos da Política de Extensão e apresenta detalhamento a respeito dos regramentos institucionais que envolvem as ações de extensão, desde a definição do sistema de registro das ações na UFSM²⁰, como as instâncias de acompanhamento, suporte e avaliação das ações.

Para que possamos compreender o registro, a execução e a finalização das ações de extensão na UFSM, é necessário também observar os documentos institucionais que regulamentam o Portal de Projetos da UFSM, que é o sistema utilizado para registro e acompanhamento das ações de extensão.

O Sistema de Registro da Produção Institucional – módulo Registro, Acompanhamento e Avaliação de Projetos – está regulamentado pela Resolução n.º 016/2010/UFSM. Este é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e prevê o registro de ações de extensão e também de projetos de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional.

²⁰ Na UFSM, as ações de extensão são registradas em sistema institucional denominado Portal de Projetos, a plataforma é utilizada para registro de ações de extensão, projetos de ensino, pesquisa e de desenvolvimento institucional, o Portal permite acesso público a todas as ações registradas na UFSM. O portal está disponível em: <https://portal.ufsm.br/projetos/index.html>.

Para compreender o registro das ações no Portal de Projetos, há um tutorial²¹ disponibilizado no sítio da PROPLAN que dispõe de orientações para utilização do sistema, desde o registro, até o encerramento de uma ação no sistema, sendo estas etapas inseridas pela coordenação da ação, conforme demonstra a figura 14.

Figura 14 – Etapas previstas para o registro das ações no portal de Projetos da UFSM



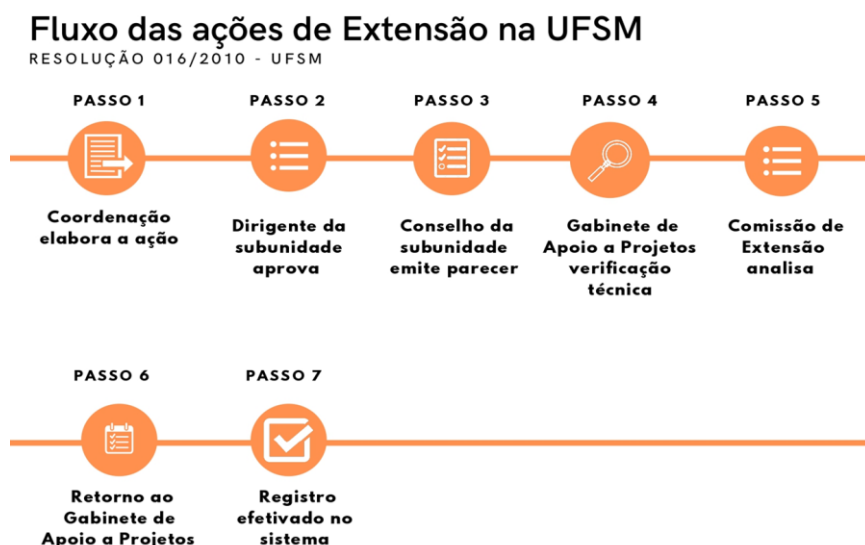
Fonte: Adaptado de (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018).

Na figura 14, cabe destaque para a etapa 5, que se constitui pela inclusão de participantes, que são os membros da equipe executora da ação. A plataforma não limita o número de participantes, que podem ser docentes, estudantes, técnico-administrativos da UFSM ou membros externos à UFSM. Outro ponto a salientar, na etapa 7, metas e fases, devem ser incluídas as metas, fases e indicadores com base nos objetivos principais da ação.

O registro finaliza na etapa da tramitação, a qual, de acordo com os documentos institucionais deve seguir um fluxo estabelecido (Figura 15).

²¹ O documento intitulado *Tutorial: Nova Plataforma de Projetos UFSM - versão 1.9.1* está disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2018/08/Tutorial_V1.9.1.pdf.

Figura 15 – Fluxo das ações de extensão na UFSM



Fonte: Adaptado de (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2010).

A Instrução Normativa n.º 001/2019/PRE define as Comissões de Extensão ou equivalente de cada unidade de ensino como responsáveis pela avaliação de propostas de ações, que engloba a análise para efetivação de registro, assim como a supervisão e o acompanhamento dos resultados alcançados.

Quanto à análise e à apreciação da proposta de ação, tanto a Resolução 016/2010/UFSM como a Instrução Normativa 001/2019/PRE não disponibilizam modelo de formulário de avaliação, mas a Instrução Normativa aponta ao longo do seu texto os critérios que a ação de extensão deve cumprir para registro. Em seu artigo 1º, cita que:

[a]s ações de extensão deverão cumprir o disposto no artigo 4º da Política de Extensão, o qual versa sobre as diretrizes da extensão, assim como, deverão estar em conformidade com o que prevê o artigo 10 que as classificam em cinco modalidades (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019c).

As diretrizes da extensão estão previstas no artigo 4.º da Política de Extensão da UFSM. O parágrafo único desse artigo salienta que a extensão na UFSM deve atender a todas as diretrizes citadas:

I – Interação dialógica entre universidade e sociedade, caracterizada pelo intercâmbio de experiências e saberes entre Universidade e demais setores da sociedade;

II – Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, caracterizada por trocas entre áreas de conhecimento, bem como pela interação de modelos e conceitos complementares;

III – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, caracterizada pela integração da atividade extensionista à formação técnico-científica e cidadã do estudante, o desenvolvimento e a capacitação tecnológica, à produção e à difusão de novos conhecimentos e metodologias;

IV – Impacto na formação do estudante, caracterizado pela contribuição à formação cultural, artística, técnico-científica, pessoal, social e política do estudante;

V – Impacto e transformação social, caracterizado pela contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, à educação inovadora e transformadora nas formas de intercâmbio de conhecimento e à ampliação de propostas e interlocuções educacionais e pedagógico-formativas, como também à formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional e nacional;

VI – Comprometimento contextualizado priorizando as demandas da sociedade, identificadas por meio de diferentes instrumentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b).

A partir da leitura da Instrução normativa n.º 001/2019/PRE e da Resolução n.º 016/2010/UFSM, entendemos que cabe análise, para registro das ações, dos seguintes aspectos: itens do roteiro disponibilizado no anexo da Instrução Normativa n.º 001/2019/PRE; atendimento de todas as diretrizes da extensão previstas na Política de Extensão da UFSM; e classificação das modalidades de ações de extensão relacionadas no artigo 10 da Política de Extensão da UFSM.

Sobre a avaliação das ações de extensão em execução, a Resolução n.º 016/2010/UFSM dispõe, em seu artigo 12, a avaliação anual das ações registradas no Portal, porém não especifica fluxo e critérios para análise e/ou aprovação das avaliações anuais.

O tutorial disponibilizado pela PROPLAN cita que a avaliação no portal de projetos (avaliação anual), “consiste na avaliação da execução das metas/fases/indicadores cadastrados no projeto” e é de responsabilidade “do coordenador do projeto e pode ser realizada em qualquer período do ano” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018, p. 63).

A Instrução Normativa n.º 001/2019/PRE indica que, ao final da ação, a coordenação deverá anexar um relatório final no Portal de Projetos, contendo os itens elencados no quadro 3.

Quadro 3 – Itens que devem compor o Relatório Final das ações de Extensão

| | |
|--|--|
| Itens que devem compor o Relatório Final das ações de Extensão | Dados dos participantes |
| | Considerações sobre objetivos atingidos, atividades realizadas, alterações ocorridas na execução, problemas enfrentados; |
| | Resultados obtidos, relevância social das atividades, o público previsto e o efetivamente contemplado e a interação com o ensino e pesquisa; |
| | Conclusões, constando a avaliação das atividades pela equipe da ação e pelo público contemplado; |
| | Identificação de produtos e formas de divulgação dos resultados; |
| | Previsão de futuras ações, se a ação for renovada; e |
| | Demonstrativos de despesas e receitas. |

Fonte: Elaborado pela autora (2021), adaptado da Instrução Normativa 001/2019 - PRE/UFSM.

A política de Extensão da UFSM, em relação ao monitoramento e à avaliação das ações, cita a avaliação anual das ações de extensão, além da previsão de prestação de contas para as que receberem recursos financeiros. Para as ações em processo de conclusão ou renovação, há a exigibilidade de constar uma avaliação da ação pelo público atendido, item constante no quadro 3.

Entendemos, a partir da leitura dos documentos institucionais, que a ação de extensão, durante sua execução, passa pela avaliação anual das metas/indicadores e, ao fim de sua execução, deve incluir no portal um relatório final – ambos os procedimentos são de responsabilidade da coordenação da ação. Nos documentos institucionais, não foram encontradas informações sobre apreciação ou homologação das etapas avaliativas citadas.

A respeito de modelos e formulários, para registro das ações há um roteiro de elaboração de ações de extensão em anexo a Instrução Normativa n.º 001/2019/PRE. Para avaliação anual, as informações são incluídas direto na plataforma do Portal de Projetos, a partir das metas estabelecidas no registro da ação. Para o relatório final, que deve ser anexado no Portal de Projetos, foi localizado modelo²² no sítio eletrônico da PROPLAN.

Retomando os aspectos gerais a respeito da avaliação da extensão na UFSM, a Política de Extensão discorre em seu capítulo IX sobre a avaliação e a valorização da extensão, trazendo como base para a avaliação as orientações do

²² O modelo citado está disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/portal-de-projetos/>.

FORPROEX. São elencadas cinco dimensões combinadas a indicadores, que seguem a proposição da publicação do FORPROEX (2001), *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*, conforme o quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Dimensões e Indicadores para avaliação da Extensão na UFSM

(continua)

| Dimensão | Indicadores |
|----------------------------------|---|
| Política de Gestão | Importância estratégica da extensão universitária; Estrutura organizacional de suporte à extensão universitária; Institucionalização de programas e projetos de extensão; Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira; Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão; Participação dos servidores da extensão em eventos da área; Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica; Garantia da qualidade na extensão; Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos; Taxa de conclusão de ações de extensão; Recursos do orçamento anual público voltado para extensão; Recursos para extensão captados via edital público externo; e Recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados. |
| Infraestrutura | Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão e das ações; Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão e das ações; Disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais; Disponibilidade de espaços esportivos adequados; Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo; Logística de transporte de apoio à extensão; Acesso e transparência das ações de extensão; e Sistemas informatizados de apoio à extensão. |
| Relação Universidade - Sociedade | Representação da sociedade na IFES; Parcerias interinstitucionais; Envolvimento de profissionais externos na extensão da IFES; Representação oficial da IFES à sociedade civil; Meios de comunicação com a sociedade; Alcance da Prestação de Contas à Sociedade; Público alcançado por programas e projetos; e Público alcançado por cursos e eventos. |
| Plano Acadêmico | Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos; Nível de inclusão da extensão nos currículos; Articulação extensão – ensino; Articulação extensão – pesquisa; Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa; |

Quadro 4 – Dimensões e Indicadores para avaliação da Extensão na UFSM

(conclusão)

| Dimensão | Indicadores |
|-------------------|---|
| Plano Acadêmico | Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão; Participação geral da extensão no apoio ao estudante; Participação de docentes na extensão; e Participação de técnico-administrativos na extensão. |
| Produto acadêmico | Ações de extensão desenvolvidas por modalidade; Produção de materiais para instrumentalização da extensão; Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão; Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão; Comunicações em eventos com base em resultados da extensão; Produções audiovisuais; Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros); Empreendimentos graduados em incubadoras e Cooperativas populares graduadas em incubadoras; Apostilas, Cartilhas, Jogos, Mapas, Maquetes, Guias, Folhetos, Folders, Sites; Softwares, entre outros. |

Fonte: Elaborado pela autora (2021), adaptado da Resolução 006/2019 – UFSM.

Cabe destacar que o artigo 25 da Política de Extensão apresenta os órgãos com a função de elaborar instrumentos de avaliação da extensão, são eles: a Pró-reitoria de Extensão, a Câmara de Extensão e as Comissões de Extensão ou equivalentes das unidades e *campi* da UFSM. A Política cita que os instrumentos de avaliação da extensão na UFSM devem estar alinhados com as dimensões e indicadores previstos na seção IX, como também aos desafios do PDI da UFSM. No que diz respeito ao fomento das ações de extensão, a Política de Extensão traz como parte do financiamento das ações o Fundo de Incentivo à Extensão, com edital de periodicidade anual.

Ao analisar o Edital FIEEX 2021 – Edital 003/2020/PRE, constatamos que a UFSM disponibiliza um sistema para receber as inscrições para concorrer ao Edital. O sistema utilizado é o Portal de Bolsas e Auxílios para Projetos, plataforma integrada ao Portal de Projetos da UFSM. Para submissão de propostas, é necessário anexar ficha de inscrição e carta de aceite²³ dos atores externos beneficiados pela ação.

De acordo com o Edital 003/2020/PRE, a seleção das propostas é realizada pelas Comissões de Extensão ou equivalente das unidades e *campi* da UFSM e os critérios de avaliação estão disponíveis através de anexo ao Edital. Além da avaliação das propostas, a Comissão também avalia o relatório final que é

²³ A carta de aceite é um documento previsto como obrigatório na Política de Extensão quando se trata de procedimentos de financiamento de ações de extensão.

preenchido pela coordenação da ação ao final da execução das atividades previstas para o período de concessão de fomento. O Edital cita que o relatório é preenchido via Portal da UFSM, e não há modelo disponível para visualização.

Ao olhar para o conjunto de normas e documentos institucionais que versam sobre as atividades de Extensão na UFSM, observamos que a instituição possui procedimentos organizados e sistematizados para o registro das atividades de extensão. Constatamos, ainda, a centralidade no papel da coordenação das ações de extensão para elaboração e preenchimento dos procedimentos de registro e avaliação previstos. Para o acompanhamento e encerramento das ações de extensão não há previsão, nos documentos institucionais, de instância de apreciação das informações incluídas pela coordenação das ações. Não há regulamentações que tratam especificamente de ciclos ou processos avaliativos da extensão universitária na UFSM.

Para finalizar os aspectos apresentados sobre a avaliação da extensão na UFSM, consideramos importante apresentar os atores e as instâncias identificadas que fazem parte do contexto das atividades de extensão da UFSM (Figura 16).

Figura 16 – Atores e instâncias identificadas no contexto das atividades de extensão da UFSM



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como instâncias, verificamos que a PRE é o órgão principal da gestão da extensão na UFSM. Esse órgão conta com o suporte da Câmara de Extensão para construção, contribuição, execução, acompanhamento e avaliação das políticas institucionais. Já as comissões de extensão ou equivalentes das unidades e *campi*

da UFSM são parte do contexto das atividades de extensão como responsáveis pela avaliação das ações, situação que engloba a análise para registro, assim como a supervisão e o acompanhamento dos resultados previstos pelas ações.

Em se tratando dos atores identificados, as ações extensionistas contam com uma equipe executora, que obrigatoriamente possui uma coordenação da ação além de contar com membros, como docentes, técnico-administrativos, estudantes e membros externos à UFSM. A coordenação da ação poderá ser exercida por servidores docentes ou técnico-administrativos e é responsável por encaminhar o registro e realizar o processo de avaliação (avaliação anual e relatório final) das ações no sistema. Além disso, outro ator identificado é o público atendido pelas ações de extensão da UFSM, que consiste na comunidade externa à UFSM, impactada diretamente pelas ações.

Todas as instâncias e atores citados apresentam atuação e responsabilidades em diferentes formatos nas atividades extensionistas. Entretanto, é imprescindível o olhar e o reconhecimento de cada um como parte integrante de um todo que precisa ser considerado na reflexão sobre processos de gestão e avaliação para ações extensionistas.

Por fim, cabe uma ponderação acerca dos documentos institucionais analisados e as práticas de avaliação das ações de extensão na UFSM. Embora a Política de Extensão da UFSM apresente uma seção específica para tratar da avaliação e da valorização da extensão, apresentando indicadores e dimensões da avaliação, a constatação é que avanços são necessários nas discussões e em regulamentação própria de avaliação, que integrem o fazer extensionista, considerando seus atores e as especificidades da gestão da extensão e por que não da instituição como um todo, com o olhar voltado para a integração da extensão universitária na Avaliação Institucional.

7 A ANÁLISE DOS DADOS E O DIÁLOGO SOBRE A EXTENSÃO E AVALIAÇÃO NA UFSM

Inicialmente, para refletir sobre os dados coletados na pesquisa, consideramos importante ressaltar alguns fatores sobre a construção dos questionários e a análise que vem a seguir. Durante nosso percurso de revisão de documentos legais e de referencial bibliográfico sobre a extensão universitária e a avaliação, chegamos à consideração de que não podemos discutir a avaliação sem um aprofundamento sobre o fazer extensionista e de como se compõe o entendimento sobre a extensão e sua avaliação para os sujeitos envolvidos nela.

A partir das reflexões teóricas emergem questões que nos levam a analisar a extensão como um elemento que está em constante construção e que, atualmente, nas instituições de ensino superior está na efervescência de sua consolidação, justamente pela publicação da Resolução CNE/CES 07/2018. Esta traz as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a implementação da inserção de carga horária em extensão nos currículos dos cursos de graduação, estipulando prazo para o cumprimento dessa implementação.

Além disso, esta análise busca entrecruzar os dados coletados com o referencial teórico sobre a temática da extensão universitária, avaliação na educação superior e avaliação da extensão universitária. Para isso, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, baseada em Bardin (2009).

Após uma leitura atenta e criteriosa das respostas obtidas nos questionários, os dados foram organizados em uma planilha eletrônica com os termos, as frases e as declarações classificados em cinco grandes categorias. Em seguida, a análise focalizou a observação do problema inicial e dos objetivos propostos para alcançar os resultados que culminaram no desenvolvimento do produto educacional desta pesquisa.

A figura 17 sintetiza as categorias e subcategorias de análise:

Figura 17 – Categorias e Subcategorias de análise



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Este capítulo está dividido em cinco seções que estruturam o discorrer da análise dos dados. A primeira seção apresenta a dimensão Política de gestão, da qual emergiram as subcategorias: importância de regulamentos institucionais da extensão universitária, concepção e valorização da extensão e de processos avaliativos.

A segunda seção aborda a dimensão Infraestrutura. A análise está ancorada em subcategorias vinculadas às condições para o fazer extensionista: estrutura física e operacional, acessibilidade das informações e sistemas informacionais.

A terceira seção demonstra os achados dentro da dimensão Relação Universidade-Sociedade. Nessa dimensão, foram reveladas as subcategorias: impacto social da extensão universitária e escuta do público envolvido na extensão universitária.

A quarta seção apresenta a dimensão Plano Acadêmico, as subcategorias emergentes são: inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, impacto na formação do estudante, articulação extensão, ensino e pesquisa, participação de docentes e estudantes nas ações de extensão.

A última seção é destinada à análise da dimensão Produção Acadêmica. Para essa dimensão, emergiram as subcategorias: formação em extensão universitária, divulgação de resultados das ações de extensão e registro institucional das ações de extensão.

7.1 DIMENSÃO POLÍTICA DE GESTÃO

Para o FORPROEX a dimensão política de gestão engloba as “finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão bem como, seus instrumentos de ação” (FORPROEX, 2001, p. 50), a fim de investigar se a “missão da universidade incorpora a função extensionista” (FORPROEX, 2001, p. 50).

Figura 18 – Subcategorias da dimensão Política de Gestão

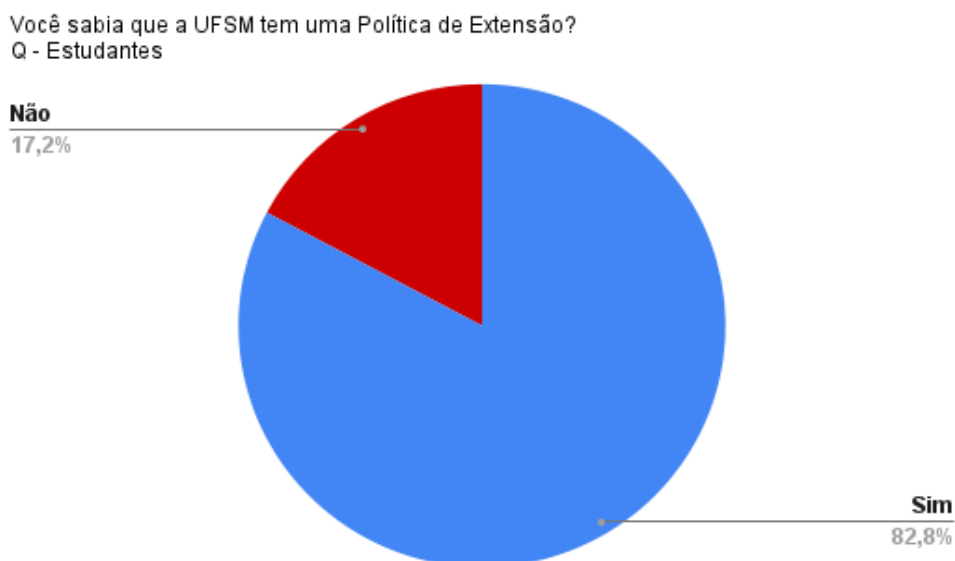


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em se tratando da **importância da regulamentação institucional** na UFSM a respeito da extensão universitária, como já apresentado anteriormente, temos como regulamento balizador a Política de Extensão da UFSM (UFSM, 2019b). Na investigação realizada, a totalidade dos coordenadores de curso e a maioria dos estudantes indicam que conhecem a Política de Extensão. Interpretamos, a partir desses resultados, que a ampliação das discussões internas sobre a inserção da extensão promove um conhecimento sobre as resoluções e a documentação institucional sobre a extensão universitária. Portanto, há a abertura para a reflexão sobre a temática da avaliação da extensão, tendo em vista a nova política em implementação da UFSM.

Autores como Moralles Melo (2019), Santos Meirelles e Serrano (2013) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) elencam a institucionalização da extensão nas universidades como fator fundamental para estabelecer discussões no âmbito das instituições sobre a avaliação da extensão universitária.

Figura 19 – Conhecimento sobre a Política de Extensão da UFSM



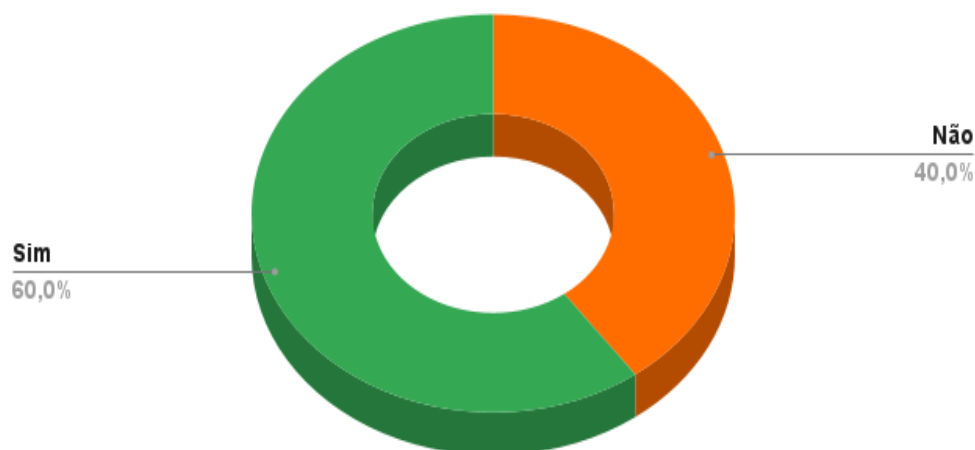
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Então, ao constatar que tanto coordenadores de curso como estudantes afirmam, em sua maioria, ter conhecimento sobre a Política de extensão, partimos para especificidade da investigação sobre princípios para a avaliação da extensão universitária, instrumentos de avaliação das ações de extensão e orientações suficientes sobre o processo. Os coordenadores de curso, majoritariamente, consideram que a UFSM estabelece princípios e fornece orientações suficientes sobre a avaliação das ações.

Inferimos que, no contexto atual, os coordenadores de curso, além de conhecerem a Política de Extensão, estão envolvidos no processo de inserção da extensão nos currículos dos seus cursos, posição que permite maior familiaridade sobre o registro e a execução das ações de extensão, embora não tenham regulamentação específica sobre a avaliação da extensão na UFSM. A figura 20 sintetiza o conhecimento sobre princípios de avaliação das ações de extensão por parte dos participantes desta pesquisa:

Figura 20 – Conhecimento sobre princípios de avaliação das ações de extensão

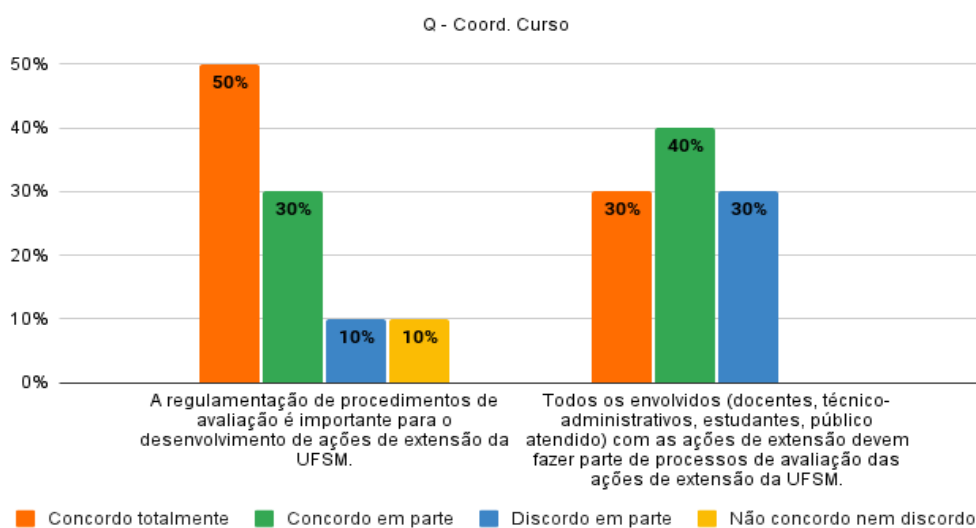
Você considera que a UFSM estabelece princípios para a avaliação da extensão universitária, com instrumentos de avaliação das ações de extensão e orientações suficientes sobre o processo?
Q - Coord. Curso



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Quando questionados sobre a importância da regulamentação de procedimentos de avaliação para o desenvolvimento das ações de extensão e da participação de todos os agentes envolvidos nas ações na avaliação (Figura 21), temos a maioria concordando com a afirmação, porém há um percentual que não considera importante, esse resultado nos leva a olhar para o que autores como Abreu (2020) e Morales Mello (2019) trazem a respeito da avaliação da extensão e de como os caminhos que se constroem são constituídos de disputas. Embora se tenha evidências da importância de avaliar processos e o respaldo legal para aplicação de procedimentos de avaliação das instituições, há entre a comunidade universitária divergências sobre a questão.

Figura 21 – Regulamentação da avaliação de extensão e a participação dos envolvidos com as ações de extensão



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Abreu (2020) apresenta em seus estudos que a participação dos diferentes atores envolvidos nas ações amplia o espectro de possibilidades para uma avaliação participativa da extensão, pois a centralidade, atualmente, recai no coordenador da ação. Esse elemento é destacado na fala do estudante 3:

*Seria interessante que no projeto haja **uma avaliação dos participantes em relação às atividades propostas**[...] (Estudante 03)²⁴.*

A importância da participação dos diferentes atores envolvidos nas ações de extensão em processos de avaliação está evidenciada em estudos realizados por Abreu (2020) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020), fator que também está presente na Política Nacional de extensão:

[...] no que se refere à avaliação, cabe ressaltar que a Extensão Universitária deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo, a ser mensurado por critérios objetivos (relatório, trabalho escrito, publicação ou comunicação) e subjetivos (compromisso, dedicação). Esse processo deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto extensionista, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante - e da equipe de trabalho na qual este se inclui - sobre os problemas sociais (FORPROEX, 2012, p. 59).

²⁴ Apesar de alguns trechos das falas dos participantes não totalizarem o número de linhas adequado para estarem dispostos conforme a formatação de uma citação direta, resolvemos adotar essa formatação para dar maior destaque ao conteúdo.

As Diretrizes Brasileiras para Extensão Universitária (Resolução CNE 07/2018) trazem a previsão, assim como no SINAES, da importância da instituição ser avaliada pela sociedade. A Resolução CNE 07/2018, no Artigo 11, cita que a extensão universitária deve estar em processo de autoavaliação contínua, prevendo “a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante” (BRASIL, 2018).

Já na investigação, junto aos estudantes, sobre a avaliação da ação de extensão que ele participa, também obtivemos como resultado que a maioria tem conhecimento sobre a avaliação que é realizada²⁵. Esses resultados demonstram como a participação dos estudantes em bolsas de extensão permite a esse grupo um conhecimento sobre as regulamentações institucionais a partir do envolvimento com atividades de extensão.

Figura 22 – Conhecimento sobre prática de avaliação da ação de extensão



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A incorporação de uma **concepção para a extensão** emerge junto aos grupos de participantes quando apontam as principais características que deve ter a extensão na UFSM. Buscamos compreender, a partir das perspectivas dos grupos em relação à extensão, seu senso de pertencimento e compreensão dos conceitos

²⁵ Ressaltamos que o Edital Fiex prevê o preenchimento de relatório final, além disso, o Edital cita como obrigatoriedade para o estudante bolsista, a participação no Fórum Regional Permanente de Extensão (item 5.2.2), o Fórum apresenta discussões importantes sobre a Extensão Universitária e a escuta da comunidade externa, itens fundamentais para a avaliação das ações de extensão. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2020/12/Copia-de-Edital-Fiex-apos-retificacao-18_05.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

do fazer extensionista. Entendemos, após as leituras do referencial teórico, que para avaliarmos um processo devemos conhecê-lo e, quanto mais apropriação sobre o que é o fazer extensionista, mais chance de efetividade em processos de avaliação. Destacamos a citação de um dos estudantes participantes acerca disso:

*Acho ainda que **não se fala muito de extensão**, eu tive que pesquisar para saber mais [...] (Estudante 05).*

Autores como Abreu (2020) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) revelam a importância de atores internos da instituição refletirem sobre os processos e as metodologias de avaliação da extensão universitária. Para isso, é necessário compreender o fazer extensionista. Nesse ponto, conhecer a concepção das ações e participar dessas são elementos que se constituem um pilar para a construção de métodos e para a efetiva participação em processos de avaliação das ações de extensão.

Ainda, observamos nas falas a compreensão que o fazer extensionista integra diversas frentes, relevando a complexidade da extensão universitária. A percepção é de uma atividade geradora de impactos e transformações, como destacado a seguir:

*Ações [...] que **impactam direta ou indiretamente na comunidade, interna ou externa** a academia (Estudante 20).*

*Um **canal facilitador de contato e proximidade da universidade com a sociedade**, que permite com que os acadêmicos não estejam a par das necessidades reais da comunidade, mas que possam ser **colaboradores desde a graduação de um processo de mudança**, [...] tira os acadêmicos de uma bolha, e os leva enquanto **partes da universidade a lugares e pessoas que nunca estiveram no meio universitário**, mas que podem ser acolhidos pelas ações extensionistas levando a universidade até eles (Estudante 22).*

As relações entre a incorporação de uma concepção de extensão para os participantes das ações e a avaliação das ações vão culminar na percepção da valorização da extensão para a comunidade universitária e para a sociedade. Verificamos a relação entre a **valorização da extensão e da avaliação** na publicação da Política de Extensão da UFSM (UFSM, 2019b), quando esses dois fatores estão em uma única seção desta regulamentação institucional.

As falas dos estudantes 25 e 12 apresentam elementos que contribuem para a reflexão sobre a valorização da extensão e a importância de processos de avaliação da extensão na instituição, a saber:

*São excelentes ferramentas para **ampliar as ações da instituição**, contribuem para que o corpo docente possa **avaliar seus planejamentos**. Oferece para a instituição um parâmetro do que os estudantes estão oferecendo para a comunidade, **permite a comunidade ver a importância de uma instituição e da educação de maneira geral** (Estudante 25).*

*Acredito que é de extrema importância a avaliação de extensão na UFSM principalmente pelo **reconhecimento das ações** (Estudante 12).*

Ao refletir sobre a extensão universitária, participantes do grupo de coordenadores de curso elencam questões que devem estar presentes no planejamento institucional para ampliar a valorização da extensão e que perpassam o planejamento de processos avaliativos:

*Acredito que a Extensão é pouco valorizada. Agora, com a obrigatoriedade de 10% da carga horária de cada curso com atividades de extensão, **a mesma terá mais visibilidade não somente dentro, mas principalmente fora da instituição**. A principal característica que deve ter a extensão é a mesma ser vista pela sociedade. Ou seja, **a universidade precisa trabalhar mais fortemente com atividades extensionistas que tenham impacto mais rápido junto à sociedade** (Coordenador de curso 4).*

*[...] não creio que a Avaliação das ações seja o ponto mais problemático. Em meu entendimento, **NÃO HÁ meios adequados para que docentes realizem Ensino, Pesquisa e Extensão de forma minimamente equilibrada**, o que sempre exige o sacrifício de um destes eixos. [...] Sendo o Ensino coberto pela obrigatoriedade de 8h em sala de aula, e sendo a Pesquisa o principal fator considerado como medida de produtividade, a Extensão é frequentemente deixada para depois. Não basta, portanto, que a tornem obrigatória e regulamentada sem antes **investigar as razões de ter sido colocada em segundo plano desde o início** (Coordenador de curso 6).*

Contemplando o Edital Fiex e sua importância para o reconhecimento das ações de extensão pelos estudantes, uma das falas dos estudantes remete que a avaliação das atividades extensionistas, realizada pela equipe da ação, é fundamental para aperfeiçoar as ações:

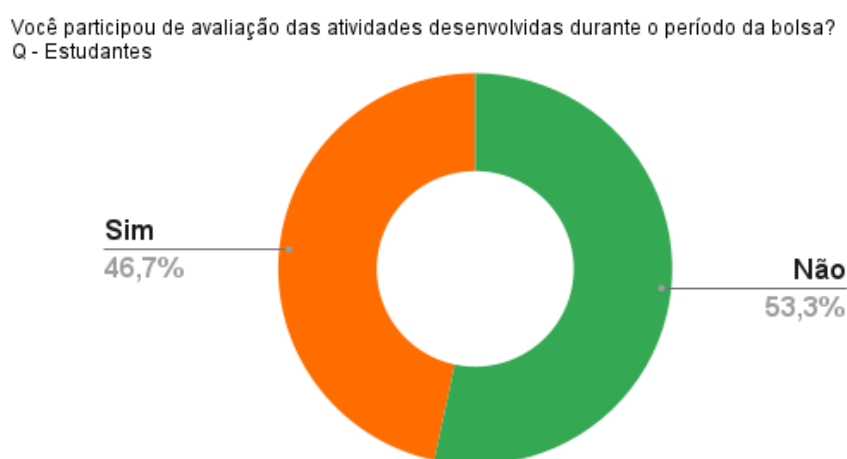
[...] a avaliação das atividades era uma constante, pois como estava no início tudo se dava de maneira a estruturar, aplicar e discutir os efeitos e rever questões para aperfeiçoamento (Estudante 09).

Porém, no que se refere à avaliação das atividades desenvolvidas na bolsa, o resultado demonstra que menos da metade dos estudantes passou por momento de avaliação das atividades, como mostra o gráfico abaixo. Na UFSM, não localizamos nenhum regulamento institucional com o estabelecimento de critérios que orientem

os coordenadores de ações de extensão, financiadas por edital, em procedimentos de avaliação das atividades desenvolvidas pelos estudantes e/ou bolsistas participantes²⁶, preocupação demonstrada por uma das falas dos estudantes participantes:

*Infelizmente **não sei muito a respeito da avaliação** feita de forma geral. Na atividade de extensão que desenvolvi durante a bolsa, foi realizada uma avaliação pelas pessoas que participaram/público alvo (Estudante 19).*

Figura 23 – Avaliação das atividades desenvolvidas no período da bolsa



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Percebemos por parte de um participante estudante algumas inquietações relevantes sobre procedimentos de avaliação. Esse dado demonstra que o envolvimento de estudantes com a extensão pode proporcionar uma visão crítica e construtiva a respeito da concepção da extensão, da sua valorização e de sua avaliação, quando ocorre a participação dos estudantes de forma efetiva em atividades extensionistas.

*É justo que todos os projetos de extensão recebam os mesmos indicadores de avaliação? **Como mensura-se os impactos das ações de extensão [...]**? Vejo que há muito a ser construído e debatido, porém os esforços me parecem que recebem poucos investimentos (Estudante 24).*

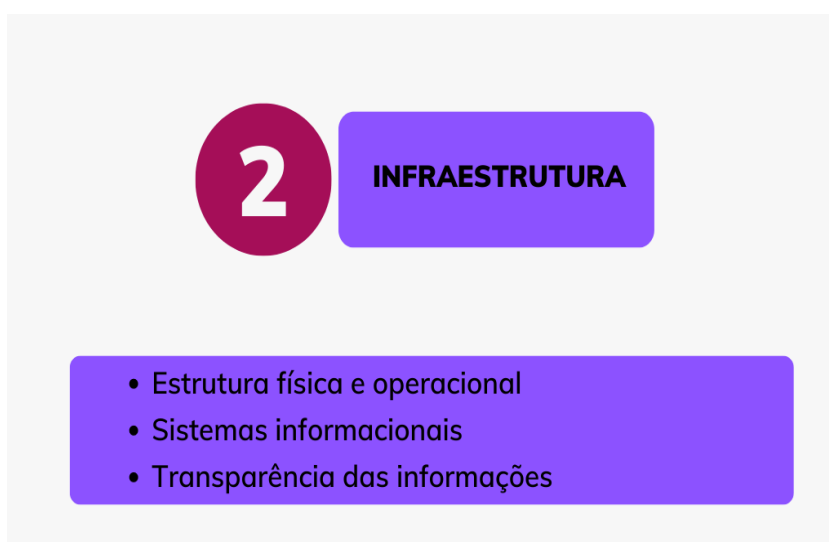
²⁶ No Edital FIEEX, temos apenas uma entrega de relatório final, previsto no Edital publicado em 2021, no item 8.3. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2020/12/Copia-de-Edital-Fiex-apos-retificacao-18_05.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

Um aspecto pertinente para contribuir para a análise e discussão a respeito da avaliação da extensão universitária e sua relação com a valorização do fazer extensionista é a consideração de que as instituições necessitam reforçar a clareza conceitual da extensão universitária e também da avaliação. Isso pode ser efetivado a partir de regulamentação de processos de avaliação, com organização e descrição de conceitos e diretrizes dos procedimentos avaliativos. Lembramos aqui que, embora tenhamos na Política de Extensão da UFSM uma seção que trata da avaliação, não há orientação institucional regulamentada sobre procedimentos de avaliação das práticas extensionistas.

7.2 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA

A dimensão Infraestrutura está organizada a partir da investigação de dados das condições básicas de execução do fazer extensionista, com o olhar para a estrutura física, operacional, as quais tem vinculação com variantes, como a disponibilidade orçamentária da instituição, sistemas informacionais e estrutura de pessoal (Figura 24).

Figura 24 – Subcategorias da dimensão Infraestrutura



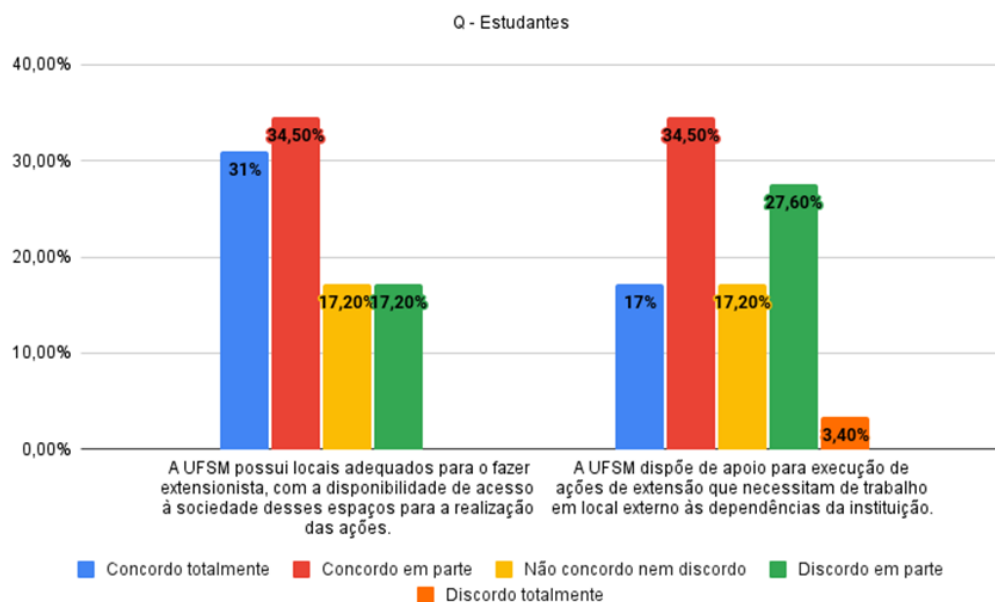
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Inicialmente, adentrar nos aspectos globais relacionados às condições de execução do fazer extensionista nos condiciona a apontar que este é um dos desafios para as instituições públicas: a distribuição de recursos orçamentários para a extensão. A preocupação em relação ao orçamento público para a extensão

universitária é pauta de discussão do FORPROEX e está presente em diversos documentos, como a Carta do 43.º Encontro Nacional do FORPROEX (2018)²⁷.

A **estrutura física e operacional** da UFSM para a extensão, na compreensão da maioria dos estudantes, é adequada à execução das ações de extensão e também para receber a comunidade externa, assim como o apoio institucional para a execução das atividades fora da instituição. Porém, cabe destaque ao percentual de estudantes que discordam em parte com a questão sobre o apoio institucional para trabalhos de extensão em local externo (Figura 25).

Figura 25 – Estrutura física para ações de extensão na UFSM e apoio institucional para execução de ações em locais externos – Estudantes



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Há um histórico processo de cortes orçamentários para as universidades públicas federais²⁸, o que pode ter relação com os resultados apresentados. A

²⁷ A discussão sobre recursos orçamentários para a extensão está presente na página 2 da carta, onde o FORPROEX define a criação de uma comissão temporária para defender a incrementação do orçamento destinado à extensão universitária. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_manifesto_de_Natal_2018.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

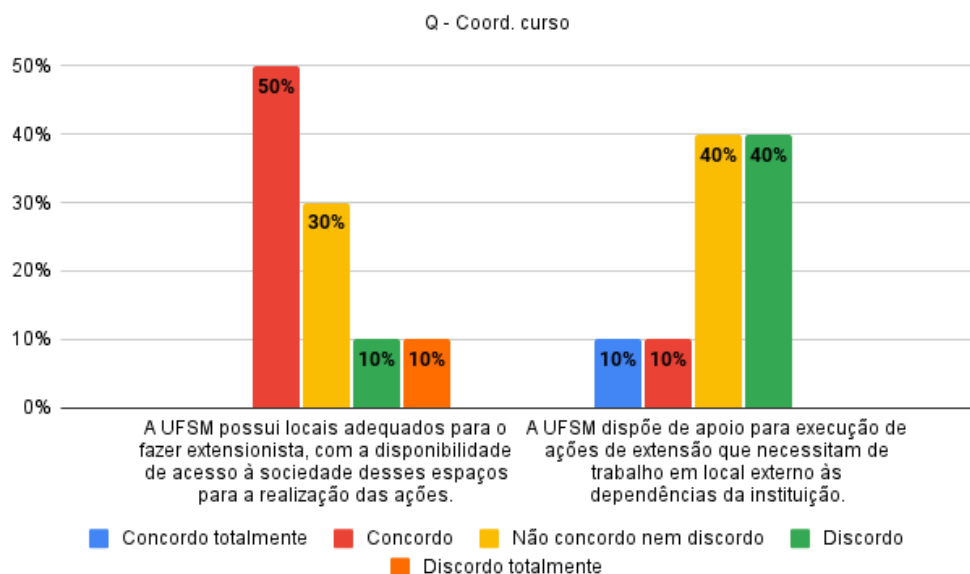
²⁸ A UFSM teve no ano de 2022, uma diminuição de 7,2% do orçamento, que caiu de R\$ 128,9 milhões, definidos pela Lei Orçamentária Anual, para R\$ 119 milhões, além de ocorrerem, durante o ano, bloqueios de repasses de recursos, os quais prejudicam o andamento de projetos, pagamento de bolsas e manutenção da estrutura da instituição. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2022/06/21/reuniao-publica-corte-de-verbas/>. Acesso em: 29 out. 2022.

UFSM vem recebendo, ano a ano, redução de orçamento via governo federal, o que afeta o andamento das ações extensionistas.

Para os coordenadores de curso, destaca-se o percentual dos participantes que considera que a UFSM não oferece apoio estrutural à execução das atividades de extensão fora da instituição. Esse resultado nos remete a observar a estrutura operacional e financeira das ações e o quanto o monitoramento das ações pode ser ponto fundamental para expressar o conjunto de ações que são realizadas na instituição. A mensuração do impacto das ações tanto a nível institucional quanto para a comunidade externa torna os processos avaliativos uma das ferramentas de gestão para planejar a distribuição de recursos orçamentários.

A Figura 26 ilustra a estrutura física para ações de extensão na UFSM e o apoio institucional para execução de ações em locais externos:

Figura 26 – Estrutura física para ações de extensão na UFSM e apoio institucional para execução de ações em locais externos – Coord. Curso



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Quanto aos **sistemas de informação** institucionais, atualmente a UFSM conta com o Portal de Projetos para registro, execução e acompanhamento das ações de extensão. A maioria dos coordenadores de curso apontou que o Portal atende as especificidades do registro das ações de extensão. Os estudantes, em sua maioria, afirmam conhecer o Portal de Projetos. Todavia, há certa apreensão

por parte dos estudantes sobre a utilidade o Portal, conforme apontado nas seguintes falas:

[...] em um primeiro contato pode ser confuso [...] (Estudante 1).

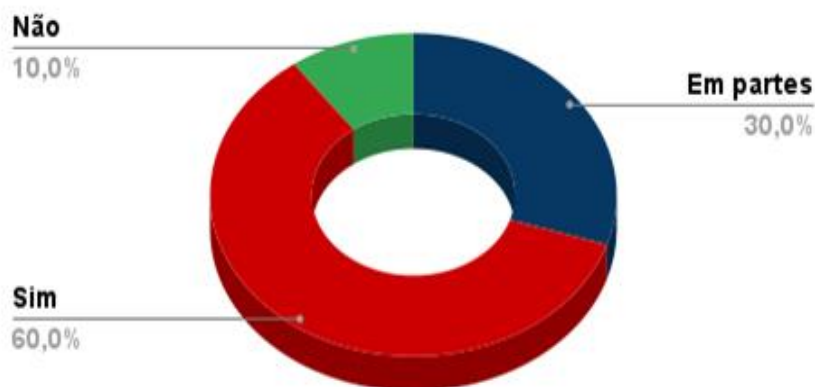
Sim, para quem tem letramento digital (Estudante 24).

Às vezes muito técnico, outras vezes muito superficial (Estudante 27).

A figura 27 ilustra os resultados voltados à opinião dos participantes acerca do portal de projetos e do registro de ações de extensão:

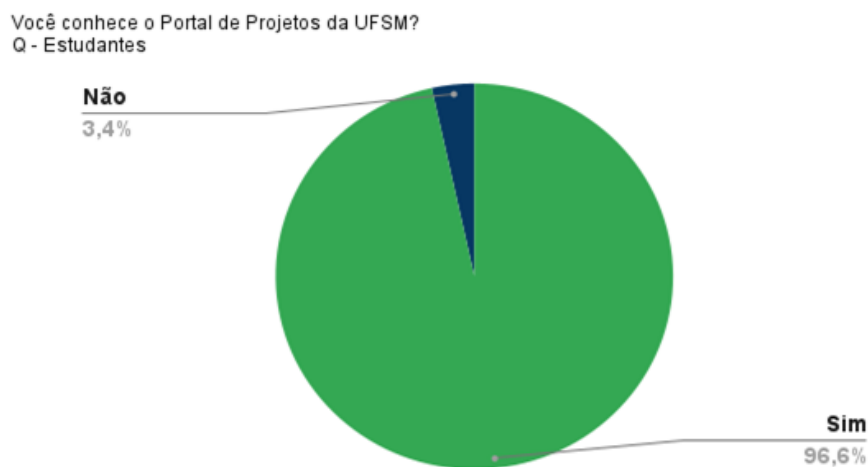
Figura 27 – Portal de projetos e o registro de ações de extensão

Você considera que o Portal de Projetos da UFSM, atende às especificidades dos registros de ações de extensão universitária?
Q - Coord. Curso



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 28 – Conhecimento sobre o Portal de Projetos



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Com esses resultados podemos considerar que a UFSM possui sistema de informação que é reconhecido por seus usuários. Isso é relevante, considerando que procedimentos de avaliação utilizam dos sistemas de informação para se efetivar. Contudo, a instituição deve estar em constante aprimoramento de suas ferramentas tecnológicas com a finalidade de facilitar o registro e o acompanhamento das ações, dando a devida atenção à complexidade dos processos, como cita um dos estudantes participantes:

*Acredito que a **avaliação de ações extensionistas são complexas**, no entanto a UFSM possui recursos que facilitam esse processo (Estudante 13).*

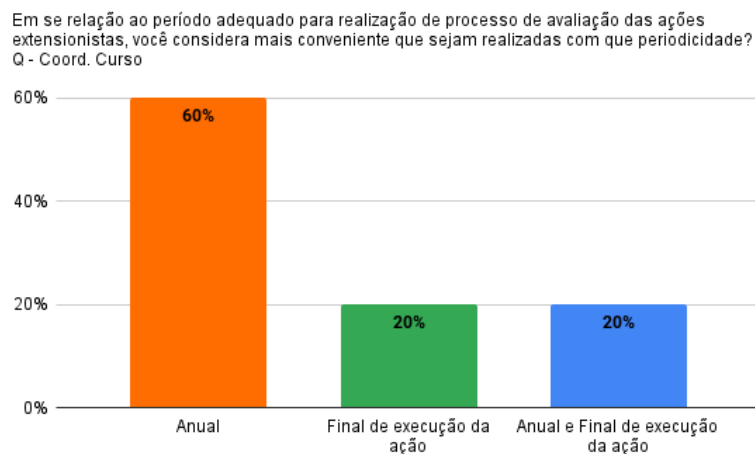
Além de sistemas operacionais para o planejamento de procedimento de avaliação das ações, é necessário refletir sobre a periodicidade da avaliação das ações. A maioria dos coordenadores de curso considera adequada uma avaliação anual das ações. Nesse aspecto, cabe uma ponderação apresentada por um estudante, relacionada ao monitoramento das ações,

*[...] **acompanhamento mensal ou semestral** para controle de todos [...]
(Estudante 06).*

Processos mais simplificados e com periodicidade anual têm maior chance de adesão dos envolvidos na extensão. O *Manual Iberoamericano de Indicadores de*

Vinculación de la Universidad con el Entorno Socioeconómico cita que a adoção de sistemas flexíveis de avaliação das atividades de extensão pode atenuar a carga burocrática que recai sobre as equipes das ações de extensão, o que agilizará a obtenção de informações e dados por parte da gestão universitária.

Figura 29 – Periodicidade de realização de processos de avaliação

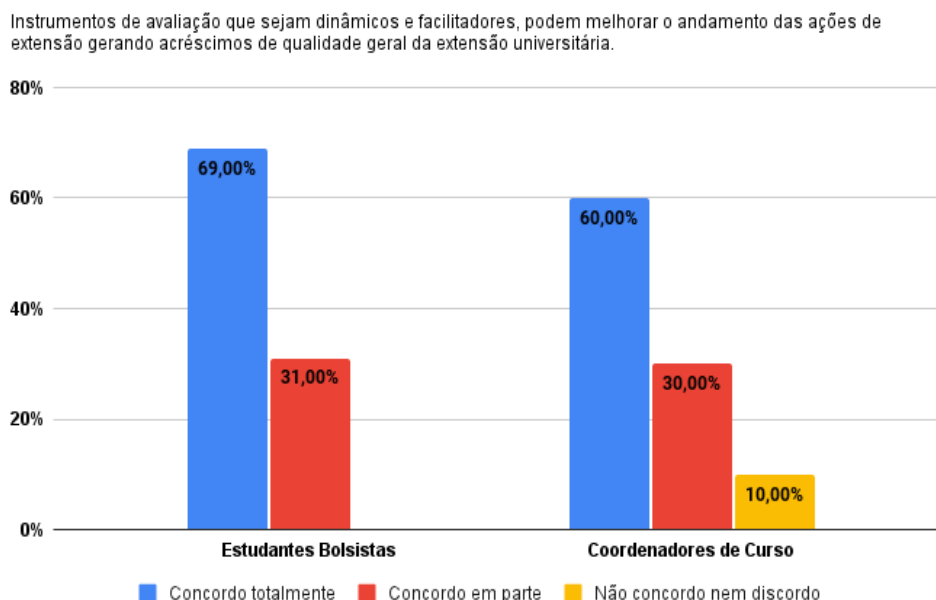


Fonte: elaborado pela autora (2022).

Os pesquisadores Morales Mello (2019), Santos Meirelles e Serrano (2013), assim como o *Manual Iberoamericano de Indicadores de Vinculación de la Universidad con el Entorno Socioeconómico* (OCTS-OEI; RICYT, 2017) apontam para a preocupação de a avaliação ser constituída de instrumentos dinâmicos e facilitadores para os envolvidos. A maioria dos respondentes concorda que os instrumentos de avaliação, dinâmicos e facilitadores podem melhorar o andamento das ações de extensão, gerando acréscimos de qualidade geral da extensão universitária (Figura 30). Um dos coordenadores de curso aponta alguns elementos que podem ser peças fundamentais para o planejamento institucional de processos avaliativos para a extensão. Nas palavras desse participante:

*[o] problema da extensão é que dá bastante trabalho e pouco retorno.[...] Acredito que tenha que ter alguma ferramenta capaz de **medir o quão a instituição está sendo inserida na sociedade e os impactos que tal ação causou no ambiente em que foi inserida**. O que temos na verdade, através do fórum regional de extensão, é um norte das demandas que a sociedade necessita, mas não necessariamente essas demandas sejam àquelas que a instituição mais atua. [...] Assim, direcionando melhor os projetos, avaliando as ações acredito que termos uma extensão **mais focada e melhor vista pela sociedade**. Acho que os métodos avaliativos não são muito bons (Coordenador de Curso 4).*

Figura 30 – Percepção sobre Instrumentos de avaliação



Fonte: elaborado pela autora (2022).

O Portal de Projetos da UFSM, além de ser o sistema institucional para registro das ações de extensão, tem também o papel de tornar acessíveis os dados relacionados às ações. Na UFSM, ainda é possível acessar os dados institucionais através do portal UFSM em números²⁹.

A **acessibilidade de informações e de dados sobre a extensão universitária** é considerada, pela maioria dos participantes coordenadores de curso, de fácil acesso. Em contraposição, a metade do grupo de estudantes não considera as informações de fácil acesso.

Percebemos, assim, que o acesso aos portais e às informações institucionais, para os coordenadores de curso, de forma geral, são de maior familiaridade e fazem parte da rotina de trabalho, diferentemente dos estudantes que, a partir do resultado das respostas, carecem de familiaridade com as informações que a instituição dispõe sobre as atividades extensionistas, além de apontarem a consideração da

²⁹ O Portal UFSM em números disponibiliza para a comunidade informações sobre os principais números da instituição relativos a estudantes, servidores, cursos, diplomados, acervo bibliográfico, bolsas, projetos e ações, entre outros. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

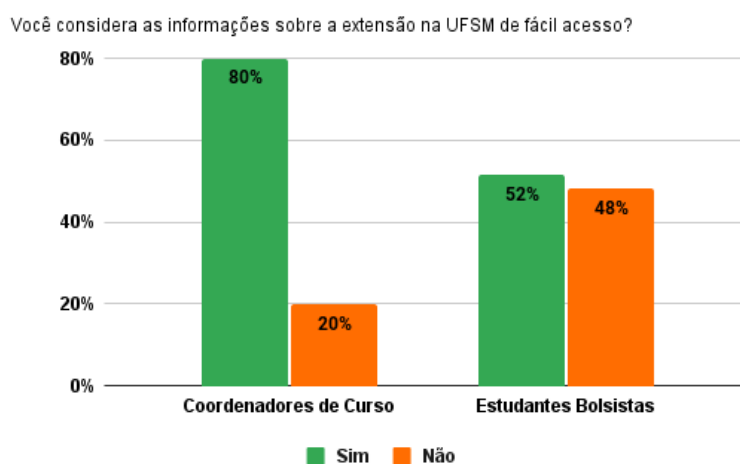
disponibilidade de acesso aos dados da extensão da UFSM pela comunidade externa. Constatamos tal afirmação com as seguintes citações:

Fácil entendimento para pessoas que já estão no meio acadêmico e tem experiência com o sistema da UFSM. Mas para pessoas de fora, acredito ser um pouco complexo (Estudante 19).

*Do ponto de vista de um acadêmico, com toda a certeza, já **do ponto de vista do "senso comum" acredito ser mais complexo** (Estudante 25).*

A seguir, a figura 31 sintetiza os achados referentes à acessibilidade das informações sobre as ações extensionistas.

Figura 31 – Acessibilidade das informações sobre as ações de extensão

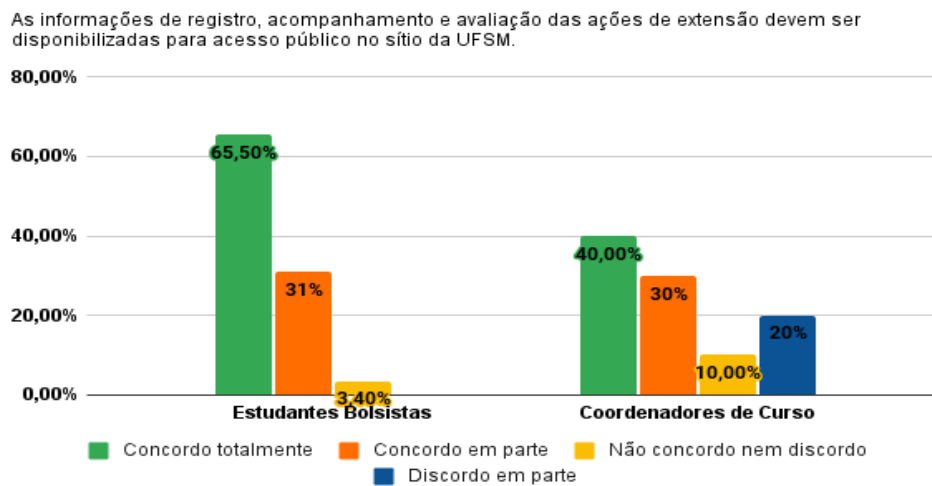


Fonte: elaborado pela autora (2022).

O tema da disponibilidade das informações sobre a extensão para a sociedade, por sua vez, é considerado importante para a maioria dos estudantes participantes. Chama a atenção entre os coordenadores de curso o percentual que não considera importante a disponibilização dos dados das ações de extensão via sistemas informacionais. Ressaltamos que a acessibilidade de informações institucionais para a sociedade está ancorada em legislação específica³⁰ e deve ser atendida pela instituição.

³⁰ A Lei n.º 12.527 de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A Lei determina que os órgãos e entidades públicas deverão divulgar um rol mínimo de informações proativamente por meio da internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 29 out. 2022.

Figura 32 – Publicidade de informações sobre as ações de extensão



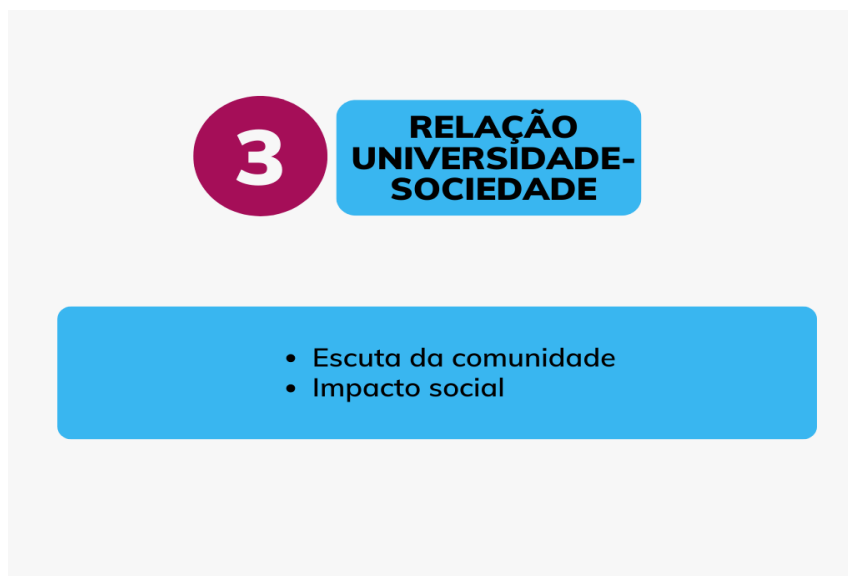
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Para além da importância de atendimento das legislações vigentes, a acessibilidade de informações e dados contribui com a valorização da extensão universitária e com seu reconhecimento perante a comunidade interna (estudantes e servidores), bem como pela comunidade externa. Portanto, a instituição deve manter sistemas de registro e disponibilização de informações sobre a extensão que sejam de fácil acesso e viabilizem a consulta pública.

7.3 DIMENSÃO RELAÇÃO UNIVERSIDADE – SOCIEDADE

A dimensão relação universidade-sociedade (Figura 33) revela como o fazer extensionista da instituição é percebido pela sociedade e se há a construção das relações transformadoras entre a universidade e a sociedade (FORPROEX, 2001).

Figura 33 – Subcategorias da dimensão relação universidade-sociedade



Fonte: elaborado pela autora (2022).

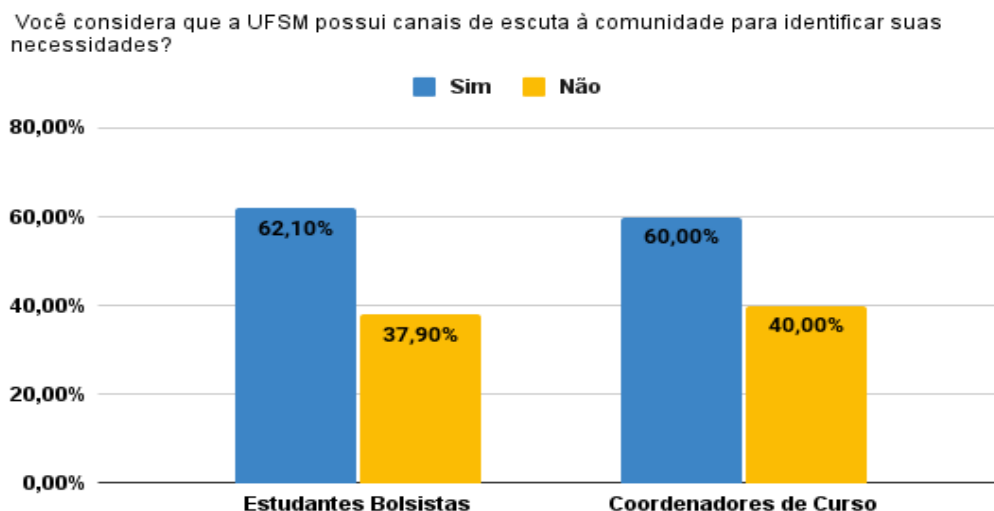
Na UFSM, a Política de Extensão dispõe em seu artigo 17 que:

O Fórum Regional Permanente de Extensão, de caráter consultivo, tem a finalidade de prospectar as demandas da sociedade de forma contínua, mediante diálogo e troca de experiências em um processo de comunicação qualificada, visando à definição de prioridades para a elaboração de critérios de seleção de ações a serem contempladas com recursos do Fundo de Incentivo à Extensão (FIEEX) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019).

Então, em relação à **escuta da comunidade**, o Fórum tem papel de contribuir com o planejamento de alocação de recursos orçamentários e de ferramenta de diálogo da instituição com a comunidade. Tanto estudantes como coordenadores de curso, em sua maioria, apontam que a UFSM possui canais de escuta à comunidade. Em suma, isso demonstra o conhecimento dos grupos participantes das ferramentas que a Política de Extensão da UFSM dispõe.

É importante recorrer a autores que destacam o papel da escuta à comunidade, como Morales Mello (2019). Para o autor, a universidade deve gerar políticas de extensão que sejam inclusivas, dialógicas e adaptativas às diversas mudanças de cenários que a sociedade vive. Contudo, além da escuta às demandas da sociedade, Abreu (2020) nos remete a pensar em sistematização de métodos avaliativos e de acompanhamento que contemplem a escuta da comunidade interna e externa na integração e retroalimentação das ações extensionistas.

Figura 34 – Canais de escuta à comunidade



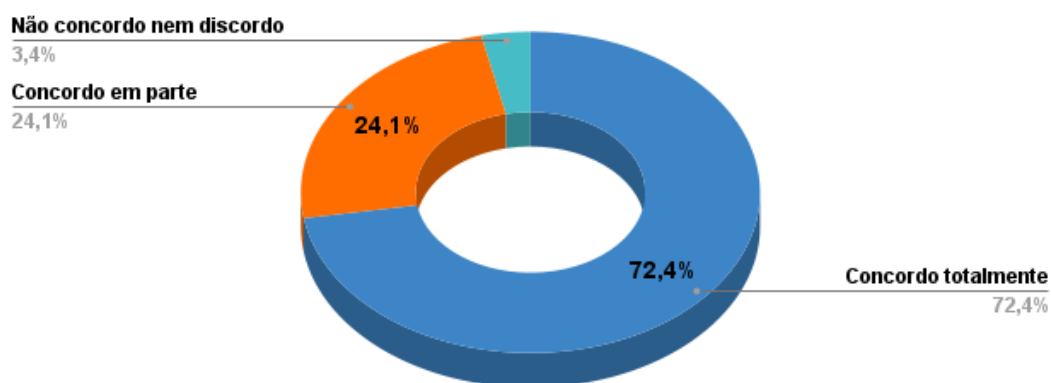
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Além disso, cabe uma ênfase a consideração de que as universidades devem buscar o atendimento de dispositivos legais, como o SINAES, que prevê para a avaliação das instituições a participação “do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações”, conforme o Artigo 2.º da Lei n.º 10.861 (BRASIL, 2004).

As pesquisas de Morales Mello (2019), Abreu (2020) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) destacam a importância de o público externo participar de processo de avaliação das ações de extensão. A respeito da abrangência da avaliação das ações com disponibilização de avaliação para o público externo envolvido, a maioria dos estudantes participantes concorda que a UFSM deve disponibilizar a avaliação das ações para o público externo (Figura 35).

Figura 35 – Percepção sobre avaliação das ações pelo público atendido

A UFSM deve disponibilizar avaliação das ações para o público atendido por essas.
Q - Estudantes



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Notamos, na citação de um dos estudantes, que há momentos de práticas participativas para avaliar e promover a escuta dos participantes e do público externo envolvido durante a execução da ação que este participa:

Sempre discutimos enquanto integrantes do programa de extensão como poderíamos estar melhorando as ações desenvolvidas, para isso sempre buscávamos escutar aos usuários acolhidos pelo Programa [...] (Estudante 22).

O estudante 3, por seu turno, aponta a possibilidade de a avaliação da extensão prever uma avaliação da ação pelos participantes:

*Seria interessante que no projeto haja **uma avaliação dos participantes em relação às atividades propostas**[...] (Estudante 03).*

De acordo com Lisboa Filho (2022), a extensão é construída pelo diálogo. Não existe extensão de via unilateral, por isso a extensão possibilita reconhecer as potencialidades de contribuir com o que é uma demanda da sociedade, articulando com grupos sociais e diferentes segmentos da sociedade, explorando possibilidades de crescimento e de construção pelo compartilhamento dos diferentes saberes existentes.

Algumas citações dos participantes indicam a extensão universitária como ferramenta de aproximação e comunicação da universidade com a comunidade, tais como:

Comunicação entre a **instituição** de ensino e a **sociedade** (Estudante 04).

É uma forma da universidade se **aproximar da sociedade**, [...] **entendendo a realidade do público externo** (Estudante 07).

A extensão universitária trata da **relação entre a universidade e a comunidade** [...] (Estudante 26).

Ressaltamos que a instituição possui instrumento de escuta a partir da efetivação do Fórum Regional Permanente de Extensão. No entanto, não apresenta instrumentos específicos de avaliação das ações pelos participantes, situação que facilitaria a organização de dados dos resultados sobre o impacto das ações na comunidade.

Para Deus (2016), as instituições através de uma atuação transformadora pela extensão produzem **impacto social**, propiciando desenvolvimento local e regional, além de aprimorarem políticas públicas. Todavia, a efetividade de uma intervenção social depende de uma gestão eficiente e de sua avaliação.

Como já citado anteriormente, a clareza de concepção da extensão é fundamental para o fazer extensionista e para almejar as diretrizes e objetivos da extensão que estão previstos na Política de Extensão da UFSM (UFSM, 2019b).

Por meio das citações de estudantes participantes, verificamos que alguns aspectos estão enraizados no fazer extensionista, como o entendimento que a extensão é a transferência de conhecimento gerado na universidade para a sociedade. O desafio para a extensão é consolidar sua concepção e promover uma atuação cada vez mais qualificada a partir do constante monitoramento de suas ações.

Levar os conhecimentos da Universidade **para fora de seus "muros"**[...] (Estudante 10).

Levar os conhecimentos [...] da universidade de uma maneira de fácil compreensão para a comunidade (Estudante 13).

Já a relação transformadora entre a universidade e sociedade, que impacta ambas, está descrita em citações que demonstram uma perspectiva de troca de

saberes e consideração de outros tipos de conhecimento, gerando, assim, o impacto social esperado.

*São projetos que **integram a Universidade e a comunidade** [...]. **E ambos aprendem juntos** (Estudante 15).*

*É a **troca de saberes entre alunos e comunidade**, podendo utilizar métodos diferentes [...]* (Estudante 29).

Lisboa Filho (2022) cita como um dos desafios da extensão o processo de inserção social conjugado à necessidade das comunidades. Em busca disso, reforça que a extensão deve exercer trocas constantes, desde seu planejamento, com as demandas sociais e com os propósitos que a instituição propõe a partir do seu PDI. Essa afirmação é corroborada pela fala dos estudantes, quando citam que:

*[...] a **extensão deve integrar e aproximar** a universidade com a comunidade externa* (Estudante 12).

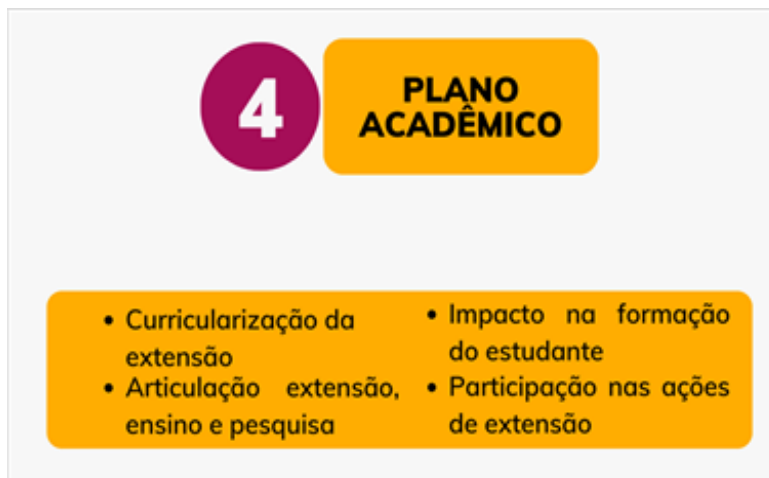
Por fim, Lisboa Filho (2022) coloca que um dos fatores de amadurecimento do fazer extensionista é o compartilhamento de saberes e a manutenção do diálogo constante com a sociedade.

7.4 DIMENSÃO PLANO ACADÊMICO

A dimensão Plano Acadêmico (Figura 36) traz o olhar para a extensão como parte do fazer institucional relacionado à atividade formativa dos estudantes e na aferição de atividades que proporcionem aos estudantes a participação nas ações (FORPROEX, 2001).

Lisboa Filho (2022) ressalta que a formação profissional do estudante não se concretiza apenas nas atividades curriculares em sala de aula, é necessário ampliar os modelos formativos, para além de sala de aula. Segundo o autor, a formação acadêmica e profissional adquire novo sentido, se estiver associada com o fazer extensionista. Portanto, é imprescindível a participação de estudantes nas ações de extensão.

Figura 36 – Subcategorias da dimensão plano acadêmico



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nos aspectos relacionados à extensão universitária e ao **impacto na formação do estudante**, a avaliação pode se constituir como prática de reflexão sobre a atuação do estudante na ação de extensão, como citam os estudantes 24, 27 e 25:

Para além de participar das atividades extensionistas, acompanhar os processos de avaliação das atividades desenvolvidas foi fundamental para o crescimento pessoal e profissional. Isso pois é a partir desse movimento que observa-se o que funciona ou não (Estudante 24).

Foi uma boa experiência e sobre vários aspectos. Desde o trabalho em conjunto com colegas e professores, o que dá uma sensação de pertencimento à profissão futura [...], como também dos desafios e processos de aprendizagem que vão surgindo a cada dia para que se obtenha um resultado satisfatório nos projetos propostos e desenvolvidos (Estudante 27)

[...] A avaliação mostrou o alcance do projeto e a importância da minha atuação (Estudante 25).

Tanto estudantes quanto coordenadores de curso consideram importante a extensão universitária para a formação acadêmica/profissional. Dentre as diretrizes preconizadas tanto pela Política Nacional de Extensão, como pela política de Extensão da UFSM, está o impacto na formação do estudante.

Deus (2020) nos convida a refletir sobre o impacto da extensão universitária na formação do estudante como elemento que não pode ser mensurado com números e dados, e sim com análise de aprendizados de forma descritiva e relatada

por depoimentos, itens que devem estar no horizonte da avaliação das ações de extensão. O impacto da extensão universitária na formação do estudante pode ser verificado na fala do estudante 25, quando apresenta a questão de uma formação contextualizada com a realidade social,

*É a **ponte que liga as Instituições e as comunidades**, onde os acadêmicos podem compreender a importância de oferecer resultados e contribuir com a sociedade. Mas principalmente de **não isolar o ambiente acadêmico da realidade prática** (Estudante 25).*

A Política de Extensão Nacional (FORPROEX, 2012) e da UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b) trazem como diretriz para o fazer extensionista a **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, princípio constitucional que, segundo Gonçalves (2016), ainda apresenta um patamar, nas instituições, de coexistência dessas atividades e não de uma premissa de atividades indissociáveis. Segundo a autora, é importante a institucionalização, tanto administrativa como acadêmica, da extensão universitária, porém, em âmbito federal, não foram localizadas ferramentas de monitoramento ou avaliação sobre o grau de realização do fazer extensionista das instituições de educação superior, como no PNE 2014-2024³¹.

Deus (2020) problematiza que o impacto e a transformação social, promovidos pela extensão têm relação com o reconhecimento de outros saberes que podem reorientar pesquisas, métodos e práticas institucionais em processo de troca, onde se aprende e se ensina. Esses cruzamentos são elementares para a efetivação da função social das instituições públicas de educação superior e estão presentes na percepção dos participantes quando convidados a discorrer sobre a extensão na UFSM:

*Entre as atividades fins das Universidades, destacam-se o ensino e a pesquisa, porém essas **não podem estar desconectadas da realidade e das demandas da sociedade**. Nesse contexto, a extensão tem um papel importante, **de fortalecimento do vínculo entre sociedade e universidade** [...] (Coordenador de Curso 7).*

*[...] Extensão Universitária é uma maneira de desenvolver **projetos fora da bolha acadêmica** [...]. É **uma troca (ou deveria ser) de aprendizados e vivências**, por isso é importante que a gente, enquanto estudantes universitários/as, entenda que **os conhecimentos das pessoas das***

³¹ O Observatório do Plano Nacional de Educação, plataforma que busca monitorar o PNE, dando transparência aos dados da Educação brasileira, não apresenta indicador para a estratégia 12.7 (inserção da extensão nos currículos). Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-superior> Acesso em: 27 out. 2022.

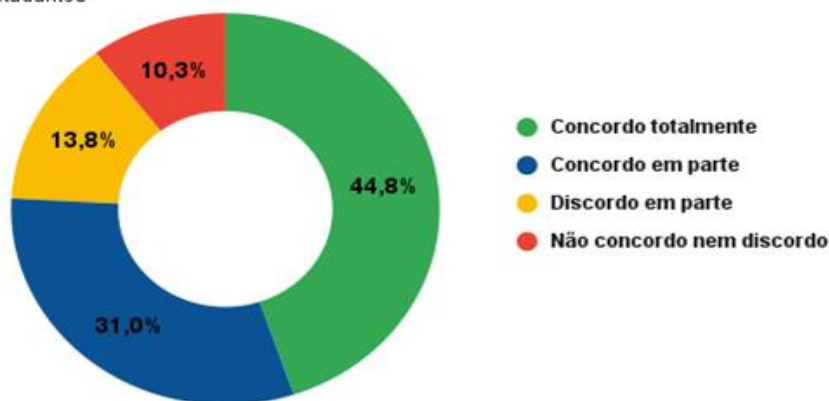
comunidades [...] são tão importantes e necessários quanto o que aprendemos na universidade (Estudante 1).

Um **pilar da Universidade** que assegura e garante que as **demandas da comunidade local e regional** recebam atenção da pesquisa e ensino, colocando o **interesse comunitário** e os **problemas locais** como **pontos de intervenção** da comunidade científica e acadêmica (Estudante 24).

Para a maioria dos estudantes participantes, as dinâmicas das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFSM têm o mesmo patamar para a formação acadêmica (Figura 37). Entende-se que a extensão ocupa lugar importante na formação e a participação em bolsa de extensão permite a compreensão da valorização do fazer extensionista e de reconhecimento da extensão como parte da formação universitária.

Figura 37 – Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação dos estudantes

A extensão universitária tem o mesmo patamar que as atividades de ensino e de pesquisa na formação dos estudantes da UFSM.
Q - Estudantes



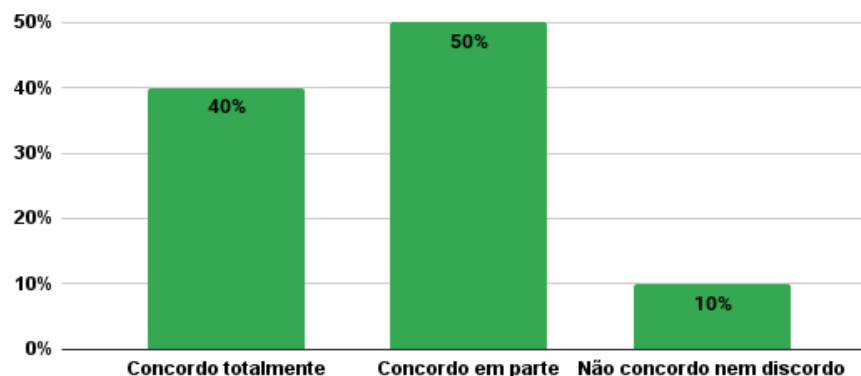
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Gonçalves (2016) comenta que há muitos desafios para a implementação efetiva da indissociabilidade e que políticas integradas de desenvolvimento deste princípio, como as que regulamentam processos avaliativos, fortalecem a efetivação do princípio da indissociabilidade nas práticas educativas. Na UFSM, a maioria dos coordenadores de curso concorda que a avaliação pode contribuir para as atividades de ensino e pesquisa (Figura 38).

Figura 38 – Contribuição da avaliação para as atividades de ensino e pesquisa

Instrumentos de avaliação das ações de extensão podem contribuir com as atividades de ensino e pesquisa.

Q - Coord. Curso



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A autora Deus (2020) indica que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de um preceito constitucional, é um dos preceitos da Política nacional de Extensão (FORPROEX, 2012). Nesse sentido, ao implementar a nova política de **inserção da extensão nos currículos**, as universidades precisam ter a clareza que a extensão dá suporte à pesquisa, por exemplo, no momento em que a insere na realidade social dos territórios e, assim, fomenta a formação integral dos estudantes. A citação do estudante 8 contribui para a reflexão dessa aproximação do estudante com a realidade social:

Extensão é o aperfeiçoamento do conhecimento adquirido na academia, através de ações que aproximam o acadêmico da comunidade (Estudante 8).

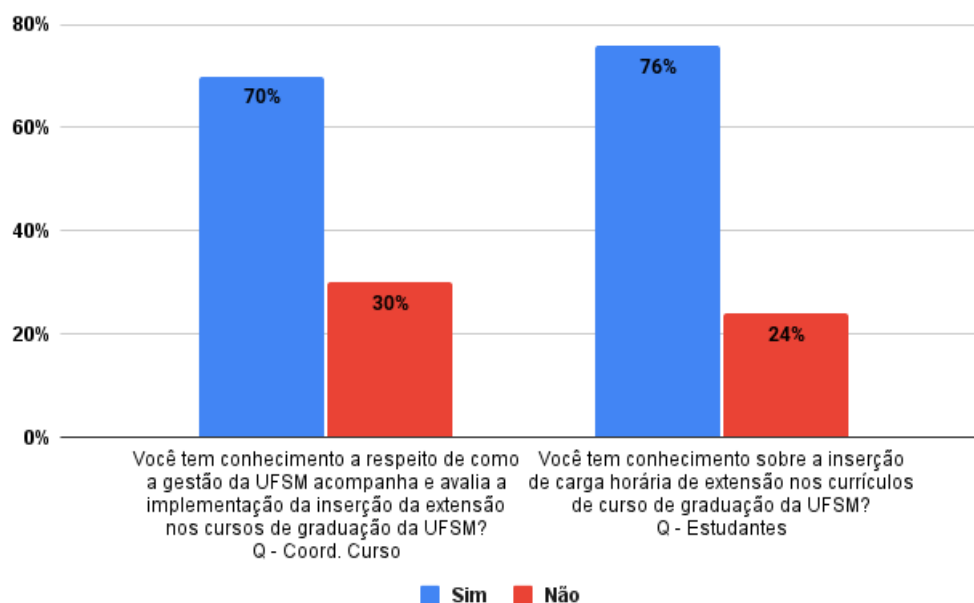
Na UFSM, a maioria dos estudantes participantes aponta conhecer a nova política de inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, que está em implantação na UFSM, e considera importante essa política na formação acadêmica (Figura 39).

Compreendemos que, além da importância da apropriação e conhecimento da nova política pelos envolvidos (estudantes, docentes, técnico-administrativos, gestores), o acompanhamento da implementação da inserção da extensão nos cursos de graduação a partir de instrumentos de avaliação das ações extensionistas se apresenta como uma ferramenta para a gestão universitária e para os cursos de graduação analisarem o impacto dessa implementação na instituição. Além disso,

um dos coordenadores de curso traz o elemento da visibilidade e participação nas ações de extensão a partir da nova política, de acordo com o relato a seguir:

Estamos evoluindo e muitos professores estão buscando participar da extensão principalmente pela questão dos ajustes dos PPCs que deverão incluir as ações de extensão a partir de agora [...] (Coordenador de Curso 10).

Figura 39 – Percepções sobre a implementação da inserção da extensão nos currículos



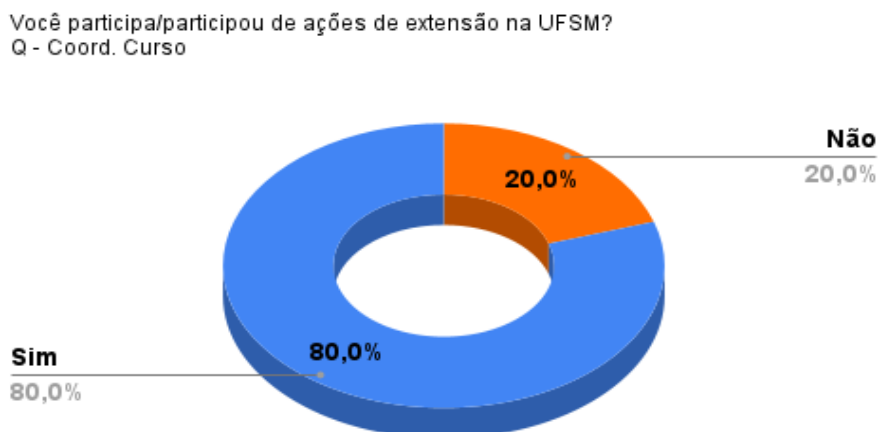
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Para termos a satisfatória implementação da extensão nos currículos, é necessário reconhecer a importância da **participação dos atores envolvidos na execução das ações de extensão da UFSM**. Ou seja, todas as políticas e diretrizes relacionadas à extensão terão sua efetivação a partir da experiência dos extensionistas nas ações.

A maioria dos coordenadores de curso aponta que já participou ou participa de ações de extensão na UFSM (Figura). Essa participação se torna elemento importante para reflexão acerca da extensão universitária e pode ser fator de contribuição para a compreensão dos métodos de implementação da inserção da carga horária extensionista nos cursos de graduação. A Política de Extensão da UFSM cita que os docentes têm a função de orientar as atividades dos estudantes

participantes de ações extensionistas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b).

Figura 40 – Participação em ações de extensão



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Por sua vez, em sua maioria, os estudantes afirmam que, mesmo anteriormente à participação como bolsista de extensão, conheciam as ações de extensão da UFSM. Inferimos que a atuação como bolsista está diretamente relacionada ao conhecimento do fazer extensionista na instituição, fator que o leva a buscar pela participação nas atividades de extensão como bolsista.

Figura 41 – Conhecimento sobre as ações de extensão



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Os estudantes apontam que consideram importante a avaliação das ações de extensão abranger a participação dos estudantes envolvidos como forma de contribuir para o desenvolvimento da extensão. O gráfico 42 sumariza esses dados a seguir:

Figura 42 – Participação de estudantes na avaliação das ações de extensão

A avaliação das ações de extensão com a participação dos estudantes envolvidos contribui com o desenvolvimento da extensão universitária na UFSM.
Q - Estudantes



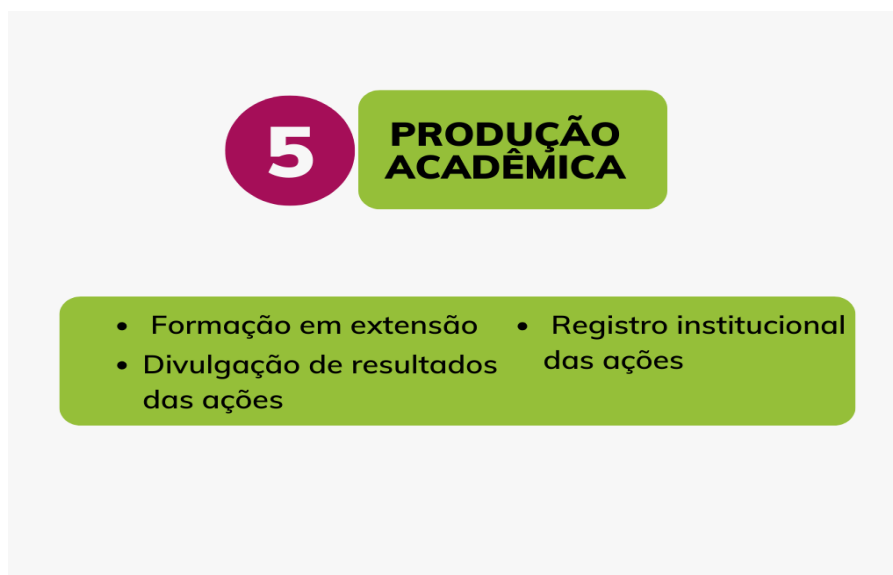
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Lembramos que a autora Deus (2020) destaca que a participação de estudantes nas ações de extensão é fortalecimento do fazer extensionista, pelas contribuições, pelas novas teses e novas teorias advindas do trabalho estudantil na extensão. Portanto, a escuta desse grupo é importante no momento de avaliar uma ação de extensão.

7.5 DIMENSÃO PRODUÇÃO ACADÊMICA

A dimensão Produção Acadêmica (Figura 43), de acordo com o FORPROEX (2001), considera elementos que englobam os produtos resultantes do fazer extensionista, na elaboração e disseminação de conhecimentos. A política de Extensão da UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019b) apresenta essa dimensão nomeada de Produto Acadêmico, elencando os seguintes dados: ações de extensão, produção de livros e capítulos de livros, produção artística e audiovisual, entre outras.

Figura 43 – Subcategorias da dimensão produção acadêmica



Fonte: elaborado pela autora (2022).

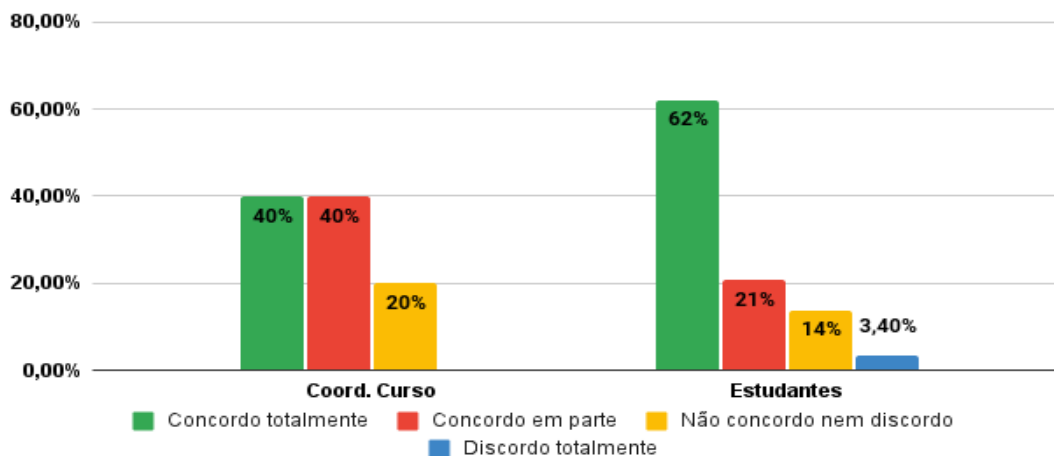
Compreendemos que, para a execução e continuidade das ações, os extensionistas devem estar em constante **atualização e formação sobre a extensão universitária**. Abreu (2020) e Cristofolletti e Serafim (2020) citam, em suas pesquisas, que a compreensão de conceitos e da história, bem como a reflexão sobre o fazer institucional relacionado à extensão é parte de processos de avaliação que tenham caráter pedagógico e formativo, pois participantes de instrumentos de avaliação devem se sentir pertencentes ao contexto em que estão inseridos. Desse modo, conhecer e reconhecer os resultados do fazer extensionista é parte disso.

A observação, apresentada pelo coordenador de curso 1, faz referência à compreensão acerca da extensão universitária e suas especificidades, preocupação que se estende para a avaliação. Nas palavras do coordenador,

*[o] principal problema em relação às ações extensionistas **está na visão muito restrita do que é extensão**, [...] não levando em conta as especificidades de cada área. [...] [A] questão da avaliação das mesmas também teria que levar em conta essas especificidades (Coordenador de Curso 1).*

Figura 44 – Criação de cursos de formação sobre extensão universitária

A criação de cursos de formação sobre extensão universitária para estudantes e servidores da UFSM é importante para o fazer extensionista.



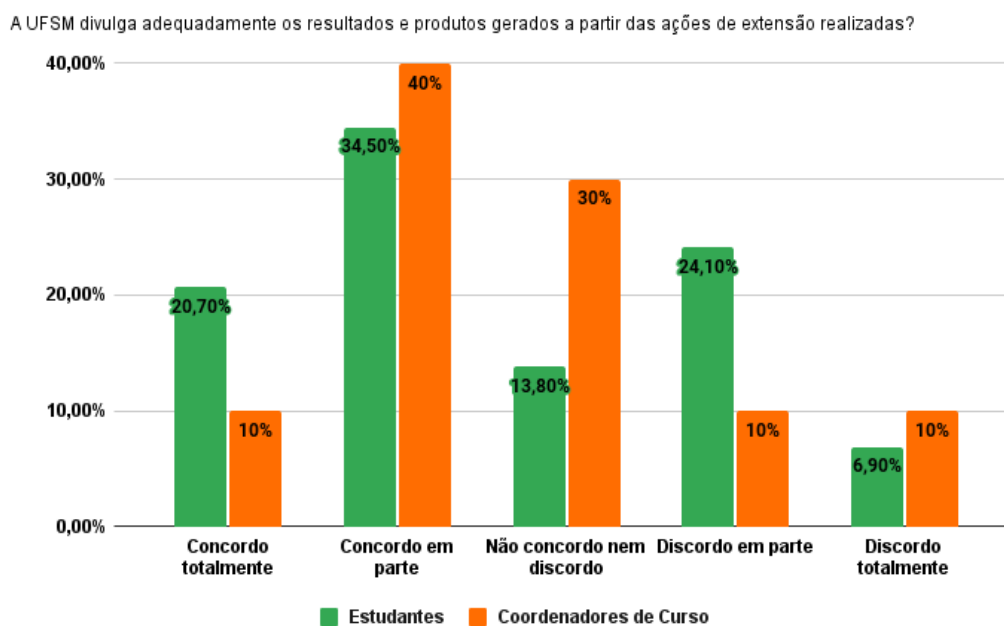
Fonte: elaborado pela autora (2022).

A **divulgação dos resultados e produtos gerados a partir da execução das ações de extensão** envolve algumas frentes, como participação em eventos, elaboração de produtos para o público participante das ações, divulgação institucional dos resultados das ações de extensão.

De acordo com, aproximadamente, metade dos estudantes e coordenadores de curso participantes, a divulgação dos produtos e resultados das ações de extensão na UFSM é adequada (Figura 45). Entretanto, cabe destaque ao percentual nas variáveis “não concordo e não discordo” e nas variáveis que apontam discordância, o que nos induz, a partir desses dados, a compreender que a UFSM pode aprimorar a divulgação de resultados das ações de extensão.

A avaliação pode contribuir como ferramenta de monitoramento de resultados e entregas das ações de extensão, ampliando as possibilidades de disponibilização de informações institucionais públicas.

Figura 45 – Divulgação de resultados e produtos das ações de extensão



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Um dos coordenadores de curso aponta uma inquietação sobre a divulgação das ações para a sociedade e internamente na UFSM:

Acredito que há muitas ações relevantes que acabam ficando desconhecidas pela sociedade e pela própria instituição [...] (Coordenador de Curso 5).

Ainda, sobre a divulgação dos resultados das ações de extensão, chama a atenção a compreensão por parte de estudantes que a participação na Jornada Acadêmica Integrada (JAI)³² é considerada parte do processo avaliativo da atividade extensionista. Esse dado leva a refletir, com esses apontamentos, as diferentes percepções sobre o ato de avaliar de cada um dos participantes da pesquisa. Devido a isso, o momento de planejar documentos orientadores e instrumentos de avaliação das ações de extensão deve ser compartilhado entre os diferentes atores envolvidos.

³² A JAI é um evento integrante da UFSM que objetiva estimular a iniciação dos alunos de graduação e de pós-graduação no meio acadêmico, promover a troca de experiências, divulgar seus trabalhos de ensino, pesquisa e extensão e assegurar o reconhecimento institucional destas ações. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/jai/>. Acesso em 23 out. 2022.

A única maneira que conheço para a avaliação das ações de extensão é a JAI, que também nem sei como funciona a avaliação.[...] Poderiam deixar mais transparente[...] (Estudante 1).

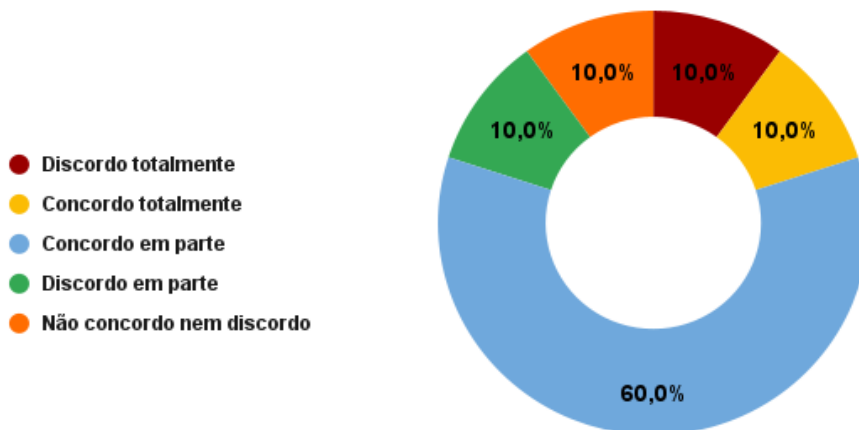
*[...] Penso que a **apresentação dos trabalhos na JAI** já é uma forma de **expor e avaliar/analisar resultados** (Estudante 15).*

Para a obtenção de dados e resultados das ações de extensão, há o papel fundamental de olhar para o **registro das atividades de extensão** na UFSM³³. Esse é um aspecto que deve ser considerado para a reflexão sobre instrumentos de avaliação das ações.

Os coordenadores de curso apontam, majoritariamente, que as orientações sobre o registro e a classificação das ações de extensão na UFSM são adequadas (Figura 46). Depreendemos que os coordenadores de curso tenham um conhecimento prévio sobre o Portal de Projetos, todavia é necessário para a gestão institucional um olhar aos documentos orientadores de registro e execução das ações para que sejam de compreensão facilitada e que atendam as necessidades dos envolvidos com as ações de extensão. Tal situação favorece a construção e a participação em processos de avaliação.

Figura 46 – Orientação de registro e classificação das ações de extensão

As orientações quanto ao registro e classificações das ações de extensão da UFSM são adequadas. Q - Coord. Curso



Fonte: elaborado pela autora (2022).

³³ Na UFSM o registro é através do Portal de Projetos, sistema institucional de registro das atividades de extensão, ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/projetos/index.html>. Acesso em: 23 out. 2022.

O registro das ações tem de ser planejado e executado como uma atividade que irá impactar todo um conjunto de atividades vinculadas à extensão na instituição, tanto para gestão quanto para o fazer extensionista na prática. Esse elemento está apresentado não apenas nesta dimensão, mas ao decorrer da análise. Ele é um dos desafios não apenas para o planejamento e para a execução das ações se tornarem facilitados, como também é uma oportunidade para a instituição repensar métodos de registro, acompanhamento e avaliação das ações executadas.

8 DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: A MATERIALIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

Programas de mestrado profissional têm como objetivo a interlocução entre a realização de uma formação acadêmica vinculada ao fazer profissional. Nessa perspectiva, a trajetória desta pesquisa e os resultados encontrados culminam na elaboração de um produto educacional, parte integrante desta investigação. Assim, este produto abarca os resultados das análises tanto de documentos, de legislações, do referencial teórico e da investigação junto aos participantes da pesquisa.

O produto resultante é uma Minuta de Resolução com Diretrizes para avaliação das ações de extensão na UFSM (cf. seção 8.7), elaborado a partir de considerações e elementos-chave encontrados no decorrer do percurso de construção desta dissertação. No itinerário desta produção, buscamos não posicionar este produto como mero apêndice, mas apresentá-lo como uma proposta que contemple as inquietações surgidas ao longo do caminho.

Para isso, inicialmente, serão apresentados os motivos de propor uma Resolução que, de acordo com o Manual de Atos Administrativos da UFSM³⁴, caracteriza-se por ser um “ato emanado de órgão colegiado registrando uma decisão ou uma ordem no âmbito de sua área de atuação. Expedidos pelas altas autoridades do executivo para regulamentar matéria exclusiva” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019d, p. 14) e objetiva atender a “questões de ordem administrativa ou regulamentar, sendo de competência dos Conselhos da Universidade e são constituídas pelas seguintes partes: epígrafe, ementa, preâmbulo, corpo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019d, p. 16).

De acordo com o Manual de Atos Administrativos da UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019d), a resolução se enquadra no rol de atos administrativos normativos, que estabelecem regras gerais e abstratas, além de atender determinados requisitos, como:

- a) competência: é o poder atribuído ao agente da administração pública, para o desempenho específico de suas funções;
- b) forma: a forma da escrita vai caracterizar a espécie do ato administrativo;
- c) objeto: aquilo que o ato dispõe;

³⁴ O manual é um instrumento de gestão administrativa desenvolvido com o intuito de oportunizar a divulgação e a padronização dos Atos Administrativos na UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2019/05/Atos-Administrativos-na-UFSM-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

- d) motivo: razões de fato e de direito que dão ensejo à prática do ato;
- e) finalidade: deve buscar sempre o interesse público, a finalidade deverá estar indicada expressamente ou implicitamente.

As resoluções, no âmbito das universidades, são documentos que trazem a regulamentação de matérias importantes para a instituição e passam por diversas etapas de apreciação, proporcionando, assim, ampla discussão sobre o tema, além de ter sua aprovação final em órgão colegiado com representação da comunidade acadêmica e sociedade civil³⁵.

No que abarca a avaliação das ações de extensão, cabe expor os elementos que guiam a construção da proposta, alinhando os referenciais teóricos, a legislação e as considerações dos participantes deste estudo. Morales Mello (2019), em sua tese, investiga a respeito da concepção de indicadores de extensão na UFSM e aponta que, embora tenhamos na UFSM a institucionalização da extensão em termos de Política de Extensão, as concepções definidas não são levadas à prática em muitas ações extensionistas, evidenciando a contradição entre discurso e prática. O autor aponta, ainda, que o estabelecimento de documentos institucionais orientadores qualifica e amplia as discussões sobre o que fazer, como fazer e por que fazer extensão, além de contribuir na reflexão do papel dos diferentes atores envolvidos nas ações de extensão, principalmente os estudantes e os participantes da comunidade externa.

A institucionalização da avaliação da extensão é abordada em estudos como de Abreu (2020) que apresenta apontamentos sobre a avaliação na UNB que se assemelha com algumas variáveis da UFSM, como a presença de modelos avaliativos centrados na coordenação das ações, assim como a constatação de que é relevante a discussão acerca de processos avaliativos que abarquem todos os envolvidos nas ações.

Para a construção de um documento institucional orientador para a UFSM, não podemos deixar de considerar as publicações do FORPROEX a respeito da temática da avaliação, principalmente, o livro *Avaliação Nacional da Extensão Universitária* (FORPROEX, 2001) e a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012). Para o FORPROEX (2012), no que concerne a avaliação da extensão:

³⁵ As deliberações na UFSM, em relação a aprovação de resoluções, passam pelo órgão colegiado máximo da instituição que é o Conselho Universitário (CONSU), o CONSU é um órgão da Administração Superior da UFSM, de deliberação coletiva, composto por representação da comunidade universitária e da comunidade geral e regional e discute assuntos administrativos e de definição da política geral da UFSM e assuntos relacionados ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

[...] cabe ressaltar que a Extensão Universitária deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo, a ser mensurado por critérios objetivos (relatório, trabalho escrito, publicação ou comunicação) e subjetivos (compromisso, dedicação). Esse processo deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto extensionista, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante – e da equipe de trabalho na qual este se inclui - sobre os problemas sociais (FORPROEX, 2012, p. 59).

A Minuta de Resolução proposta busca apresentar as diretrizes da Avaliação da Extensão na UFSM, além de estabelecer parâmetros que oportunizam a criação de um programa de avaliação da extensão na UFSM. A construção desta resolução tem como base a premissa de que a avaliação da extensão deve ser trabalhada a partir de elementos que se configuram na figura 47.

Figura 47 – Elementos que conduzem a construção da Minuta de Resolução



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A partir da percepção que esses elementos são significativos para o estabelecimento de diretrizes para a avaliação da extensão na UFSM, apresentamos separadamente cada um deles, expondo as considerações e os destaques que utilizamos para fundamentar a Minuta de Resolução.

8.1 LEGISLAÇÃO

Um dos elementos que conduzem a construção da minuta é a legislação (Figura 48). No caso específico da UFSM, por se tratar de uma instituição pública de

educação superior, autarquia especial vinculada ao MEC, necessita atender uma série de regras a partir de legislações federais que a regulamentam. Assim, as atividades e as dinâmicas institucionais precisam estar ancoradas nas legislações existentes, podendo ao longo do tempo sofrer modificações por intermédio de novas regras e normas.

Figura 48 – Elementos que conduzem a construção da minuta – Legislação



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Para a construção da Minuta de Resolução, consideramos um conjunto de normas, resoluções e leis no âmbito local e federal, quais sejam:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988;
- b) Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- c) Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional e suas alterações;
- d) Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências;
- e) Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis;
- f) Decreto n.º 9.191, de 1.º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação

e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;

- g) Política Nacional de Extensão, aprovada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em maio de 2012;
- h) Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e dá outras providências;
- i) Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria com as adequações aprovadas pela Resolução UFSM n.º 037, de 30 de novembro de 2010, aprovado pela Portaria n.º 156, de 12 de março de 2014, e publicado no Diário Oficial da União em 13 de março de 2014;
- j) Regimento da UFSM, disposto na Resolução UFSM n.º 006, de 28 de abril de 2011, atualizado pela Resolução UFSM n.º 16, de 02 de julho de 2019;
- k) Resolução UFSM n.º 006/2019, de 29 de abril de 2019, que aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria;
- l) Resolução UFSM n.º 003/2019, de 11 de janeiro de 2019, que regula a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFSM; e
- m) Resolução UFSM n.º 016, de 23 de junho de 2020, que estabelece a nova estrutura organizacional da PRE da UFSM, suas competências e atribuições e altera o Regimento Geral da UFSM.

8.2 CONCEPÇÃO

No decorrer desta pesquisa, a partir do referencial teórico, percebemos a importância de termos concepções consolidadas a respeito da extensão universitária. De acordo com Cristofolletti e Serafim (2020), as disputas no interior da instituição a respeito do compromisso social das instituições e de seu fazer no ensino, pesquisa e extensão se revela como ponto de partida para discussão de documentos institucionais que apresentem conceitos e práticas sobre suas atividades e fazer institucional.

Estabelecer uma concepção a partir da aprovação de uma resolução permite para instituição observar como se relaciona o texto escrito (teoria) e as práticas exercidas. Além disso, a extensão universitária, como já citado pelos autores, está num patamar de consolidação de concepção, definida com base em documentos do FORPROEX e referendada pela Resolução n.º 007/2018 CNE (Figura 49).

Figura 49 – Elementos que conduzem a construção da minuta – Concepção



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Na UFSM, a Política de Extensão apresenta a concepção da extensão para a instituição. No que abarca as práticas de avaliação, sabe-se da multiplicidade de conceitos e práticas, já discutidas neste estudo, que são adotadas pelas instituições. Portanto, buscamos, para a avaliação da extensão na UFSM, por meio de um documento institucional, estabelecer uma concepção de avaliação, que seja, ao longo do tempo, assimilada pela instituição e que propicie para o conjunto de

envolvidos na extensão da UFSM a consolidação da avaliação como parte da prática extensionista.

A Minuta de Resolução traz, em sua primeira seção, uma concepção para a avaliação da extensão e discorre, na sequência, sobre elementos relacionados aos princípios e objetivos da avaliação da extensão na UFSM, construídos a partir da investigação do referencial teórico e dos questionários aplicados.

8.3 SUJEITOS ENVOLVIDOS

Além de aspectos legais para base de construção de um documento institucional que contemple os elementos necessários para fortalecimento de determinada atividade da instituição e a relevância de estabelecer uma concepção para a matéria da resolução, entendemos que não podemos deixar de considerar os sujeitos envolvidos no fazer extensionista como partícipes do documento (Figura 50).

Figura 50 – Elementos que conduzem a construção da minuta – Sujeitos envolvidos



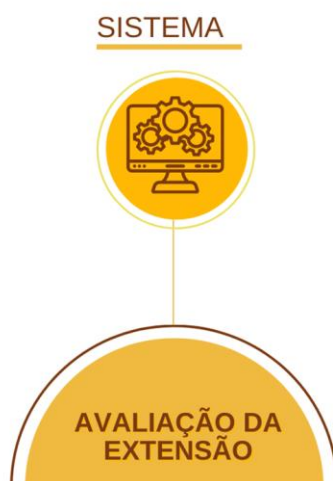
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nessa ótica, a Minuta de Resolução das Diretrizes para Avaliação da Extensão na UFSM estabelece a participação dos sujeitos envolvidos, desde sua primeira seção, referendando a participação da comunidade interna e externa nas práticas de avaliação.

8.4 SISTEMA

Através da investigação junto aos documentos institucionais e das respostas dos participantes relacionadas ao sistema de registro e informações das ações de extensão³⁶ (Figura 51), compreendemos a necessidade de que o sistema de informação da instituição deve ser flexível, a fim de atender as especificidades do registro, da execução, da avaliação e da finalização das ações, sem deixar de observar aspectos relacionados à acessibilidade e facilidade de acesso aos usuários.

Figura 51 – Elementos que conduzem a construção da minuta – Sistema



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Por isso, a minuta de resolução apresentada elenca a questão de que os sistemas institucionais devem englobar as particularidades e as especificidades do registro, do acompanhamento e da avaliação das ações de extensão, desafio enfrentado de modo geral nas instituições de educação superior em processos avaliativos internos.

³⁶ Ressaltamos que na UFSM as ações de extensão são registradas através do Portal de Projetos. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/projetos/index.html>. Acesso em: 23 out. 2022.

8.5 DIVULGAÇÃO

Na perspectiva de atender a demandas legais e também considerar o resultado dos dados dos questionários aplicados junto aos participantes, a Minuta de Resolução destaca a importância da divulgação e democratização das informações sobre a avaliação da extensão na UFSM (Figura 52), cumprindo assim, um dos princípios da administração pública e o conjunto de legislações a respeito do acesso à informação.

Figura 52 – Elementos que conduzem a construção da minuta – Divulgação



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A divulgação e publicização de dados da extensão é um dos meios de demonstrar para a sociedade tanto o desenvolvimento e a amplitude das ações de extensão, quanto o impacto gerado socialmente, elemento que fortalece os vínculos da instituição com a comunidade.

8.6 GESTÃO

De modo geral, para a efetivação da Minuta de Resolução, não podemos deixar de considerar o papel da gestão institucional (Figura 53) que na proposta está representada pela PRE.

Figura 53 – Elementos que conduzem a construção da minuta – Gestão



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Na Minuta de Resolução, a PRE se faz presente tanto na implementação do programa de avaliação da extensão quanto como parte das instâncias a serem avaliadas, já que abarca atividades de gestão que tem relação com o fazer extensionista da UFSM³⁷.

Outro parâmetro em destaque que nos levou a estabelecer como produto educacional uma Minuta de Resolução é que, após aprovação, esse ato administrativo só poderá ter alterações ou revogação com apreciação e aprovação dos conselhos superiores. Isto é, não pode um ato unilateral da gestão, revogar ou alterar o documento aprovado, o que garante sua legitimidade perante aos atores envolvidos nas ações de extensão.

Buscamos, ao propor essa Minuta, a institucionalização da avaliação através de um diálogo que tenha como horizonte o amadurecimento sobre a avaliação da extensão universitária e a construção de instrumentos que atendam as inquietações dos atores envolvidos, as necessidades institucionais e que tenham como propósito, no futuro, constituir um banco de dados que permita a gestão elaborar indicadores da extensão na UFSM.

³⁷ A resolução n.º 006/2020 da UFSM estabelece as competências e atribuições da PRE, dentre estas destaca-se a coordenação, supervisão, direção, promoção e divulgação das ações de extensão da UFSM. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2020/07/RES_GR_2020_016.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

8.7 PRODUTO EDUCACIONAL: PROPOSTA DE MINUTA DE RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DA UFSM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
RESOLUÇÃO UFSM N. 0XX, DE XX DE XXXXX DE 202X

Estabelece as Diretrizes para a Avaliação da Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988;
- a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e suas alterações;
- a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências;
- a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona;
- o Decreto n.º 9.191, de 1.º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;
- a Política Nacional de Extensão, aprovada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em maio de 2012;

- a Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- o Acórdão TCU 461/2022, de 9 de março de 2022, que dispõe sobre o relatório de auditoria ,objetivando o levantamento e a proposição de novo modelo de Indicadores de Gestão e Desempenho das Universidades Federais;
- o Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria com as adequações aprovadas pela Resolução UFSM n.º 037, de 30 de novembro de 2010, aprovado pela Portaria n.º 156, de 12 de março de 2014, e publicado no Diário Oficial da União em 13 de março de 2014;
- o Regimento da UFSM, disposto na Resolução UFSM n.º 006, de 28 de abril de 2011, atualizado pela Resolução UFSM n.º 016, de 02 de julho de 2019;
- a Resolução UFSM n. 054, de 1º de junho de 2021, que regulamenta a proposição e a emissão de Atos Normativos no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.
- a Resolução UFSM n.º 046/2016, de 26 de dezembro de 2016 que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2026, da Universidade Federal de Santa Maria e dá outras providências;
- a Resolução UFSM n.º 006/2019, de 29 de abril de 2019, que aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria.
- a Resolução UFSM n.º 003/2019, de 11 de janeiro de 2019, que regula a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFSM.
- a Resolução UFSM n.º 016, de 23 de junho de 2020, que estabelece a nova estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM, suas competências e atribuições e altera o Regimento Geral da UFSM;
- o Parecer n.º XXX/202X da Comissão de Legislação e Normas (CLN), aprovado na XXXª Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de XX de XXXX de 202X, referente ao Processo n.º 23081.XXXXXXX/202X-XX;
- o Parecer n.º XXX/202X da Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão (COMEPE), aprovado na XXXª Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de XX de XXXX de 202X, referente ao Processo n.º 23081.XXXXXXX/202X-XX;
- o Parecer n.º XXX/202X da Comissão de Legislação e Regimentos (CLR), aprovado na XXXª Sessão do Conselho Universitário (CONSU), de XX de XXXX de 202X, referente ao Processo n.º 23081. XXXXXXX/20XX-XX;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Estabelecer as Diretrizes para a Avaliação da Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), visando consolidar os processos de avaliação da extensão, fortalecendo seus princípios de impacto na formação acadêmica, de impacto social, de transformação social, de diálogo com a comunidade externa, de interdisciplinaridade e interprofissionalidade e de indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, além de consolidar a extensão universitária como elemento da Avaliação Institucional.

Art. 2.º Para efeitos do que dispõe esta Resolução, consideram-se fundamentais os seguintes conceitos:

I – Avaliação da extensão: prática contínua de análise e acompanhamento da execução do fazer extensionista da UFSM, com abordagem qualitativa e quantitativa, buscando o aperfeiçoamento de processos e de suas próprias metodologias, sendo capaz de abarcar a complexidade e a especificidade das atividades, objetivando a construção de modelos baseados em princípios éticos e de participação ativa de todos os atores envolvidos;

II – Ação de Extensão: respondem às necessidades da comunidade externa e suas demandas, sendo desenvolvidas por servidores nas suas áreas de atuação, com a participação de estudantes como protagonistas no que se refere à relação ensino e extensão, em consonância com as diretrizes e objetivos da Política de Extensão da UFSM. São classificadas em cinco modalidades: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço;

III – Gestão da extensão universitária: exercida pela Pró-reitoria de Extensão, através de suas Coordenadorias que estão definidas em Resolução própria;

IV – Participantes das ações de extensão: são os atores envolvidos com realização das atividades de extensão, que incluem: servidores da UFSM (docentes e técnico-administrativos), estudantes da UFSM e participantes externos;

V – Público interlocutor: são atores envolvidos nas ações de extensão que são parte da comunidade externa e que demandam a ação extensionista.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3.º Os princípios que regem a avaliação da Extensão na UFSM são:

I - A integração entre a missão da UFSM, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Política de Extensão e Avaliação Institucional;

II - A natureza dinâmica, a qual estabelece a permanente adequação de modelos e procedimentos, de acordo com as exigências das práticas extensionistas e do projeto da Instituição;

III - O caráter processual contínuo, educativo e formativo para os atores envolvidos;

IV - A legitimidade, compreendendo que a definição e a permanente adequação de modelos de avaliação devem ser realizadas com a participação efetiva dos atores envolvidos com a extensão universitária;

V - A democratização de informações e a publicidade de métodos e resultados da avaliação da extensão na UFSM;

Art. 4.º Os objetivos da avaliação da Extensão na UFSM são:

I - Criar uma cultura institucional de avaliação da extensão na UFSM;

II - Promover a integração e o diálogo entre Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e demais instâncias, a fim de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III - Buscar a integração da avaliação da extensão aos procedimentos de Avaliação Institucional da UFSM;

IV - Acompanhar a implementação da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação;

V – Monitorar e subsidiar a construção de políticas institucionais;

VI – Constituir resultados que possam ser base na tomada de decisões na gestão universitária;

VII – Promover o amplo diálogo e a divulgação dos processos decisórios, métodos e instrumentos de avaliação da extensão para a comunidade acadêmica e atores envolvidos;

VIII – Construir uma base de dados que possibilite a efetivação dos indicadores de extensão previstos na Política de Extensão da UFSM; e

IX – Contribuir para o aprimoramento e a qualificação contínua tanto das práticas extensionistas da UFSM quanto dos processos de avaliação da extensão na UFSM.

CAPÍTULO III

DA CARACTERIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Art. 5.º A Avaliação da Extensão na UFSM é um conjunto de atividades que deverá ser organizada, prevendo o desenvolvimento de processos avaliativos que contemplem:

I - O registro, a execução, o financiamento e a finalização das ações de extensão;

II - As atividades relacionadas à gestão da extensão universitária no âmbito da PRE da UFSM;

III - A participação de todos os atores envolvidos (comunidade acadêmica e comunidade externa) como sujeitos integrados às práticas de avaliação das atividades de extensão;

§1.º As ações de extensão devem ser registradas no sistema de informação institucional definido através de regulamentação própria.

§2.º O sistema de registro deve abarcar as particularidades e especificidades das ações de extensão, seu registro, seu acompanhamento, sua avaliação e sua publicização de dados.

§3.º As atividades relacionadas à gestão da extensão são as descritas na resolução n.º 016/2020.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFSM

Art. 6.º A PRE é o órgão responsável pela implementação de um programa de avaliação da extensão na UFSM.

§1.º A PRE deverá nomear Comitê, de caráter consultivo, para discussão e implementação de normas, estratégias e instrumentos de avaliação da extensão que integrem o programa de avaliação da extensão na UFSM, obedecendo às diretrizes estabelecidas nesta resolução.

§2.º O Comitê deverá ser composto por membros da Câmara de Extensão, prevendo a participação de docentes, técnico-administrativos, estudantes, comunidade externa e representação das seguintes Pró-reitorias: Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PRPGP).

§3º O Comitê deverá elaborar Regimento Interno próprio para apreciação e deliberação pelas instâncias competentes para o melhor desenvolvimento das atividades.

Art. 7.º O programa de avaliação da extensão na UFSM deverá prever as seguintes etapas ou fases:

- I – Avaliação das políticas institucionais relacionadas à extensão universitária;
- II – Avaliação das ações de extensão registradas na instituição;
- III – Avaliação das ações de extensão contempladas em editais de fomento institucionais;
- IV – Processo de escuta da comunidade externa, vinculado preferencialmente ao Fórum Regional Permanente de Extensão.

Art. 8.º O programa de avaliação da extensão na UFSM deverá compreender estratégias de avaliação interna e externa, estabelecendo critérios a partir dos seguintes elementos:

- I – Definição de metas a serem atingidas;
- II – Delimitação de participantes envolvidos;
- III – Delimitação de abrangência da avaliação;
- IV – Identificação de quais parâmetros devem ser avaliados;
- V – Seleção da fonte de informação disponível;
- VI – Construção de instrumentos de avaliação e coleta de dados;
- VII – Definição de periodicidade para os procedimentos de avaliação;
- VIII – Previsão de procedimentos de análise de dados e resultados; e

IX - Previsão de método de divulgação dos resultados.

Parágrafo único. A aplicação de instrumentos de avaliação deverá ser realizada por meio do sistema informatizado com o apoio do Centro de Processamento de Dados e gerenciados pela Pró-reitoria de Extensão.

Art. 9.º O programa de avaliação da extensão na UFSM deverá prever ciclos avaliativos das ações de extensão, contemplando, preferencialmente, os seguintes instrumentos:

- I – Instrumento de avaliação da ação de extensão pela equipe;
- II – Instrumento de avaliação da coordenação da ação pelos participantes da ação;
- III – Instrumento de avaliação de estudantes participantes pela coordenação da ação;
- IV – Instrumento de avaliação da ação pelo público interlocutor da ação.

Parágrafo único. A aplicação dos instrumentos deverá ocorrer de forma gradativa, iniciando pela avaliação da ação e ampliando para a aplicação dos outros instrumentos.

Art. 10.º Os instrumentos citados no artigo 9.º deverão ser planejados com o intuito de atender, ao menos, as seguintes dimensões:

- I – Dimensão Infraestrutura para as ações de extensão, considerando a estrutura física e operacional da UFSM para execução da ação;
- II – Dimensão Relação Universidade-Sociedade, considerando o impacto e transformação social e as parcerias externas;
- III – Dimensão Plano Acadêmico, considerando o impacto na formação do estudante e a participação de estudantes nas ações;
- IV – Dimensão Produção Acadêmica, considerando os produtos gerados a partir das ações e a divulgação de resultados das ações para a comunidade em geral.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11.º O acompanhamento das diretrizes e do programa de avaliação na UFSM deverá ser exercido pela PRE em conjunto com a Câmara de Extensão da UFSM.

Art. 12.º Os casos omissos deverão ser decididos pela PRE e pela Câmara de Extensão, quando se fizer necessário.

Art. 13.º Esta resolução, bem como as normas e os procedimentos a ela associados deverão ter ampla divulgação, a fim de garantir que todos entendam suas responsabilidades e ajam de acordo com esses preceitos.

Art. 14.º Esta Resolução entra em vigor em XX de XXXX de 202X, de acordo com o que prevê o Artigo 4.º do Decreto n.º. 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Parágrafo único. Havendo qualquer modificação legislativa, ou ainda, havendo qualquer situação legal que impacte na legalidade da presente Resolução, a mesma se aplica de imediato.

Reitor

9 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE PERCURSO FORMATIVO: O CAMINHAR QUE ESTABELECE BASES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Realizar esta pesquisa como acadêmica de um programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional me proporcionou ampliar meus horizontes como pesquisadora dentro de uma temática que está presente no meu dia a dia de trabalho. Além disso, a formação acadêmica se revelou fundamental no processo de reconhecimento do meu papel enquanto pesquisadora da temática da avaliação e o impacto disso no meu fazer como trabalhadora. Considero importante trazer neste início de capítulo que percorrer o caminho da pesquisa me possibilitou reconhecer o amadurecimento que me fez chegar ao fim desta jornada, iniciado em meio às incertezas de uma pandemia e finalizado num tempo de renovações e de esperar.

Esta investigação possibilitou me situar a respeito da visão de grupos que estão à frente das atividades de extensão na UFSM, revelando uma série de percepções que enriquecem a temática e contribuem para a modelagem do produto educacional resultante deste estudo. Nesse percurso, inicialmente, propomos-nos responder a seguinte questão: como avaliar as ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria?

Na busca de respostas para a pergunta, analisamos documentos legais em nível local e nacional, averiguamos referenciais teóricos sobre o assunto e construímos um percurso histórico da extensão universitária, assim como da avaliação da extensão universitária. Além disso, para alcançar os objetivos da pesquisa, junto aos coordenadores de cursos de graduação que já inseriram a extensão nos seus currículos e junto aos estudantes bolsistas do FIEEX, através dos questionários aplicados, investigamos suas considerações e visões sobre a extensão universitária e a avaliação das ações de extensão na UFSM. Essa geração de dados embasou nossa busca pela resposta que conduziu esta pesquisa.

Após encontrá-la, é importante destacar as considerações que emergem a partir da exploração de todo material investigado, desde os documentos legais como os dados coletados pelos questionários. De forma geral, compreendemos que a avaliação da extensão universitária é um desafio que a gestão das universidades tem tanto em nível local quanto nacional. Para a compreensão da temática, foi necessário ampliar a base de contexto histórico sobre a extensão universitária, pois

as reflexões acerca da avaliação não estão desvinculadas do contexto do fazer extensionista brasileiro.

Perante o exposto, em síntese, constatamos que a história da extensão universitária no Brasil é recente e atravessada por diversas influências, as quais estão presentes até hoje no fazer extensionista e que trazem diferentes visões sobre a concepção ou o conceito de extensão para as instituições. Embora tenhamos o princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, a extensão não possui a nível de governo federal um órgão ou secretaria especial. Esse fato dificulta a distribuição de recursos orçamentários para extensão, assim como a regulamentação de processos avaliativos para as atividades extensionistas desenvolvidas nas instituições.

A partir dessas descobertas, ressaltamos a importância do FORPROEX para a consolidação do fazer extensionista nas universidades públicas brasileiras. O Fórum é responsável pela elaboração de documentos basilares para a extensão universitária, entre eles as publicações acerca da avaliação da extensão. O FORPROEX referenda, em seus encontros, grandes desafios da extensão para as gestões institucionais.

Verificamos também que a UFSM é uma instituição considerada extensionista desde sua criação, na década de 1960. A instituição possui uma Política de Extensão, atualizada em 2019, que é reconhecida pela comunidade universitária. Ademais, possui um sistema de registro das ações de extensão que dispõe de regulamentação própria. Todavia, a avaliação das ações ainda é um desafio a ser consolidado pela instituição.

Por meio da aplicação dos questionários, constatamos que o entendimento do fazer extensionista pelos grupos participantes apresentam diferentes percepções com diversas tendências. Observamos também que é necessário avançar em temas, como a escuta da comunidade, que é relevante refletir sobre a participação dos envolvidos com as ações de extensão em momentos de avaliação. Somado a isso, percebemos a importância de a instituição manter sistemas de registro e de disponibilização de informações sobre a extensão, que sejam de fácil acesso e consulta tanto pela comunidade interna (estudantes e servidores) quanto pela comunidade externa.

De modo geral, comprovamos que a temática da avaliação da extensão é reconhecida pelos grupos participantes. Porém, são necessários avanços no sentido de práticas consolidadas e regulamentos institucionais sobre o tema, o que

corroborar com as constatações que chegamos através da investigação de documentos institucionais e referenciais teóricos.

A nível de legislação nacional, observamos que a regulamentação mais recente de extrema importância para extensão universitária é a Resolução n.º 07/2018 CNE, que versa sobre as diretrizes para extensão universitária brasileira. Esse documento organiza o fazer extensionista para todas as instituições de educação superior brasileiras, o que pode ser considerado um avanço na direção de uma concepção para extensão, além de regulamentar a obrigatoriedade da inserção da extensão nos currículos e tratar sobre a avaliação numa perspectiva de constância, relacionada com a Avaliação Institucional. Entretanto, a Avaliação Institucional prevista pelo SINAES ainda não considera, de forma expressiva, a extensão universitária em seus eixos e indicadores para avaliação externa.

Portanto, a partir dessa síntese de constatações que nosso percurso investigativo indica, o contexto atual de inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação é uma oportunidade para a instituição iniciar um processo de discussão a respeito da implementação de uma regulação institucional que traga diretrizes da avaliação da extensão universitária.

Compreendemos, ainda, a importância de integração do sistema de registro, abarcando procedimentos de avaliação e monitoramento das ações de extensão em execução, além de abranger neste mesmo sistema a disponibilização de dados referentes à extensão, como das ações em andamento e ações finalizadas. Ademais, quando se trata de integração, diagnosticamos a importância de a extensão universitária ser integralizada à Avaliação Institucional, na perspectiva de valorizar a atividade e compor as ferramentas de autoavaliação institucional.

Em suma, esta pesquisa atingiu seus objetivos e revelou diversos aspectos que devem ser considerados pelas instituições para consolidar o fazer extensionista e avaliar essas atividades com vistas a valorizar a extensão, criar uma cultura institucional de avaliação das ações de extensão e cumprir uma demanda legal presente na Resolução CNE n.º 07/2018, além de contribuir para a divulgação de resultados institucionais da extensão para a comunidade em geral.

Como essa é uma temática, de certo modo, nova, dinâmica e desafiadora, observamos a importância de continuidade de estudos, principalmente na investigação de temas que alinhem a avaliação da extensão universitária à Avaliação Institucional praticada nas instituições de educação superior. Esperamos que esta investigação e que a Minuta produzida possam contribuir para as

pesquisas na área da avaliação da extensão com novas teorias, novos achados e diferentes percepções.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. F. B. **Avaliação da extensão universitária**: reflexões sobre o fazer extensionista na Universidade de Brasília. 2020. 114 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- ANDIFES. Associação Nacional de Dirigentes Federais de Ensino Superior. (2020). **Relatório de Atividades das Instituições Federais de Ensino Superior no ano letivo de 2020**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Acesse-o-Relatorio-de-Atividades-das-Instituicoes-Federais-de-Ensino-Superior-no-ano-letivo-de-2020.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2021.
- ARROYO, Daniela M. P. **A Meta-Avaliação da Extensão Universitária**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851 – 11 de abr. 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES n.º 07/2018. **Diário Oficial da União**, 2018. ed. 243, seção 1, p. 49. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 1 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8035, de 20 de dezembro de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node019ynks0xjkk025zjveo93seak19688935.node0?codteor=831421&file name=PL+8035/2010. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jul. 2021.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de; DOURADO, L. F. A Política de Avaliação da Educação Superior no Brasil em Questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 6, n. 4, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1160>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade** [online], 2020, v. 45, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623690670>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DALBEN, A. I. L. F.; VIANNA, P.C. M. Gestão e avaliação da extensão universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Interagir: Pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 31-39, jan./dez. 2008.

DEMO, P. Pesquisa social. **Serviço Social & Realidade**. Franca. v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008.

DEUS, S. de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.

DIAS DA MOTA, I.; PLAZA TENA, L.; COELHO DE SÉLLOS-KNOERR, V. O novo marco regulatório da extensão universitária no Brasil: uma contribuição para a política de promoção humana. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 15, n. 3, p. 79-110, dez. 2019. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/3845>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Ética e Política em Função da Educação como Direito Público ou como Mercadoria? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, especial, out. 2004.

FIGUEIREDO, D. Future-se: entenda a proposta do MEC. **Politize!** 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/future-se-entenda-a-nova-proposta-do-mec/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre : Artmed, 2009.

FOLLARI, R. A. Para quem investigamos e escrevemos?: para além de populistas e elitistas. In: MOREIRA, A. F. B. *et al* (org.). **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 3. ed. . São Paulo: Cortez, 2011.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus - AM, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento. UNB – Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Avaliação nacional da extensão universitária**. Brasília: MEC/ Sesu, Paraná: UFPR, Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Universitária, v. 3)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. 47º Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Carta de Alfenas/Belo Horizonte**. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_Alfenas.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2001. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

FRAGA, L. S. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]**. 2017, v. 22, n. 2, pp. 403-419. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200008>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GAVIRA, M. de O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, [S. l.], v. 25, n. 2, 2020. Disponível em:

<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/4026>. Acesso em: 9 nov. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2004.

GOMEZ, S. R. M. **Gestão universitária e qualidade na extensão: institucionalização de cursos de línguas estrangeiras na UFSM**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, p. 160. 2018.

GURGEL, R. M. A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil. *In*: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Perfil da Extensão Universitária no Brasil**. Domínio Público, 1993.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022.

LOURAU, R. Objeto e método da Análise Institucional. *In*: ALTOÉ, S. (org). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 66-86.

MÉLO, C. B.; FARIAS, G. D.; NUNES, V. R. R.; ANDRADE, T. S. A. B. de; PIAGGE, C. S. L. D. Universidad en Brasil y sus retos durante la pandemia COVID-19.

Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1210312991, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.12991. Disponível em:

<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12991>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRRA, E. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MORALES MELLO, O. D. **Extensão Universitária**: concepção de indicadores na Universidade Federal de Santa Maria (1960-2013). Porto Alegre, 2019.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.154-164, jul./dez. 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MUGNATTO, S. Universidades têm queda de investimentos constante desde 2015. **Agência Câmara de Notícias**. 2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/768428-universidades-tem-queda-de-investimentos-constante-desde-2015>. Acesso em: 15 jul. 2021.

NEVES, A. A. B. Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 11. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/88/84>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NOGUEIRA, M. das D. P. A construção da extensão universitária no Brasil: Trajetórias e Desafios. In: NOGUEIRA, M. das D. P. (org.). Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

OBSERVATORIO IBEROAMERICANO DE LA CIENCIA, LA TECNOLOGÍA Y LA SOCIEDAD (OCTS-OEI); RED IBEROAMERICANA DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA (RICYT). **Manual Iberoamericano de Indicadores de Vinculación de la Universidad con el Entorno Socioeconómico**. Valencia, 2017. Disponível em: <http://www.ricyt.org/2017/06/manual-de-indicadores-de-vinculacion-de-la-universidad-con-el-entorno-socioeconomico-manual-de-valencia/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

PAINEL TEMÁTICO 3 - Perspectivas educacionais pós-Covid: currículo, avaliação e gestão. **VIII Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior – VIII SIPPEBS e o XIII Seminário Internacional De Educação Superior - XIII SIES**. 2021. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 11 de novembro de 2021. 1 vídeo (3h:31m). Disponível em: <https://youtu.be/V6qcNmrzuc>. Acesso em: 15 de novembro de 2021. Painel composto por: Prof^ª. Dra. Cleoni Fernandez (IFSul), Prof^ª. Dra. Denise Leite (UFRGS e GUNI UNESCO), Prof^ª. Dra. Marcela Mollis (UBA, Argentina e UNESCO) Prof^ª. Dra. Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS).

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisar, Intervir, Cartografar: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

PONTES, M. P. B.; RIOS, M. P. G. Extensão universitária e sua avaliação. In: AMARO, I.; SANGENIS, L. F. C. (org.). **Direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia** [livro eletrônico]. Petrópolis, RJ: ANPEd, 2021. p. 259-275.

RISTOFF, D. A avaliação no campus do futuro. **Educa 2022**. Disponível em: <https://www.educa2022.com/post/a-avaliacao-no-campus-do-futuro>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. **O Futuro Começa Agora: da pandemia à utopia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, J. A. dos; DEUS, S. de. Um novo tempo da extensão universitária brasileira. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 6-16, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18938>. Acesso em: 8 ago. 2021.

SANTOS, S. R. M.; MEIRELLES, F. S. C.; SERRANO, S. R. M. Avaliação e Extensão: Dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. In: NOGUEIRA, M. das D. P. (org.). FORPOREX. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

SOUSA, A. L. L. **A história da Extensão Universitária**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Mapa da Extensão**. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/mapa/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-reitoria de Extensão. **Instrução Normativa 001/2019/PRE**. 2019c. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2019/07/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-01.2019-PRE-julho-2019.pdf>. Acesso em: 1 de abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-reitoria de Planejamento. **Atos administrativos na Universidade Federal de Santa Maria**. 2019d. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2019/05/Atos-Administrativos-na-UFSM-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-reitoria de Planejamento. Gabinetes de Projeto das Unidades Universitárias. **Tutorial Nova Plataforma de Projetos UFSM – versão 1.9**. 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2018/08/Tutorial_V1.9.1.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Plano de desenvolvimento institucional 2016-2026**. 2016. Disponível em: <http://pdi.ufsm.br/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Resolução n.º 016/2020/UFSM**. 2020. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=13098240>. Acesso em: 2 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução 003 de 11 de janeiro de 2019**. Regula a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação. 2019a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/wp->

content/uploads/sites/346/2019/11/RES_GR_2019_003.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução 006 de 29 de abril de 2019**. Aprova a política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria. 2019b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/wp-content/uploads/sites/346/2020/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-006-2019.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM em números**. 2021. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>. Acesso em: 28 ago. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES DE CURSO

30/10/2022 11:17

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Pesquisadora responsável: ELISIANE MACHADO LUNARDI

Instituição/Departamento: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL/ DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Local da coleta de dados: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Convidamos você a participar de uma pesquisa sobre a avaliação da extensão universitária na UFSM, desenvolvida pela mestranda Alice Moro Neocatto, sob orientação da Prof.^a Dr^a Elisiane Machado Lunardi.

Sua opinião é muito importante para nós. Suas respostas à pesquisa serão estritamente confidenciais, sendo que suas informações serão codificadas e permanecerão anônimas no momento da publicação do estudo.

Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato pelo telefone (55) 996261056, ou pelo e-mail: alicemoro@ufsm.br

Levará aproximadamente 15 minutos para preencher o questionário.

Esta pesquisa pretende compreender o processo de avaliação de ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria e propor estratégias de avaliação das ações de extensão. Acreditamos que a referida pesquisa é importante porque a extensão universitária faz parte do fazer institucional e da Universidade e é o elo entre a instituição e a sociedade, portanto sua avaliação torna-se fundamental para reconhecimento e valorização do fazer extensionista. A metodologia de pesquisa é quanti-qualitativa do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a construção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental e questionários semiabertos on-line. Como participantes da pesquisa farão parte os estudantes bolsistas FIEX e os coordenadores de curso de graduação que implementaram a inserção da extensão nos currículos. O tratamento dos dados será realizado através da técnica de análise de conteúdo e análise estatística. Como produto final, pretende-se elaborar uma proposta de estratégias de avaliação para as ações de extensão na UFSM.

Sua participação será através de questionário on-line.

Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa são indiretos, não havendo nenhum benefício direto ao (à) participante. Esses benefícios indiretos são em termos sociais, pois o estudo visa contribuir para a sistematização e divulgação do conhecimento científico, o qual será difundido somente em formato de dissertação e artigos acadêmicos. Além disso, acredita-se que esta pesquisa seja importante porque oferecerá subsídios à interpretação das ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria, e assim propor estratégias de avaliação das ações de extensão para a UFSM.

Quanto aos possíveis riscos ou danos ao (à) participante, esses são considerados mínimos e inerentes ao preenchimento cotidiano de questionários *on-line*, tais como: tomar o tempo do indivíduo, provocar cansaço, gerar desconforto, causar um sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante de

30/10/2022 11:17

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

afirmativas relacionadas. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência no caso de dúvidas e problemas no preenchimento, através de contato com as pesquisadoras, de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa, o (a) participante terá a possibilidade de esclarecer qualquer dúvida ou solicitar assistência. Fica, também, garantido o direito de requerer indenização no caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Para isso, basta entrar em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

A participação é livre e voluntária. Não haverá nenhuma forma de compensação financeira, e, também, não haverá custos para o (a) participante. A identidade do (a) participante permanecerá em anonimato, tendo sua privacidade respeitada e haverá sigilo durante toda a pesquisa e, especialmente na publicação dos resultados.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Pesquisadora:

Alice Moro Neocatto

Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria/RS - 9º andar do prédio da Reitoria Sala 942- E-mail: alicemoro@ufsm.br

Pesquisadora orientadora responsável:

Elisiane Machado Lunardi

Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria/RS - prédio 16 (Centro de Educação), sala 3155 - E-mail: elisiane.lunardi@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM – CEP da UFSM:

Av. Roraima, n. 1000 - Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 725 - bairro Camobi - Santa Maria/RS - CEP 97.105-900 Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com - Web: www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/

*Obrigatório

1. Eu, participante da pesquisa, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. *

Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso que minha decisão é:

Marcar apenas uma oval.

- Concordância em participar deste estudo e responder o questionário.
- Não responder o questionário

2. 1. Qual curso de graduação você coordena e qual a unidade? *

Citar o curso de graduação e a qual unidade o curso pertence, por exemplo: Curso de Pedagogia Licenciatura Diurno - CE

3. 2. Você participa/participou de ações de extensão na UFSM? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30/10/2022 11:17

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

4. 3. Na sua opinião, quais os principais impactos que as ações de extensão promovem junto à UFSM? *

Impactos elencados a partir da Política de Extensão da UFSM, você poderá selecionar mais de um, e, se necessário, poderá descrever outros.

Marque todas que se aplicam.

- Intercâmbio de experiências e saberes entre Universidade e demais setores da sociedade
- Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, caracterizada por trocas entre áreas de conhecimento
- Integração da atividade extensionista à formação técnico-científica e cidadã do estudante
- Desenvolvimento e a capacitação tecnológica do estudante
- Produção e difusão de novos conhecimentos e metodologias
- Contribuição à formação cultural, artística, técnico-científica, pessoal, social e política do estudante
- Desenvolvimento de meios e processos de produção técnica e científica
- Contribuição para a consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Outro: _____

5. 4. Na sua opinião, quais os principais impactos que as ações de extensão promovem junto à comunidade externa? *

Impactos elencados a partir da Política de Extensão da UFSM, você poderá selecionar mais de um, e, se necessário, poderá descrever outros.

Marque todas que se aplicam.

- Intercâmbio de experiências e saberes entre Universidade e demais setores da sociedade
- Interação entre modelos e conceitos na busca de soluções para demandas sociais
- Produção e difusão de novos conhecimentos e metodologias
- Contribuição a inclusão de grupos sociais marginalizados
- Ampliação de propostas e interlocuções educacionais e pedagógico-formativas para educação básica
- Incentivo a formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas
- Contribuição ao desenvolvimento local, regional e nacional
- Atendimento das demandas sociais em setores desamparados por políticas públicas
- Outro: _____

6. 5. Para você, qual é o grau de importância da extensão universitária na formação dos estudantes: *

Marcar apenas uma oval.

- Extremamente importante
- Muito importante
- Mais ou menos importante
- Um pouco importante
- Nem um pouco importante

7. 6. Você considera as informações sobre a extensão na UFSM de fácil acesso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. 7. Na sua opinião, quais as principais características deve ter a extensão na UFSM? *

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Políticas de Gestão

9. 1. Você conhece a Política de Extensão da UFSM?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30/10/2022 11:17

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

10. 2. Você considera que a extensão universitária tem repercussão nas promoções e progressões nas carreiras dos docentes da UFSM?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. 3. Você considera que a UFSM estabelece princípios para a avaliação da extensão universitária, com instrumentos de avaliação das ações de extensão e orientações suficientes sobre o processo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. 4. Em se relação ao período adequado para realização de processo de avaliação das ações extensionistas, você considera mais conveniente que sejam realizadas com que periodicidade?

Você poderá selecionar mais de um, e, se necessário, poderá descrever outros.

Marque todas que se aplicam.

Semestral

Anual

Final de execução da ação

Outro: _____

13. 5. A regulamentação de procedimentos de avaliação é importante para o desenvolvimento de ações de extensão da UFSM.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

14. 6. Todos os envolvidos (docentes, técnico-administrativos, estudantes, público atendido) com as ações de extensão devem fazer parte de processos de avaliação das ações de extensão da UFSM.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM -
Infraestrutura

15. 1. A UFSM possui locais adequados para o fazer extensionista, com a disponibilidade de acesso à sociedade desses espaços para a realização das ações.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

30/10/2022 11:17

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

16. 2. A UFSM dispõe de apoio para execução de ações de extensão que necessitam de trabalho em local externo às dependências da instituição.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

17. 3. Você considera que o Portal de Projetos da UFSM, atende às especificidades dos registros de ações de extensão universitária?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Em partes

18. 4. As informações de registro, acompanhamento e avaliação das ações de extensão devem ser disponibilizadas para acesso público no sítio da UFSM.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Relação Universidade-Sociedade

19. 1. As ações de extensão da UFSM devem atuar no enfrentamento dos problemas que afetam a população.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

20. 2. Você considera que a UFSM possui canais de escuta à comunidade para identificar suas necessidades?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Plano Acadêmico

21. 1. Você tem conhecimento a respeito de como a gestão da UFSM acompanha e avalia a implementação da inserção da extensão nos cursos de graduação da UFSM?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30/10/2022 11:17

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

22. 2. A UFSM incentiva a participação de estudantes nas ações de extensão.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

23. 3. Instrumentos de avaliação das ações de extensão podem contribuir com as atividades de ensino e pesquisa.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Produto Acadêmico

24. 1. As orientações quanto ao registro e classificações das ações de extensão da UFSM são adequadas.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

25. 2. A criação de cursos de formação sobre extensão universitária para estudantes e servidores da UFSM é importante para o fazer extensionista. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

26. 3. A UFSM divulga adequadamente os resultados e produtos gerados a partir das ações de extensão realizadas? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Considerações Gerais

27. 1. Instrumentos de avaliação que sejam dinâmicos e facilitadores, podem melhorar o andamento das ações de extensão gerando acréscimos de qualidade geral da extensão universitária.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

30/10/2022 11:17

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Coordenação de curso

28. 2. Em linhas gerais, quais suas considerações a respeito da Avaliação das ações de extensão na UFSM?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES – BOLSISTAS FIEIX

29/10/2022 21:40

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Pesquisadora responsável: ELISIANE MACHADO LUNARDI

Instituição/Departamento: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL/ DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Local da coleta de dados: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Convidamos você a participar de uma pesquisa sobre a avaliação da extensão universitária na UFSM, desenvolvida pela mestranda Alice Moro Neocatto, sob orientação da Prof.^a Dr^a Elisiane Machado Lunardi.

Sua opinião é muito importante para nós. Suas respostas à pesquisa serão estritamente confidenciais, sendo que suas informações serão codificadas e permanecerão anônimas no momento da publicação do estudo.

Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato pelo telefone (55) 996261056, ou pelo e-mail: alicemoro@ufsm.br

Levará aproximadamente 15 minutos para preencher o questionário.

Esta pesquisa pretende compreender o processo de avaliação de ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria e propor estratégias de avaliação das ações de extensão. Acreditamos que a referida pesquisa é importante porque a extensão universitária faz parte do fazer institucional e da Universidade e é o elo entre a instituição e a sociedade, portanto sua avaliação torna-se fundamental para reconhecimento e valorização do fazer extensionista. A metodologia de pesquisa é quanti-qualitativa do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a construção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental e questionários semiabertos on-line. Como participantes da pesquisa farão parte os estudantes bolsistas FIEIX e os coordenadores de curso de graduação que implementaram a inserção da extensão nos currículos. O tratamento dos dados será realizado através da técnica de análise de conteúdo e análise estatística. Como produto final, pretende-se elaborar uma proposta de estratégias de avaliação para as ações de extensão na UFSM.

Sua participação será através de questionário on-line.

Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa são indiretos, não havendo nenhum benefício direto ao (à) participante. Esses benefícios indiretos são em termos sociais, pois o estudo visa contribuir para a sistematização e divulgação do conhecimento científico, o qual será difundido somente em formato de dissertação e artigos acadêmicos. Além disso, acredita-se que esta pesquisa seja importante porque oferecerá subsídios à interpretação das ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria, e assim propor estratégias de avaliação das ações de extensão para a UFSM.

Quanto aos possíveis riscos ou danos ao (à) participante, esses são considerados mínimos e inerentes ao preenchimento cotidiano de questionários *on-line*, tais como: tomar o tempo do indivíduo, provocar cansaço, gerar desconforto, causar um sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante de afirmativas relacionadas. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência no caso de dúvidas

<https://docs.google.com/forms/d/1ewRFjOY9uev4kJSIUuXm735PHoxndRAQkw-NJPuB6FY/edit>

1/12

29/10/2022 21:40

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

e problemas no preenchimento, através de contato com as pesquisadoras, de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa, o (a) participante terá a possibilidade de esclarecer qualquer dúvida ou solicitar assistência. Fica, também, garantido o direito de requerer indenização no caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Para isso, basta entrar em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

A participação é livre e voluntária. Não haverá nenhuma forma de compensação financeira, e, também, não haverá custos para o (a) participante. A identidade do (a) participante permanecerá em anonimato, tendo sua privacidade respeitada e haverá sigilo durante toda a pesquisa e, especialmente na publicação dos resultados. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Pesquisadora:

Alice Moro Neocatto

Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria/RS - 9º andar do prédio da Reitoria Sala 942- E-mail: alicemoro@ufsm.br

Pesquisadora orientadora responsável:

Elisiane Machado Lunardi

Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria/RS - prédio 16 (Centro de Educação), sala 3155 - E-mail: elisiane.lunardi@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM – CEP da UFSM:

Av. Roraima, n. 1000 - Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 725 - bairro Camobi - Santa Maria/RS - CEP 97.105-900 Telefone: (55) 3220-9362 - E-mail: cep.ufsm@gmail.com -

Web: www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/

*Obrigatório

1. Eu, participante da pesquisa, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade.

Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso que minha decisão é:

Marcar apenas uma oval.

- Concordância em participar deste estudo e responder o questionário.
- Não responder o questionário

2. 1. Qual é seu curso de graduação e de qual centro/unidade? *

Citar o curso de graduação e a qual unidade o curso pertence, por exemplo: Curso de Pedagogia Licenciatura Diurno - CE

3. 2. Antes de participar da bolsa, você tinha conhecimento sobre as ações de extensão da UFSM? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

29/10/2022 21:40

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

4. 3. Qual a sua principal motivação para atuar como bolsista FIEEX? *

Marcar apenas uma oval.

- Carga horária para integração curricular
- Impacto e aprendizados para formação acadêmica
- Aprendizados para futura atuação profissional
- Satisfação pessoal
- Envolvimento em trabalho com comunidade
- Aspecto financeiro da bolsa
- Outro: _____

5. 4. Você participou de avaliação das atividades desenvolvidas durante o período da bolsa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6. 4.1 Se sim, como foi a experiência?

Responda essa pergunta apenas se você marcou "sim" na anterior.

7. 5. Para você, qual é o grau de importância da extensão universitária na sua formação acadêmica/profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- Extremamente importante
- Muito importante
- Mais ou menos importante
- Um pouco importante
- Nem um pouco importante

8. 6. Você considera as informações sobre a extensão na UFSM de fácil acesso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9. 7. Explique com suas palavras o que é "Extensão Universitária". *

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Políticas de Gestão

10. 1. Você sabia que a UFSM tem uma Política de Extensão? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

29/10/2022 21:40

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

11. 2. A UFSM estimula a participação de estudantes nas ações extensionistas. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

12. 3. Você tem conhecimento se é feito algum tipo de avaliação da ação de extensão que você participa/participou? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM -
Infraestrutura

13. 1. A UFSM possui locais adequados para o fazer extensionista, com a disponibilidade de acesso à sociedade desses espaços para a realização das ações. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

14. 2. A UFSM dispõe de apoio para execução de ações de extensão que necessitam de trabalho em local externo às dependências da instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

15. 3. Você conhece o Portal de Projetos da UFSM? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

16. 3.1 Se sim, você considera as informações disponibilizadas de fácil acesso e entendimento?

Responda essa pergunta apenas se você marcou "sim" na anterior.

29/10/2022 21:40

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

17. 4. As informações de registro, acompanhamento e avaliação das ações de extensão devem ser disponibilizadas para acesso público no sítio da UFSM. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Relação Universidade-Sociedade

18. 1. As ações de extensão da UFSM devem atuar no enfrentamento dos problemas que afetam a população. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

19. 2. Você considera que a UFSM possui canais de escuta à comunidade para identificar suas necessidades? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

20. 3. A UFSM deve disponibilizar avaliação das ações para o público atendido por essas. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Plano Acadêmico

21. 1. A extensão universitária tem o mesmo patamar que as atividades de ensino e de pesquisa na formação dos estudantes da UFSM. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

22. 2. Você tem conhecimento sobre a inserção de carga horária de extensão nos currículos de curso de graduação da UFSM? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

29/10/2022 21:40

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

23. 2.1. Se sim, a inserção da extensão nos cursos de graduação da UFSM pode promover maior impacto positivo na formação dos estudantes.
Responda essa pergunta apenas se você marcou "sim" na anterior.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

24. 3. A avaliação das ações de extensão com a participação dos estudantes envolvidos contribui com o desenvolvimento da extensão universitária na UFSM. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Dimensões para avaliação da Extensão Universitária na UFSM - Produto Acadêmico

25. 1. A criação de cursos de formação sobre extensão universitária para estudantes e servidores da UFSM é importante para o fazer extensionista. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

26. 2. A UFSM divulga adequadamente os resultados e produtos gerados a partir das ações de extensão realizadas. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

Considerações Gerais

27. 1. Instrumentos de avaliação que sejam dinâmicos e facilitadores, podem melhorar o andamento das ações de extensão gerando acréscimos de qualidade geral da extensão universitária. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Não concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

29/10/2022 21:40

Pesquisa sobre Avaliação das Ações de Extensão na UFSM - Estudantes UFSM

28. 2. Em linhas gerais, quais suas considerações a respeito da Avaliação das ações de extensão na UFSM? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Pesquisadora responsável: ELISIANE MACHADO LUNARDI

Instituição/Departamento: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS

PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL/ DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ESCOLAR

Local da coleta de dados: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Convidamos você a participar de uma pesquisa sobre a avaliação da extensão universitária na UFSM, desenvolvida pela mestranda Alice Moro Neocatto, sob orientação da Prof.^a Dr^a Elisiane Machado Lunardi.

Sua opinião é muito importante para nós. Suas respostas à pesquisa serão estritamente confidenciais, sendo que suas informações serão codificadas e permanecerão anônimas no momento da publicação do estudo.

Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato pelo telefone (55) 996261056, ou pelo *e-mail*: alicemoro@ufsm.br

Levará aproximadamente 15 minutos para preencher o questionário.

Esta pesquisa pretende compreender o processo de avaliação de ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria e propor estratégias de avaliação das ações de extensão. Acreditamos que a referida pesquisa é importante porque a extensão universitária faz parte do fazer institucional e da Universidade e é o elo entre a instituição e a sociedade, portanto sua avaliação torna-se fundamental para reconhecimento e valorização do fazer extensionista. A metodologia de pesquisa é quanti-qualitativa do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a construção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental e questionários semiabertos *on-line*. Como participantes da pesquisa farão parte os estudantes bolsistas FIEIX e os coordenadores de curso de graduação

que implementaram a inserção da extensão nos currículos. O tratamento dos dados será realizado através da técnica de análise de conteúdo e análise estatística. Como produto final, pretende-se elaborar uma proposta de estratégias de avaliação para as ações de extensão na UFSM.

Sua participação será através de questionário *on-line*, sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Quanto aos possíveis riscos ou danos ao (à) participante, esses são considerados mínimos e inerentes ao preenchimento cotidiano de questionários *on-line*, tais como: tomar o tempo do indivíduo, provocar cansaço, gerar desconforto, causar um sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante de afirmativas relacionadas. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência no caso de dúvidas e problemas no preenchimento, através de contato com as pesquisadoras, de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa são indiretos, não havendo nenhum benefício direto ao (à) participante. Esses benefícios indiretos são em termos sociais, pois o estudo visa contribuir para a sistematização e divulgação do conhecimento científico, o qual será difundido somente em formato de dissertação e artigos acadêmicos. Além disso, acredita-se que esta pesquisa seja importante porque oferecerá subsídios à interpretação das ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria, e assim propor estratégias de avaliação das ações de extensão para a UFSM.

Durante todo o período da pesquisa, o (a) participante terá a possibilidade de esclarecer qualquer dúvida ou solicitar assistência. Fica, também, garantido o direito de requerer indenização no caso de danos comprovadamente decorrentes da

participação na pesquisa. Para isso, basta entrar em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

A participação é livre e voluntária. Não haverá nenhuma forma de compensação financeira, e, também, não haverá custos para o (a) participante. A identidade do (a) participante permanecerá em anonimato, tendo sua privacidade respeitada e haverá sigilo durante toda a pesquisa e, especialmente na publicação dos resultados.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Pesquisadora:

Alice Moro Neocatto

Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria/RS - 9º andar do prédio da Reitoria Sala 942- *E-mail*: alicemoro@ufsm.br

Pesquisadora orientadora responsável:

Elisiane Machado Lunardi

Av. Roraima, 1000 - 97105-900 - Santa Maria/RS - prédio 16 (Centro de Educação), sala 3155 - *E-mail*: elisiane.lunardi@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM – CEP da UFSM

Av. Roraima, n.º 1000 - Prédio da Reitoria, 7.º andar, sala 725 - bairro Camobi - Santa Maria/RS - CEP 97.105-900 Telefone: (55) 3220-9362 - *E-mail*: cep.ufsm@gmail.com - Web: www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/

Autorização eletrônica:

Eu, participante da pesquisa, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha

participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade.

Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso que minha decisão é:

Concordância em participar deste estudo, e responder o questionário.

Não responder o questionário.

APÊNDICE D – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Elisiane Machado Lunardi

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Telefone para contato: (55) 9167-4215

Local da coleta de dados: UFSM

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de questionário *online*, através da plataforma *google forms*, na Universidade Federal de Santa Maria, durante os meses de julho e agosto de 2022.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 16, Departamento de Administração Escolar, sala 3155, 97105-900 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Elisiane Machado Lunardi. Após este período os dados serão destruídos.

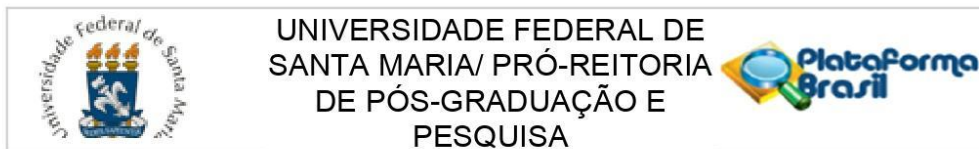
Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em 12./07./2022, com o número de registro Caae 60377322.6.0000.5346

Santa Maria, 04 de julho de 2022

.....
Elisiane Machado Lunardi

| NUP: 23081.069139/2022-34 | | Prioridade: Normal |
|--|--|---|
| Ato de emissão de declarações e atestados a aluno de pós-graduação 134.43 - Assentamentos individuais dos alunos | | |
| COMPONENTE | | |
| Ordem | Descrição | Nome do arquivo |
| 2 | Norma do comitê de ética em pesquisa com humanos (261.1) | termo_de_confidencialidade preenchido.pdf |
| Assinaturas | | |
| 04/07/2022 14:36:21 MARIA ELIZA ROSA GAMA (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR) 05.21.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - DADE | | |
| 05/07/2022 12:22:07 ELISIANE MACHADO LUNARDI (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR) 05.21.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - DADE | | |
|  | | |
| Código Verificador: 1586003 | |  |
| Código CRC: c763100b | | |
| Consulte em: https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html | | |

APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO PARA AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Pesquisador: ELISIANE MACHADO LUNARDI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60377322.6.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

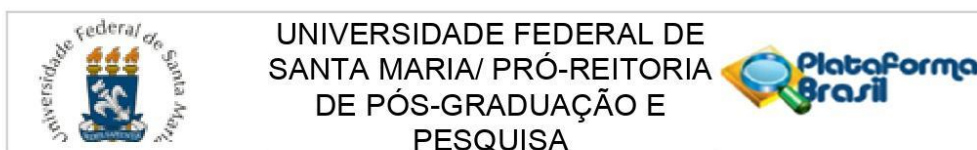
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.523.030

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa, do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), da Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, aborda a temática da avaliação da extensão universitária. Tem por objetivo geral compreender o processo de avaliação das ações de extensão universitária na Universidade Federal de Santa Maria. E por objetivos específicos prioriza: construir o estado do conhecimento a respeito da avaliação da extensão universitária, analisar os marcos teóricos legais da extensão universitária no contexto nacional e local, investigar como se constituem as ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria e propor estratégias de avaliação das ações de extensão para a UFSM. Está fundamentado numa pesquisa de abordagem mista, quali-quantitativa, de forma a encontrar complementaridade e enriquecimento no caminho metodológico e se constitui como uma pesquisa implicada no contexto da educação superior, na Universidade Federal de Santa Maria, tendo como sujeitos parte dos agentes envolvidos com a extensão universitária estudantes da UFSM e coordenadores de cursos de graduação da UFSM. Esta pesquisa, caracteriza-se, pela escolha metodológica, como estudo de caso, englobando uma abrangente variedade de evidências (YIN,2001). Para realização deste estudo pretende-se usar como técnicas de pesquisa, o estado do conhecimento e pesquisa bibliográfica, a pesquisa

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.523.030

documental delegações a respeito da extensão universitária no contexto nacional e local, além de questionário on-line com perguntas abertas e fechadas com os sujeitos da pesquisa. Como métodos de análise serão utilizados a análise estatística a análise de conteúdo com base em Bardin (2011). O referencial teórico está organizado com base nos autores/as Deus (2020), Freire (2002), Gurgel (1993), Nogueira (2013), Santos (1995, 2010) e Sousa (2010), com vistas a fundamentar as temáticas relacionadas ao resgate

histórico e legal da extensão universitária no Brasil, assim como aprofundar as questões da avaliação na educação superior, em específico na extensão universitária. O produto técnico/educacional idealizado é uma proposta de estratégias de avaliação das ações de extensão da Universidade Federal de Santa Maria e tem por finalidade contribuir com o atendimento dos dispositivos legais e institucionais que trazem a avaliação da extensão como parte do fazer extensionista nas universidades, bem como parte-se do pressuposto de que o produto poderá contribuir para o reconhecimento dos procedimentos de avaliação da extensão, no contexto da UFSM, assim como contribuir de forma global para a valorização da extensão universitária.

Objetivo da Pesquisa:

O principal objetivo da pesquisa é o de compreender o processo de avaliação das ações de extensão universitária na Universidade Federal de Santa Maria.

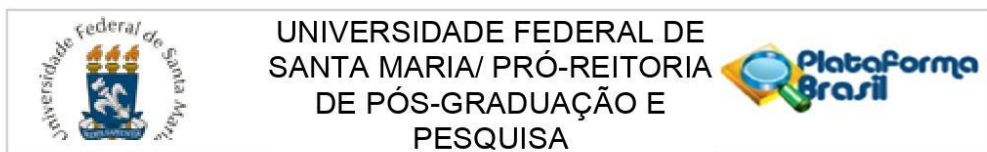
Objetivos Secundários: construir o estado do conhecimento a respeito da avaliação da extensão universitária; analisar os marcos teóricos legais da extensão universitária no contexto nacional e local; investigar como se constituem as ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Maria; propor estratégias de avaliação para as ações de extensão na UFSM.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: quanto aos possíveis riscos ou danos ao participante, esses são considerados mínimos e inerentes ao preenchimento cotidiano de questionários on-line, tais como: tomar o tempo do indivíduo, provocar cansaço, gerar desconforto, causar um sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante de afirmativas relacionadas.

Benefícios: a partir dos resultados e das análises, espera-se que este estudo possa contribuir para o reconhecimento dos procedimentos de avaliação da extensão, no contexto da UFSM, assim como contribuir de forma global para a valorização da extensão universitária, através de ferramentas de

| |
|--|
| Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa |
| Bairro: Camobi CEP: 97.105-970 |
| UF: RS Município: SANTA MARIA |
| Telefone: (55)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com |



Continuação do Parecer: 5.523.030

| | | | | |
|--------|-------------------|------------------------|---------------------|--------|
| Outros | projeto_70880.pdf | 22/06/2022 09:53:22 | ELISIANE MACHADO | Aceito |
|--------|-------------------|------------------------|---------------------|--------|

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 12 de Julho de 2022

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com